



ESCANEI-ME

Avenida das Fábricas nº 98 - Parque Industrial Mitre Abou Nabhan

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE RONDON**

ESTADO DO PARANÁ  
Avenida Paraná 155 - Centro  
Fones (44) 3672-1122 e 3672-1283 - Fax: 3672-1122 - CEP 87800-000  
CNPJ 75.380.071/0001-66

**GOVERNO QUE TRANSFORMA**  
"O futuro está a nossa frente"

**1º TERMO ADITIVO QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE RONDON E A EMPRESA F. H. MATSUDA MONITORAMENTO E INTERNET LTDA, AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 02/2025.**

No dia 17 (dezessete) do mês de novembro do ano de 2025 (dois mil e vinte e cinco) nesta cidade de Rondon, Estado do Paraná, de um lado O MUNICÍPIO DE RONDON, pessoa jurídica de direito público, com sede à Av. Paraná, 155, inscrito no CNPJ, sob nº 75.380.071/0001-66, representado pelo Prefeito Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções, ROBERTO APARECIDO CORREDATO, brasileiro, casado, RG nº 3.003.952-1-PR, e do CPF nº 548.223.009-00, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado a empresa F. H. MATSUDA MONITORAMENTO E INTERNET LTDA, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida à AVENIDA TAPEJARA, 306, - CEP: 87780000 - BAIRRO: CENTRO, cidade de Paraná do Norte/PR, inscrita no CNPJ sob nº 34.878.361/0001-57, neste ato representada por seu PROPRIETÁRIO/PROCURADOR/SÓCIO ADMINISTRADOR, a Senhora PRISCILA BENATI GONÇALVES MATSUDA, portadora da Cédula de Identidade nº 124970326, e do CPF nº 064.250.749-06, a seguir denominada CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente Termo Aditivo de Contrato, com fundamento na Lei Federal nº. 14.133/21, em sua atual redação e demais legislações pertinentes, assim como pelas condições da Dispensa Eletrônica por Limite 28/2025, pelos termos da proposta da Contratada datada de 10/01/2025 e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidade das partes.

**01- OBJETO**  
De conformidade com as especificações e quantidades constantes da supracitada Dispensa, cujo objeto é a **Contratação de empresa especializada na prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), com tecnologia digital, abrangendo a portabilidade dos números existentes, a disponibilização em regime de comodato dos equipamentos necessários, além da implantação, manutenção e suporte técnico do sistema, para atender às demandas das diversas Secretarias da Administração Municipal, pelo período de 12 (doze) meses, de acordo com a planilha orçamentária, e demais elementos técnicos anexos ao referido edital, e de acordo com o contrato firmado entre as partes em 13/01/2025 como se nele estivesse integral e expressamente reproduzida, com prazo de execução e vigência até o dia 12 de janeiro de 2.026.**

**02- DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO EXECUÇÃO E VIGÊNCIA**  
Fica prorrogado o prazo de execução e vigência do contrato original por mais 12 (doze) meses a contar da data final da execução e da vigência atual do contrato, terminando no dia 12/01/2027, de acordo com o artigo 107, da Lei nº 14.133/21.

**03 – DO VALOR**  
Ao valor atual do contrato, fica acrescido o valor de R\$ 35.970,00 (Trinta e cinco mil, novecentos e setenta reais). Sendo assim o valor global da contratação passa a ser de R\$71.940,00 (Setenta e um mil, novecentos e quarenta reais).

**04-DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**  
As disposições contratuais não atingidas pelo presente termo permanecem inalteradas.

**05- DO FORO**  
As partes contratantes ficam obrigadas a responder pelo cumprimento do presente Termo de Aditivo, perante o Foro da comarca do Município de Cidade Gaúcha.

O presente aditamento é feito na forma bilateral de prévio mútuo e legal acordo, para que surta os devidos efeitos legais.

Justas e contratadas, firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor com as testemunhas presentes ao ato, a fim de que produza seus efeitos legais.

ROBERTO APARECIDO CORREDATO  
MUNICÍPIO DE RONDON

PRISCILA BENATI GONÇALVES MATSUDA  
F. H. MATSUDA MONITORAMENTO E INTERNET LTDA

TESTEMUNHAS

DE ACORDO E REVISTO POR:

THIAGO DE BRITO DORNE  
OAB / PR 51447  
Assessor Jurídico

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE RONDON**

ESTADO DO PARANÁ  
Avenida Paraná 155 - Centro  
Fones (44) 3672-1122 e 3672-1283 - Fax: 3672-1122 - CEP 87800-000  
CNPJ 75.380.071/0001-66

**GOVERNO QUE TRANSFORMA**  
"O futuro está a nossa frente"

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

**DISPENSA ELETRÔNICA P/ LIMITE Nº 49/2025**

O Exmo. Sr. ROBERTO APARECIDO CORREDATO, Prefeito Municipal de Rondon, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

**HOMOLOGAR** o resultado da dispensa eletrônica supra citada, cujo objeto foi adjudicado às seguintes empresas, para que produza seus jurídicos e legais efeitos nos termos da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto Municipal 6.065 de 23 de março de 2023 e alterações subsequentes.

PROPOSTANTE	CNPJ	VALOR R\$	Valor por Extensão
VJ SAÚDE LTDA	59.066.979/0001-79	6.300,00	Seis Mil e Tricentos Reais
EGOM LIFE E EMERGENCIA LTDA	25.062.931/0001-45	4.500,00	Quatro Mil e Quinhentos Reais

Rondon – PR, 24 de novembro de 2025.

ROBERTO A. CORREDATO  
Prefeito Municipal

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE RONDON**

ESTADO DO PARANÁ  
Avenida Paraná 155 - Centro  
Fones (44) 3672-1122 e 3672-1283 - Fax: 3672-1122 - CEP 87800-000  
CNPJ 75.380.071/0001-66

**GOVERNO QUE TRANSFORMA**  
"O futuro está a nossa frente"

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 200/2025**

**PREGÃO Nº 72/2025**

**Partes: O MUNICÍPIO DE RONDON e a empresa GASPARG DISTRIBUIDORA LTDA.**

**Objeto:** presente Contrato tem por objeto o Registro de preços para eventual aquisição de luzes e materiais decorativos natalinos, bem como contratação de empresa especializada na prestação de serviços de decoração natalina, incluindo a locação, instalação, manutenção e desmontagem de enfeites e estruturas decorativas em praças, canteiros, avenidas e demais espaços públicos do Município, visando à ornamentação e ambientação das festividades de Natal.

**Valor:** R\$ 129.000,00 (Cento e vinte e nove mil).

**Forma de Pagamento:** Os pagamentos serão efetuados pela Prefeitura de Rondon, depois de homologado o procedimento licitatório, em até 30 dias após o recebimento do(s) produto(s)/serviço(s), mediante apresentação pela fornecedora da respectiva nota fiscal atestada pela respectiva secretaria requisitante.

**Dotação Orçamentária:** Os pagamentos decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação ocorrerão por conta dos recursos do orçamento vigente, através de dotações orçamentárias das diversas secretarias da administração municipal:

ORÇAO	NOME - UNID
02.00	GABINETE DO PREFEITO
05.00	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
05.02	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
06.00	SECRETARIA DE FINANÇAS
06.02	SECRETARIA DE FINANÇAS
06.03	SECRETARIA DE FINANÇAS
07.00	SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
08.00	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
08.02	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
08.03	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
09.00	SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTES
09.02	SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTES
10.00	SECRETARIA DE SAÚDE
10.02	SECRETARIA DE SAÚDE
11.00	SECR. DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
11.02	SECR. DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
12.00	SECRETARIA DE VIACAO
13.00	SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL
13.06	SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL
13.06	SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL
14.02	SECRETARIA DE DESENV. ECONOMICO
15.00	SECRETARIA DE AGRIC. E MEIO AMBIENTE
15.02	SECRETARIA DE AGRIC. E MEIO AMBIENTE

**Duração:** O Presente contrato terá duração até o dia 23/11/2026, podendo ser prorrogado nos termos do Art. 107 da Lei nº 14.133/21 e será contado a partir da assinatura do presente Contrato.

**Foro:** da Comarca de Cidade Gaúcha – Pr.

**Data da assinatura:** 24/11/2025.

**Rondon – Pr, 24 de novembro de 2025.**

Roberto Aparecido Corredato  
Prefeito Municipal

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE RONDON**

ESTADO DO PARANÁ  
Avenida Paraná 155 - Centro  
Fones (44) 3672-1122 e 3672-1283 - Fax: 3672-1122 - CEP 87800-000  
CNPJ 75.380.071/0001-66

**GOVERNO QUE TRANSFORMA**  
"O futuro está a nossa frente"

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 199/2025**

**PREGÃO Nº 72/2025**

**Partes: O MUNICÍPIO DE RONDON e a empresa BOMBARDA BOMBARDA COMERCIO LTDA.**

**Objeto:** presente Contrato tem por objeto o Registro de preços para eventual aquisição de luzes e materiais decorativos natalinos, bem como contratação de empresa especializada na prestação de serviços de decoração natalina, incluindo a locação, instalação, manutenção e desmontagem de enfeites e estruturas decorativas em praças, canteiros, avenidas e demais espaços públicos do Município, visando à ornamentação e ambientação das festividades de Natal.

**Valor:** R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais).

**Forma de Pagamento:** Os pagamentos serão efetuados pela Prefeitura de Rondon, depois de homologado o procedimento licitatório, em até 30 dias após o recebimento do(s) produto(s)/serviço(s), mediante apresentação pela fornecedora da respectiva nota fiscal atestada pela respectiva secretaria requisitante.

**Dotação Orçamentária:** Os pagamentos decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação ocorrerão por conta dos recursos do orçamento vigente, através de dotações orçamentárias das diversas secretarias da administração municipal:

ORÇAO	NOME - UNID
02.00	GABINETE DO PREFEITO
05.00	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
05.02	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
06.00	SECRETARIA DE FINANÇAS
06.02	SECRETARIA DE FINANÇAS
06.03	SECRETARIA DE FINANÇAS
07.00	SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
08.00	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
08.02	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
08.03	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
09.00	SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTES
09.02	SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTES
10.00	SECRETARIA DE SAÚDE
10.02	SECRETARIA DE SAÚDE
11.00	SECR. DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
11.02	SECR. DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
12.00	SECRETARIA DE VIACAO
13.00	SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL
13.06	SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL
13.06	SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL
14.02	SECRETARIA DE DESENV. ECONOMICO
15.00	SECRETARIA DE AGRIC. E MEIO AMBIENTE
15.02	SECRETARIA DE AGRIC. E MEIO AMBIENTE

**Duração:** O Presente contrato terá duração até o dia 23/11/2026, podendo ser prorrogado nos termos do Art. 107 da Lei nº 14.133/21 e será contado a partir da assinatura do presente Contrato.

**Foro:** da Comarca de Cidade Gaúcha – Pr.

**Data da assinatura:** 24/11/2025.

**Rondon – Pr, 24 de novembro de 2025.**

Roberto Aparecido Corredato  
Prefeito Municipal

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE RONDON**

ESTADO DO PARANÁ  
Avenida Paraná 155 - Centro  
Fones (44) 3672-1122 e 3672-1283 - Fax: 3672-1122 - CEP 87800-000  
CNPJ 75.380.071/0001-66

**GOVERNO QUE TRANSFORMA**  
"O futuro está a nossa frente"

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 198/2025**

**PREGÃO Nº 72/2025**

**Partes: O MUNICÍPIO DE RONDON e a empresa JP EQUIPAMENTOS LTDA ME.**

**Objeto:** presente Contrato tem por objeto o Registro de preços para eventual aquisição de luzes e materiais decorativos natalinos, bem como contratação de empresa especializada na prestação de serviços de decoração natalina, incluindo a locação, instalação, manutenção e desmontagem de enfeites e estruturas decorativas em praças, canteiros, avenidas e demais espaços públicos do Município, visando à ornamentação e ambientação das festividades de Natal.

**Valor:** R\$ 10.999,00 (Dez mil, novecentos e noventa e nove reais).

**Forma de Pagamento:** Os pagamentos serão efetuados pela Prefeitura de Rondon, depois de homologado o procedimento licitatório, em até 30 dias após o recebimento do(s) produto(s)/serviço(s), mediante apresentação pela fornecedora da respectiva nota fiscal atestada pela respectiva secretaria requisitante.

**Dotação Orçamentária:** Os pagamentos decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação ocorrerão por conta dos recursos do orçamento vigente, através de dotações orçamentárias das diversas secretarias da administração municipal:

ORÇAO	NOME - UNID
02.00	GABINETE DO PREFEITO
05.00	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
05.02	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
06.00	SECRETARIA DE FINANÇAS
06.02	SECRETARIA DE FINANÇAS
06.03	SECRETARIA DE FINANÇAS
07.00	SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
08.00	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
08.02	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
08.03	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
09.00	SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTES
09.02	SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTES
10.00	SECRETARIA DE SAÚDE
10.02	SECRETARIA DE SAÚDE
11.00	SECR. DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
11.02	SECR. DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
12.00	SECRETARIA DE VIACAO
13.00	SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL
13.06	SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL
13.06	SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL
14.02	SECRETARIA DE DESENV. ECONOMICO
15.00	SECRETARIA DE AGRIC. E MEIO AMBIENTE
15.02	SECRETARIA DE AGRIC. E MEIO AMBIENTE

**Duração:** O Presente contrato terá duração até o dia 23/11/2026, podendo ser prorrogado nos termos do Art. 107 da Lei nº 14.133/21 e será contado a partir da assinatura do presente Contrato.

**Foro:** da Comarca de Cidade Gaúcha – Pr.

**Data da assinatura:** 24/11/2025.

**Rondon – Pr, 24 de novembro de 2025.**

Roberto Aparecido Corredato  
Prefeito Municipal

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE RONDON**

ESTADO DO PARANÁ  
Avenida Paraná 155 - Centro  
Fones (44) 3672-1122 e 3672-1283 - Fax: 3672-1122 - CEP 87800-000  
CNPJ 75.380.071/0001-66

**GOVERNO QUE TRANSFORMA**  
"O futuro está a nossa frente"

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 184/2025**

**PREGÃO Nº 70/2025**

**Partes: O MUNICÍPIO DE RONDON e a empresa DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES LTDA.**

**Objeto:** presente Contrato tem por objeto o Registro de preços para eventual aquisição de medicamentos que não fazem parte da lista do Consórcio Paraná Medicamentos, a serem distribuídos aos pacientes da rede municipal de saúde, com reserva de cota para ME/EPP.

**Valor:** R\$ 14.253,27 (Quatorze Mil, Duzentos e Trinta e Seis Reais e Sete Centavos).

**Forma de Pagamento:** Os pagamentos serão efetuados pela Prefeitura de Rondon, depois de homologado o procedimento licitatório, em até 30 dias após o recebimento do equipamento/material, mediante apresentação pela fornecedora da respectiva nota fiscal atestada pela respectiva secretaria requisitante.

**Dotação Orçamentária:** Os pagamentos decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação ocorrerão por conta dos recursos do orçamento vigente, através de dotações orçamentárias dos seguintes órgãos da Administração Municipal:

ORÇAO	NOME - UNID
10.01	SECRETARIA DE SAÚDE
10.02	SECRETARIA DE SAÚDE

**Duração:** O Presente contrato terá duração até o dia 12/11/2026, podendo ser prorrogado nos termos do Art. 107 da Lei nº 14.133/21 e será contado a partir da assinatura do presente Contrato.

**Foro:** da Comarca de Cidade Gaúcha – Pr.

**Data da assinatura:** 13/11/2025.

**Rondon – Pr, 13 de novembro de 2025.**

Aline da Silva Almeida  
Secretaria de Saúde

**CICENOP**  
Consórcio Público Intermunicipal do Centro Noroeste do Paraná  
CNPJ: 01.178.931/0001-47  
www.cicenop.com.br

**RESOLUÇÃO Nº 80/2025**

**SÚMULA:** Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional suplementar amparado pela Assembleia Geral, realizada em 23 de outubro de 2024, e dá outras providências.

O Consórcio Público Intermunicipal do Centro Noroeste do Paraná, aprovou e eu Marco Antonio Franzato, Presidente, promulgo a seguinte:

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento do Consórcio Intermunicipal do Centro Noroeste do Paraná, um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 3.414.791,74 (Três milhões, quatrocentos e quatorze mil, setecentos e noventa e um reais e setenta e quatro centavos), conforme discriminado abaixo;

02.001.10.301.0001.2.001 – Manutenção do Serv. do Consórcio Intermunicipal  
4.4.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente - (31322) R\$ 3.414.791,74

**Total suplementação R\$ 3.414.791,74**

Art. 2º - Os recursos necessários para a execução desta Resolução decorrerão do Excesso de Arrecadação apurado em 03 de novembro de 2025, conforme segue:

1.7.2.9.50.0.1.00.00.00. - TRANSFERÊNCIAS DE ESTADOS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS CONVENIO ESTADUAL AMBULATORIO MEDICO DE ESPECIALIDADES (AME)  
Total da Redução R\$ 3.414.791,74

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Cianorte (Pr), 24 de novembro de 2025.

MARCO ANTONIO FRANZATO:30680085904  
Assinado de forma digital por MARCO ANTONIO FRANZATO:30680085904  
Data: 2025.11.24 16:28:35 -0100  
Marco Antonio Franzato  
Presidente

Consórcio Público Intermunicipal do Centro Noroeste do Paraná  
Rua Piratininga, nº63 – CEP 87.200-163 – Cianorte – PR  
Fone: (44) 3018-4280

**SINDICATO DE HOTÉIS, RESTAURANTES, BARES E SIMILARES DE CIANORTE - PR.**

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

O presidente da Entidade supra no uso de suas atribuições que lhe confere o Estatuto e a Legislação; CONVOCA todos da categoria, associados e não associados para participarem da REUNIÃO ORDINÁRIA, que será realizada no dia 29 (vinte e nove) de novembro de 2025 às 09:00 (nove) horas em primeira convocação, e não havendo número legal, será efetuada em segunda convocação uma hora após, na Avenida Souza Naves, 1101-Sala 03, Zona 02, Cianorte-Pr., para deliberarem a seguinte ordem do dia:

a) Apreciação da Previsão Orçamentária para o Exercício Seguinte.

Cianorte - Pr., 21 de novembro de 2025.

CARLOS ROBERTO RUBIO SENES  
Presidente

**Sindicato Rural de Tuneiras do Oeste**

**EDITAL DE REGISTRO DE CHAPA**

Gestão 01/03/2026 a 28/02/2029

Em cumprimento ao disposto no estatuto desta entidade, comunico que foi registrada a chapa seguinte, como concorrente à eleição a que se refere o edital de convocação, publicado no dia 4 de Novembro de 2025 neste jornal.

Cargo	NOME DA CHAPA: Chapa Única	Nome do Candidato
Presidente	Fernando Tavares Ferreira	Fernando Tavares Ferreira
Vice Presidente	Erielino Silva Rocha	Erielino Silva Rocha
1º Secretário	Pedro Porfirio Pereira	Pedro Porfirio Pereira
1º Tesoureiro	Paulo Alexandre Gonçalves Piassa	Paulo Alexandre Gonçalves Piassa
Suplente de Diretoria	Acirlio Maria de Castilho	Acirlio Maria de Castilho
Suplente de Diretoria	Luiz Fernando Stumpf do Amaral	Luiz Fernando Stumpf do Amaral
Conselheiro Fiscal	Jose Augusto Lourenço Ferreira	Jose Augusto Lourenço Ferreira
Conselheiro Fiscal	Maria de Fatima Boneti	Maria de Fatima Boneti
Conselheiro Fiscal	Nelson Rocha	Nelson Rocha
Suplente Conselheiro Fiscal	Elza Gonçalves	Elza Gonçalves
Suplente Conselheiro Fiscal	Durvalino Jose Rodrigues	Durvalino Jose Rodrigues
Suplente Conselheiro Fiscal	Mayke Allen Daleffe	Mayke Allen Daleffe
Delegado Representante	Fernando Tavares Ferreira	Fernando Tavares Ferreira
Suplente de Delegado Represente	Paulo Alexandre Gonçalves Piassa	Paulo Alexandre Gonçalves Piassa

O prado para impugnação de candidaturas é de 5 dias, a contar da publicação do presente aviso, conforme estabelece o estatuto desta entidade.

Tuneiras do Oeste- PR, 19 de Novembro de 2025

Fernando Tavares Ferreira  
Presidente do Sindicato Rural de Tuneiras do Oeste

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

Pelo presente, A "ACIACRES", Associação dos Colaboradores das Indústrias de Alimentação de Cianorte e região, vem convocar todos os associados a Aciacres, para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária que será realizada na sede da Aciacres, situado na Rua Piratininga, 779, nesta cidade e comarca de Cianorte-Pr, no dia 28 de novembro de 2025, às 17:00 horas em primeira convocação, e caso não haja quórum legal para a instauração dos trabalhos, será realizada às 18:00 horas em Segunda convocação com qualquer número de associados presentes.

Ordem do dia:

1. Discussão, votação e aprovação da previsão orçamentária para o exercício 2026, com parecer do conselho fiscal.

Cianorte, 24 de novembro de 2025.

DALVA ROCHA SANTANA FERNANDES  
Presidente

DOUGLAS LEONARDO EIDAN  
Tesoureiro

**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAPOREMA**  
Estado do Paraná  
Rua Pará, 86 – Telef: (0xx41) 3684.1206 / 3684.1210  
CEP 87810-000 – CNPJ/MF 75.378.844/0001-70  
e-mail: pmguaprema@guaprema.pr.gov.br

**3º TERMO ADITIVO PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE EXECUÇÃO**

**3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 19/2024 CELEBRADO PELO MUNICÍPIO DE GUAPOREMA E PELA EMPRESA CONSTRUTORA LONGUINI LTDA, QUE TEM POR OBJETO:** Contratação de empresa para execução de obra de pavimentação asfáltica em CBUC, com área de 19.857,37m² no Município de Guaparema.

**CONTRATANTE:** Município de Guaparema, inscrito no CNPJ (MF) nº 75.378.844/0001-70, com sede na Rua Para 86, centro CEP 87.810-000, representado pelo Prefeito Municipal, Senador Gilberto Castiglioni, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CNPJ sob nº 454.760.729-53, portador da carteira de identidade com RG sob nº 3.013.908-8 SSP/PR, residente e domiciliado neste município, sito em Rua Cidreton Manoel Campos n.º 261, doravante denominado CONTRATANTE e a empresa CONSTRUTORA LONGUINI LTDA inscrita no CNPJ sob nº 16.514.870/0001-19, situada na Rua Edmundo Marcon Júnior 1565, Jardim Alvorada, Município de Cruzeiro do Oeste, neste ato representado por seu representante legal senhor André Longuini Junior, portador da cédula de identidade com RG sob nº 9.185.564-0 SSP/PR e com CPF sob nº 068.993.329-05, residente e domiciliado na cidade de Cruzeiro do Oeste – Paraná, a seguir denominada CONTRATADA, têm entre si justo e avençado, o presente aditivo ao contrato as cláusulas e condições a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO**  
O presente termo aditivo tem como objeto a DILAÇÃO PRAZO DE EXECUÇÃO, estabelecida na Cláusula Quarta, contrato firmado entre as partes em 02/02/2024.

**CLÁUSULA SEGUNDA: ACORDO ENTRE AS PARTES**  
Através do presente Termo Aditivo, a Prefeitura Municipal Guaparema e a Empresa CONTRATADA resolvem prorrogar o prazo de execução do contrato por mais 240 (duzentos e quarenta) dias.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DILAÇÃO DO PRAZO**  
Fica prorrogado o prazo de execução do contrato por mais 90 (noventa) dias, iniciando em 28 de setembro de 2025, com término em 27 de dezembro de 2025.

**CLÁUSULA QUARTA: DO FUNDAMENTO LEGAL**  
O presente termo aditivo encontra amparo legal nos Art. 57, inciso I, da Lei Federal nº. 8.666/93.

**CLÁUSULA QUINTA: DA RATIFICAÇÃO DA CLÁUSULAS**  
E, para fôrmosa e validade do que foi acordado, firmam-se o presente termo aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um ao outro, as quais, depois da lida, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial, firmado entre as partes.

Cidade do Guaparema, 18 de setembro de 2025.


André Longuini Junior  
ANDRÉ LONGUINI JUNIOR  
CONSTRUTORA LONGUINI LTDA  
Contratada

Gilberto Castiglioni  
Gilberto Castiglioni  
Prefeito Municipal

Testemunhas:

RG 14.304.204-1 RG 9.416.089-2





**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUSSARA**

ESTADO DO PARANÁ

Av. Princesa Izabel n.º 320 - tel.: 044-3028-1212

CEP 87.230-000 - CNPJ 75.789.552/0001-20

DECRETO Nº 7315/2025

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – REGRA DE TRANSIÇÃO PEDÁGIO, COM FUNDAMENTO NO ARTIGO 53 DA LEI MUNICIPAL Nº 2007/2025.

O SENHOR MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUSSARA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

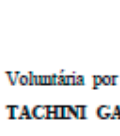
DECRETA:

**Art. 1º** - Fica Concedido a partir de 01/12/2025, Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição, à servidora **CACILDA TEREZINHA TACHINI GARCIA**, brasileira, casada, servidora publica municipal de Jussara-Pr., Portadora da Cédula de Identidade RG nº 3.924.269-9 SESP/PR, e inscrita no CPF nº 757.347.709-06, residente e domiciliada em Jussara-PR, no cargo de Orientadora Educacional, nos termos do Artigo 53 da Lei Municipal nº 2007/2025.

**Art. 2º** -Fica estipulado com proventos mensal de sua Aposentadoria, o valor de R\$ 5.430,83 (cinco mil, quatrocentos e trinta reais e oitenta e três centavos), correspondente a 100% de sua remuneração (salário base e anuênio), conforme planilha de cálculo de proventos.

**Art.3º** Os proventos de aposentadoria da servidora serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que modificar a remuneração dos servidores em atividade, inclusive quando decorrente da transformação ou reclassificação dos cargo em que se deu a aposentadoria nos termos do artigo 7º da E.C. 41/2003.

**Art.4º** - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUSSARA**

ESTADO DO PARANÁ

Av. Princesa Isabel, 350, Jussara - PR, 87230-000 / (44) 3628-1212

Edifício da Prefeitura do Município de Jussara

Aos 19 de novembro de 2025

MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI-7001112

5934

Moacir Luiz Pereira Valentini

PREFEITO MUNICIPAL

Edifício da Prefeitura do Município de Jussara


Aos 19 de novembro de 2025

MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI-7001112

5934

Moacir Luiz Pereira Valentini

PREFEITO MUNICIPAL



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUSSARA**

ESTADO DO PARANÁ

Av. Princesa Izabel n.º 320 - tel.: 044-3028-1212

CEP 87.230-000 - CNPJ 75.789.552/0001-20

DECRETO Nº 7314/2025

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, COM FUNDAMENTO NO ARTIGO 53 DA LAI MUNICIPAL Nº 2007/2025.

O SENHOR MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUSSARA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,


DECRETA:

**Art. 1º** - Fica Concedido a partir de 01/12/2025, Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição à servidora **ROSÉLI MERENCIO CAVALCANTE MINGUES**, brasileira, casada, servidora publica municipal de Jussara-PR, Portadora da Cédula de Identidade RG nº 4.519.715-8 SESP/PR, e inscrito no CPF nº 644.591.019-04, residente e domiciliado em Jussara-PR, no cargo telefonista, nos termos do Artigo 53 da Lei Municipal nº 2007/2025.

**Art. 2º** -Fica estipulado com proventos mensal de sua Aposentadoria, o valor de R\$ 3.950,98 (três mil, novecentos e cinquenta reais e noventa e oito centavos), correspondente a 100% de sua remuneração (salário base e anuênio), conforme planilha de cálculo de proventos.

**Art.3º** Os proventos de aposentadoria da servidora serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que modificar a remuneração dos servidores em atividade, inclusive quando decorrente da transformação ou reclassificação do cargo em que se deu a aposentadoria nos termos do artigo 7º da E.C. 41/2003.

**Art.4º** - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUSSARA**

ESTADO DO PARANÁ

Av. Princesa Izabel n.º 320 - tel.: 044-3028-1212

CEP 87.230-000 - CNPJ 75.789.552/0001-20

DECRETO Nº 7314/2025

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, COM FUNDAMENTO NO ARTIGO 53 DA LAI MUNICIPAL Nº 2007/2025.

O SENHOR MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUSSARA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,


DECRETA:

**Art. 1º** - Fica Concedido a partir de 01/12/2025, Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição à servidora **ROSÉLI MERENCIO CAVALCANTE MINGUES**, brasileira, casada, servidora publica municipal de Jussara-PR, Portadora da Cédula de Identidade RG nº 4.519.715-8 SESP/PR, e inscrito no CPF nº 644.591.019-04, residente e domiciliado em Jussara-PR, no cargo telefonista, nos termos do Artigo 53 da Lei Municipal nº 2007/2025.

**Art. 2º** -Fica estipulado com proventos mensal de sua Aposentadoria, o valor de R\$ 3.950,98 (três mil, novecentos e cinquenta reais e noventa e oito centavos), correspondente a 100% de sua remuneração (salário base e anuênio), conforme planilha de cálculo de proventos.

**Art.3º** Os proventos de aposentadoria da servidora serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que modificar a remuneração dos servidores em atividade, inclusive quando decorrente da transformação ou reclassificação do cargo em que se deu a aposentadoria nos termos do artigo 7º da E.C. 41/2003.

**Art.4º** - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.



**Prefeitura Municipal de São Tomé**

CNPJ nº 13.780.001-29

PRACA PROFESSOR PEDRO FÉCCIO, 248 - FONE/FAX: (0xx44) 3607-1280

CEP 87220-000 - e-mail: prefeitura.sao@netmail.com

SÃO TOMÉ - PARANÁ

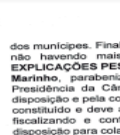
PORTARIA Nº 4233/2025

O Prefeito do Município de São Tomé, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei

RESOLVE

**Art. 1º** - Fica concedido a(o) servidor(a) público(a) municipal **SUELI DIAS DOS SANTOS MINEIRO**, ocupante do cargo de provimento efetivo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, 90 (NOVENTA) DIAS** consecutivos de **LICENÇA PREMIO**, referente ao período de trabalho de 14/03/2018 a 13/03/2023, para serem gozadas no período de **05/12/2025 a 04/03/2026**, nos termos do artigo 162, da Lei Complementar Municipal nº 002/2005 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de São Tomé).

**Art. 2º** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.



**Prefeitura Municipal de São Tomé**

CNPJ nº 13.780.001-29

PRACA PROFESSOR PEDRO FÉCCIO, 248 - FONE/FAX: (0xx44) 3607-1280

CEP 87220-000 - e-mail: prefeitura.sao@netmail.com

SÃO TOMÉ - PARANÁ


PORTARIA Nº 4233/2025

O Prefeito do Município de São Tomé, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei

RESOLVE

**Art. 1º** - Fica concedido a(o) servidor(a) público(a) municipal **SUELI DIAS DOS SANTOS MINEIRO**, ocupante do cargo de provimento efetivo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, 90 (NOVENTA) DIAS** consecutivos de **LICENÇA PREMIO**, referente ao período de trabalho de 14/03/2018 a 13/03/2023, para serem gozadas no período de **05/12/2025 a 04/03/2026**, nos termos do artigo 162, da Lei Complementar Municipal nº 002/2005 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de São Tomé).

**Art. 2º** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.



**Prefeitura Municipal de São Tomé**

CNPJ nº 13.780.001-29

PRACA PROFESSOR PEDRO FÉCCIO, 248 - FONE/FAX: (0xx44) 3607-1280

CEP 87220-000 - e-mail: prefeitura.sao@netmail.com

SÃO TOMÉ - PARANÁ


PORTARIA Nº 4233/2025

O Prefeito do Município de São Tomé, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei

RESOLVE

**Artigo 1º - FICA LOTADO(A)**, à partir de 24 de Novembro de 2025, a(o) servidor(a) público(a) municipal **GRAZIELA DA SILVA**, ocupante do cargo de provimento efetivo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**, matrícula **765**, no(a) **CMEI SONHO MÁGICO**.

**Artigo 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA**

TRABALHO & FAMÍLIA


TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Pregão Eletrônico Nº 077-2025-PMJ

Tramitado todas as fases do Pregão, bem como esaurido qualquer fase recursal, e não tendo recursos pendentes de apreciação, conforme preceitos o **Art. 73, inciso IV da Lei 14.132-21**, torna público a HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO da AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES, DESTINADOS AOS QUARTOS DO HOSPITAL MUNICIPAL, CONFORME ESTABELECIDO NA EMENDA IMPOSITIVA DE BANCADA Nº 06, a favor das empresas:

- GRAPAZ COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA, CNPJ nº 37.122.484/0001-51, valor total: R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais).
- V3 ELETRONICOS E MOVES PARA ESCRITÓRIO LTDA, CNPJ nº 05.060.054/0001-24, valor total: R\$ 18.852,21 (dezoito mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e vinte e um centavos).
- E. A. GOLDIN- PAPELARIA, CNPJ nº 10.015.601/0001-21, valor total: R\$ 2.579,00 (dois mil, quinhentos e setenta e nove reais).
- O.C.O PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 44.694.710/0001-34, valor total: R\$ 37.271,76 (trinta e sete mil, duzentos e setenta e um reais e setenta e seis centavos).

Valor total homologado: R\$ 60.202,97 (sessenta mil, duzentos e dois reais e noventa e sete centavos).



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA**

TRABALHO & FAMÍLIA


TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Pregão Eletrônico Nº 079-2025-PMJ

Tramitado todas as fases do Pregão, bem como esaurido qualquer fase recursal, e não tendo recursos pendentes de apreciação, conforme preceitos o **Art. 73, inciso IV da Lei 14.132-21**, torna público a HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO do objeto FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS E OUTROS ITENS DE ARTESANATO E PINTURA, DESTINADOS AO PROGRAMA DE SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS (PSCV), CONFORME ESTABELECIDO NA EMENDA IMPOSITIVA Nº 08, a favor das empresas:

- ULTIMORTO COMERCIO DE PRODUTOS LTDA, CNPJ nº 51.905.841/0001-57, valor total: R\$ 21.551,60 (vinte e um mil, quinhentos e cinquenta e um reais e sessenta centavos).
- CARVALHO ACESSORIOS PARA MOVES LTDA, CNPJ nº 49.754.499/0002-98, valor total: R\$ 1.708,36 (um mil, setecentos reais e trinta e seis centavos).
- O.C.O PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 44.694.710/0001-34, valor total: R\$ 5.880,00 (cinco mil, oitocentos e oitenta reais).
- CENTRO MUSICAL INAPORA LTDA ME, CNPJ nº 05.607.287/0001-36, valor total: R\$ 3.598,00 (três mil, quinhentos e noventa e oito reais).
- CARLOS DIOGENES EIRELI ME, CNPJ nº 07.654.233/0001-08, valor total: R\$ 1.963,60 (um mil, novecentos e sessenta e três reais e sessenta centavos).
- E. A. GOLDIN- PAPELARIA, CNPJ nº 10.015.601/0001-21, valor total: R\$ 6.214,00 (seis mil, duzentos e quatorze reais).

Valor total homologado: R\$ 40.907,56 (quarenta mil, novecentos e sete reais e cinquenta e seis centavos).



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA**

TRABALHO & FAMÍLIA


TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Pregão Eletrônico Nº 079-2025-PMJ

Tramitado todas as fases do Pregão, bem como esaurido qualquer fase recursal, e não tendo recursos pendentes de apreciação, conforme preceitos o **Art. 73, inciso IV da Lei 14.132-21**, torna público a HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO do objeto FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS E OUTROS ITENS DE ARTESANATO E PINTURA, DESTINADOS AO PROGRAMA DE SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS (PSCV), CONFORME ESTABELECIDO NA EMENDA IMPOSITIVA Nº 08, a favor das empresas:

- ULTIMORTO COMERCIO DE PRODUTOS LTDA, CNPJ nº 51.905.841/0001-57, valor total: R\$ 21.551,60 (vinte e um mil, quinhentos e cinquenta e um reais e sessenta centavos).
- CARVALHO ACESSORIOS PARA MOVES LTDA, CNPJ nº 49.754.499/0002-98, valor total: R\$ 1.708,36 (um mil, setecentos reais e trinta e seis centavos).
- O.C.O PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 44.694.710/0001-34, valor total: R\$ 5.880,00 (cinco mil, oitocentos e oitenta reais).
- CENTRO MUSICAL INAPORA LTDA ME, CNPJ nº 05.607.287/0001-36, valor total: R\$ 3.598,00 (três mil, quinhentos e noventa e oito reais).
- CARLOS DIOGENES EIRELI ME, CNPJ nº 07.654.233/0001-08, valor total: R\$ 1.963,60 (um mil, novecentos e sessenta e três reais e sessenta centavos).
- E. A. GOLDIN- PAPELARIA, CNPJ nº 10.015.601/0001-21, valor total: R\$ 6.214,00 (seis mil, duzentos e quatorze reais).

Valor total homologado: R\$ 40.907,56 (quarenta mil, novecentos e sete reais e cinquenta e seis centavos).



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA**

TRABALHO & FAMÍLIA

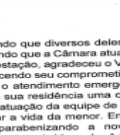
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Pregão Eletrônico Nº 079-2025-PMJ

Tramitado todas as fases do Pregão, bem como esaurido qualquer fase recursal, e não tendo recursos pendentes de apreciação, conforme preceitos o **Art. 73, inciso IV da Lei 14.132-21**, torna público a HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO do objeto FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS E OUTROS ITENS DE ARTESANATO E PINTURA, DESTINADOS AO PROGRAMA DE SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS (PSCV), CONFORME ESTABELECIDO NA EMENDA IMPOSITIVA Nº 08, a favor das empresas:

- ULTIMORTO COMERCIO DE PRODUTOS LTDA, CNPJ nº 51.905.841/0001-57, valor total: R\$ 21.551,60 (vinte e um mil, quinhentos e cinquenta e um reais e sessenta centavos).
- CARVALHO ACESSORIOS PARA MOVES LTDA, CNPJ nº 49.754.499/0002-98, valor total: R\$ 1.708,36 (um mil, setecentos reais e trinta e seis centavos).
- O.C.O PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 44.694.710/0001-34, valor total: R\$ 5.880,00 (cinco mil, oitocentos e oitenta reais).
- CENTRO MUSICAL INAPORA LTDA ME, CNPJ nº 05.607.287/0001-36, valor total: R\$ 3.598,00 (três mil, quinhentos e noventa e oito reais).
- CARLOS DIOGENES EIRELI ME, CNPJ nº 07.654.233/0001-08, valor total: R\$ 1.963,60 (um mil, novecentos e sessenta e três reais e sessenta centavos).
- E. A. GOLDIN- PAPELARIA, CNPJ nº 10.015.601/0001-21, valor total: R\$ 6.214,00 (seis mil, duzentos e quatorze reais).

Valor total homologado: R\$ 40.907,56 (quarenta mil, novecentos e sete reais e cinquenta e seis centavos).



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA**

TRABALHO & FAMÍLIA

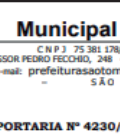
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Pregão Eletrônico Nº 079-2025-PMJ

Tramitado todas as fases do Pregão, bem como esaurido qualquer fase recursal, e não tendo recursos pendentes de apreciação, conforme preceitos o **Art. 73, inciso IV da Lei 14.132-21**, torna público a HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO do objeto FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS E OUTROS ITENS DE ARTESANATO E PINTURA, DESTINADOS AO PROGRAMA DE SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS (PSCV), CONFORME ESTABELECIDO NA EMENDA IMPOSITIVA Nº 08, a favor das empresas:

- ULTIMORTO COMERCIO DE PRODUTOS LTDA, CNPJ nº 51.905.841/0001-57, valor total: R\$ 21.551,60 (vinte e um mil, quinhentos e cinquenta e um reais e sessenta centavos).
- CARVALHO ACESSORIOS PARA MOVES LTDA, CNPJ nº 49.754.499/0002-98, valor total: R\$ 1.708,36 (um mil, setecentos reais e trinta e seis centavos).
- O.C.O PARTICIPACOES LTDA, CNPJ nº 44.694.710/0001-34, valor total: R\$ 5.880,00 (cinco mil, oitocentos e oitenta reais).
- CENTRO MUSICAL INAPORA LTDA ME, CNPJ nº 05.607.287/0001-36, valor total: R\$ 3.598,00 (três mil, quinhentos e noventa e oito reais).
- CARLOS DIOGENES EIRELI ME, CNPJ nº 07.654.233/0001-08, valor total: R\$ 1.963,60 (um mil, novecentos e sessenta e três reais e sessenta centavos).
- E. A. GOLDIN- PAPELARIA, CNPJ nº 10.015.601/0001-21, valor total: R\$ 6.214,00 (seis mil, duzentos e quatorze reais).

Valor total homologado: R\$ 40.907,56 (quarenta mil, novecentos e sete reais e cinquenta e seis centavos).



**Prefeitura Municipal de São Tomé**

CNPJ nº 13.780.001-29

PRACA PROFESSOR PEDRO FÉCCIO, 248 - FONE/FAX: (0xx44) 3607-1280

CEP 87220-000 - e-mail: prefeitura.sao@netmail.com

SÃO TOMÉ - PARANÁ


PORTARIA Nº 4230/2025

O Prefeito do Município de São Tomé, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE

**Art.1º** - Ficam concedidas férias regulamentares a(o) servidor(a) público(a) municipal **JOSE LUIZ ROSSI ZAMPAR**, ocupante do cargo efetivo de **MEDICO**, referente ao período de trabalho compreendido entre 02/09/2024 a 01/09/2025, para serem gozadas entre os dias **08/12/2025 a 06/01/2026**.

**Art.2º** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA**

TRABALHO & FAMÍLIA

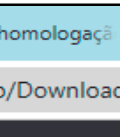
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Pregão Eletrônico Nº 073-2025-PMJ

Tramitado todas as fases do Pregão, bem como esaurido qualquer fase recursal, e não tendo recursos pendentes de apreciação, conforme preceitos o **Art. 73, inciso IV da Lei 14.132-21**, torna público a HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO do objeto AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA O GRUPO PÉ NA ESTRADA (MOCHILAS, GARRAFAS DE ÁGUA E UNIFORMES), CONFORME ESTABELECIDO NA EMENDA IMPOSITIVA INDIVIDUAL Nº 01, a favor da empresa:

- A. TARTARI & CIA.LTD.A, CNPJ nº 11.338.711/0001-97, valor total: R\$ 15.052,80 (quinze mil, cinquenta e dois reais e oitenta centavos).

Valor total homologado: R\$ 15.052,80 (quinze mil, cinquenta e dois reais e oitenta centavos).



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA**

TRABALHO & FAMÍLIA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 207/2025-PMJ

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUSSARA, Estado do Paraná, com sede à Avenida Princesa Izabel, 320, inscrito no CNPJ sob nº 75.789.552/0001-20.


CONTRATADA: A. TARTARI & CIA.LTD.A-ME, CNPJ: 11.338.711/0001-97

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA O GRUPO PÉ NA ESTRADA (MOCHILAS, GARRAFAS DE ÁGUA E UNIFORMES), CONFORME ESTABELECIDO NA EMENDA IMPOSITIVA INDIVIDUAL Nº 01.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Eletrônico nº 073/2025.

Período de vigência do contrato: 03 (três) meses.

VALOR GLOBAL: R\$ 15.052,80 (quinze mil, cinquenta e dois reais e oitenta centavos).



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA**

ESTADO DO PARANÁ

Princesa Izabel, 320

CEP: 87.230-000

E-mail: rlf@jussara-pr.gov.br

CNPJ: 75.789.552/0001-20


DECRETO Nº 7305/2025

O SENHOR MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUSSARA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI E TENDO EM VISTA O CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2022 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2022, E EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO RESULTADO FINAL DE 27 DE JANEIRO DE 2023.

DECRETA:

**Art. 1º** - NOMEAR – A senhora **MARCIA DE OLIVEIRA BENETO**, brasileira, residente e domiciliada em Jussara - Pr, Portadora da Cédula de Identidade RG nº 5.228.957-0 SSP/PR, para o Cargo de Provimento Efetivo de Pedagogo Social, a partir de 18 de novembro de 2025.

**Art. 2º** - Este Decreto entrará em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA**

ESTADO DO PARANÁ

Princesa Izabel, 320

CEP: 87.230-000

E-mail: rlf@jussara-pr.gov.br

CNPJ: 75.789.552/0001-20

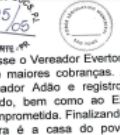
DECRETO Nº 7305/2025

O SENHOR MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUSSARA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI E TENDO EM VISTA O CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2022 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2022, E EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO RESULTADO FINAL DE 27 DE JANEIRO DE 2023.

DECRETA:

**Art. 1º** - NOMEAR – A senhora **MARCIA DE OLIVEIRA BENETO**, brasileira, residente e domiciliada em Jussara - Pr, Portadora da Cédula de Identidade RG nº 5.228.957-0 SSP/PR, para o Cargo de Provimento Efetivo de Pedagogo Social, a partir de 18 de novembro de 2025.

**Art. 2º** - Este Decreto entrará em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.



**Prefeitura Municipal de São Tomé**

CNPJ nº 13.780.001-29

PRACA PROFESSOR PEDRO FÉCCIO, 248 - FONE/FAX: (0xx44) 3607-1280

CEP 87220-000 - e-mail: prefeitura.sao@netmail.com

SÃO TOMÉ - PARANÁ


PORTARIA Nº 4234/2025

O Prefeito do Município de São Tomé, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei

RESOLVE

**Art. 1º** - Fica concedido a(o) servidor(a) público(a) municipal **PAULO CESAR RADDI**, ocupante do cargo de provimento efetivo de **AGENTE ADMINISTRATIVO, 90 (NOVENTA) DIAS** consecutivos de **LICENÇA PREMIO**, referente ao período de trabalho de 01/03/2017 a 28/02/2022, para serem gozadas no período de **01/12/2025 a 28/02/2026**, nos termos do artigo 162, da Lei Complementar Municipal nº 002/2005 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de São Tomé).

**Art. 2º** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.



**Prefeitura Municipal de São Tomé**

CNPJ nº 13.780.001-29

PRACA PROFESSOR PEDRO FÉCCIO, 248 - FONE/FAX: (0xx44) 3607-1280

CEP 87220-000 - e-mail: prefeitura.sao@netmail.com

SÃO TOMÉ - PARANÁ

PORTARIA Nº 4231/2025


O Prefeito do Município de São Tomé, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei

RESOLVE

**Artigo 1º - FICA LOTADO(A)**, à partir de 24 de Novembro de 2025, a(o) servidor(a) público(a) municipal **APARECIDA MARISA CORTESZA**, ocupante do cargo de provimento efetivo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**, matrícula **4849**, no(a) **CMEI CASA DE DAVI**.

**Artigo 2º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.





**Prefeitura Municipal de Japurá**

Avenida Bolívar, 363 - Centro - CEP: 87225-000 - Japurá/PR  
Fone: (41) 3633-1327 - Fax: (41) 3633-1300  
E-mail: [ataseeditais@tribunadecianorte.com.br](mailto:ataseeditais@tribunadecianorte.com.br)  
CNPJ: 15.788.349/0001-39

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 149/2025**  
**ORÇÃO Nº 99/2025 - PREGÃO Eletrônico Nº 54/2025**  
**LICITAÇÃO GERENCIADA: MUNICÍPIO DE JAPURÁ - CNPJ: 75.788.349/0001-39**

**DETECTOR DA ATA: MACANEIRO & GONZAGA LTDA ME - CNPJ: 17.155.411/0001-59**

**OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA OBRAS DE CONCRETO SIMPLES E ARMADAS, DE DIVERSOS DADOS DE COMPROMISSOS, INSTALAÇÕES & REPAROS E MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL NO MUNICÍPIO DE JAPURÁ-PR.**  
**VALOR GLOBAL: R\$ 139.288,40 (cento e trinta e nove Mil, Duzentos e Oitenta e Oito Reais e Quarenta Centavos).**

**PRAZO DE VIGÊNCIA:** A vigência será de 365 dias (Trentas e Sessenta e Cinco dias), contados da data de assinatura do contrato.

**DATA DE ASSINATURA:** 21/11/2025

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Preço	Preço Total
1	1 - TUBO DE CONCRETO PR 10X20CM PR 1	UNID	280,00	39,40	11.032,00
2	2 - TUBO DE CONCRETO PR 10X20CM PR 2	UNID	10,00	27,00	270,00
3	3 - TUBO DE CONCRETO PR 10X20CM PR 3	UNID	10,00	27,00	270,00
4	4 - TUBO DE CONCRETO PR 10X20CM PR 4	UNID	10,00	40,00	400,00
5	5 - TUBO DE CONCRETO PR 10X20CM PR 5	UNID	10,00	30,00	300,00
TOTAL					128.282,00

**PRAZO DE VIGÊNCIA:** A vigência será de 365 dias (Trentas e Sessenta e Cinco dias), contados da data de assinatura do contrato.

**DATA DE ASSINATURA:** 21/11/2025

**ADRIANA CRISTINA POLIZER**  
Prefeita Municipal

Japurá/PR, vinte e um dias de novembro de 2025.

**ADRIANA CRISTINA POLIZER**  
Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 143/2025**

**SÚMULA:** CONCEDE ESTABILIDADE AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS

**ADRIANA CRISTINA POLIZER, PREFEITA DE JAPURÁ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, E CONSIDERANDO O CONTÍDIO NO REGIMENTO INTERNO (ART. 74 CF), E INCISO IV E ARTIGO 43 DA CONSTITUIÇÃO DO PARANÁ, E A NECESSIDADE DE EVITAR QUE O CONTROLO SEJA TAMBÉM O GESTOR, EXECUTOR OU PARTICIPANTE**

**DECRETA**

ART. 1º - Fica CONSIDERADOS ESTÁVEIS OS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS ASSADO RELACIONADOS, A PARTIR DE 19 DE NOVEMBRO DE 2025, CONFORME SEGUIR:

Matrícula	Nome	Cargo
952	ALESSANDRIA ARCANJO DOS SANTOS	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
951	ROSA MARIA DAL BEN SIRENIM	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
943	FERNANDA BUENO BELTRAME	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
947	MICHELLE DAIANI BUENO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL
948	ANA FLAVIA CAMACHO MUNES	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

ART. 2º - Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

**PAÇO MUNICIPAL MANOEL PERES FILHO DE JAPURÁ EM 19 DE NOVEMBRO DE 2025.**

**ADRIANA CRISTINA POLIZER**  
Prefeita Municipal

Avenida Bolívar Nº 363, Centro, CEP 87225-000 - e-mail: [ataseeditais@tribunadecianorte.com.br](mailto:ataseeditais@tribunadecianorte.com.br)

**DECRETO Nº 149/2025**

**SÚMULA:** Estabelece a segregação de funções da Unidade Central de Controle Interno (UCCI) e veda a atuação de seus membros em atos de gestão.

A Prefeita Municipal de Japurá, no uso de suas atribuições legais, e CONSIDERANDO os princípios da segregação de funções e da independência do Controle Interno (Art. 74 CF), e a necessidade de evitar que o Controlador seja também o Gestor, Executor ou Participante

**DECRETA**

Art. 1º - A Unidade Central de Controle Interno (UCCI) atuará exclusivamente nas funções de auditoria, controle, correição, transparência e ouvidoria.

**Art. 2º -** Fica expressamente vedado aos servidores lotados na UCCI (Controlador, Auditores, Técnicos):

- Integrar, como membro titular ou suplente, Comissões de Licitação, Comissões de Recuperação de Objeto ou qualquer outro comissão;
- Auxiliar como Fiscal ou Gestor de Contratos Administrativos, Pregoeiro ou Leiloeiro do município;
- Auxiliar na gestão ou execução orçamentária e financeira, como: Ordenar despesa, emitir empenhos, autorizar pagamentos, e outras ações correlatas;
- Compor comissões de processo administrativo disciplinar (PAD), ou de Avaliações salvo na função de correição (se houver);
- Compor Comissões Administrativas Municipais.

**Art. 3º -** A atuação da UCCI nos processos de licitação e contratos (Art. 2º, I e II) dar-se-á exclusivamente a posteriori, por meio de auditoria e monitoramento, ou a priori, na análise de risco de editais (se previsto no Manual), sem co-gestão.

**Art. 4º -** Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

**PAÇO MUNICIPAL "Manoel Peres Filho" de Japurá em 24 de novembro de 2025.**

**ADRIANA CRISTINA POLIZER**  
Prefeita Municipal

Avenida Bolívar Nº 363, Centro, CEP 87225-000 - e-mail: [ataseeditais@tribunadecianorte.com.br](mailto:ataseeditais@tribunadecianorte.com.br)

**PORTARIA Nº 285 / 2025**

**ADRIANA CRISTINA POLIZER, PREFEITA MUNICIPAL DE JAPURÁ - COMARCA DE CIANORTE - ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, CONSIDERANDO O CONTÍDIO NO ART. 87 E 92 DA LEI MUNICIPAL Nº 024/2003 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2003.**

**RESOLVE**

**CONCEDER, FÉRIAS REGULAMENTARES À QUE TEM DIREITO O FUNCIONÁRIO PÚBLICO MUNICIPAL O SENHOR APARECIDO MANOEL FERREIRA SILVA, LOTADO NA SECRETARIA DA FINANÇAS E CONTABILIDADE, CARGO COMISSÃO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL, A PARTIR DE 19/11/2025 A 08/12/2025, REFERENTES AO PERÍODO DE TRABALHO COMPREENDIDO ENTRE 01/01/2024 A 31/12/2024.**


**PAÇO MUNICIPAL MANOEL PERES FILHO DE JAPURÁ - ESTADO DO PARANÁ, EM 19 DE NOVEMBRO DE 2025.**

**ADRIANA CRISTINA POLIZER**  
Prefeita Municipal

Avenida Bolívar Nº 363, Centro, CEP 87225-000

103	BRICKA AÇO RÁPIDO 3,0MM	PRINUS	UNID	10,00	4,50	45,00
104	BRICKA AÇO RÁPIDO 3,5 MM	PRINUS	UNID	10,00	5,20	52,00
105	BRICKA AÇO RÁPIDO 4,0 MM	PRINUS	UNID	10,00	6,00	60,00
106	BRICKA AÇO RÁPIDO 4,5 MM	PRINUS	UNID	10,00	6,80	68,00
107	BRICKA AÇO RÁPIDO 5,0 MM	PRINUS	UNID	10,00	7,50	75,00
108	BRICKA AÇO RÁPIDO 5,5 MM	PRINUS	UNID	10,00	8,30	83,00
109	BRICKA AÇO RÁPIDO 6,0 MM	PRINUS	UNID	10,00	9,00	90,00
110	BRICKA AÇO RÁPIDO 6,5 MM	PRINUS	UNID	10,00	9,80	98,00
111	BRICKA AÇO RÁPIDO 7,0 MM	PRINUS	UNID	10,00	10,50	105,00
112	BRICKA AÇO RÁPIDO 7,5 MM	PRINUS	UNID	10,00	11,30	113,00
113	BRICKA AÇO RÁPIDO 8,0 MM	PRINUS	UNID	10,00	12,00	120,00
114	BRICKA AÇO RÁPIDO 8,5 MM	PRINUS	UNID	10,00	12,80	128,00
115	BRICKA AÇO RÁPIDO 9,0 MM	PRINUS	UNID	10,00	13,50	135,00
116	BRICKA AÇO RÁPIDO 9,5 MM	PRINUS	UNID	10,00	14,30	143,00
117	BRICKA AÇO RÁPIDO 10,0 MM	PRINUS	UNID	10,00	15,00	150,00
118	BRICKA AÇO RÁPIDO 10,5 MM	PRINUS	UNID	10,00	15,80	158,00
119	BRICKA AÇO RÁPIDO 11,0 MM	PRINUS	UNID	10,00	16,50	165,00
120	BRICKA AÇO RÁPIDO 11,5 MM	PRINUS	UNID	10,00	17,30	173,00
121	BRICKA AÇO RÁPIDO 12,0 MM	PRINUS	UNID	10,00	18,00	180,00
122	BRICKA AÇO RÁPIDO 12,5 MM	PRINUS	UNID	10,00	18,80	188,00
123	BRICKA AÇO RÁPIDO 13,0 MM	PRINUS	UNID	10,00	19,50	195,00
124	BRICKA AÇO RÁPIDO 13,5 MM	PRINUS	UNID	10,00	20,30	203,00
125	BRICKA AÇO RÁPIDO 14,0 MM	PRINUS	UNID	10,00	21,00	210,00
126	BRICKA AÇO RÁPIDO 14,5 MM	PRINUS	UNID	10,00	21,80	218,00
127	BRICKA AÇO RÁPIDO 15,0 MM	PRINUS	UNID	10,00	22,50	225,00
128	BRICKA AÇO RÁPIDO 15,5 MM	PRINUS	UNID	10,00	23,30	233,00
129	BRICKA AÇO RÁPIDO 16,0 MM	PRINUS	UNID	10,00	24,00	240,00
130	BRICKA AÇO RÁPIDO 16,5 MM	PRINUS	UNID	10,00	24,80	248,00
131	BRICKA AÇO RÁPIDO 17,0 MM	PRINUS	UNID	10,00	25,50	255,00
132	BRICKA AÇO RÁPIDO 17,5 MM	PRINUS	UNID	10,00	26,30	263,00
133	BRICKA AÇO RÁPIDO 18,0 MM	PRINUS	UNID	10,00	27,00	270,00
134	BRICKA AÇO RÁPIDO 18,5 MM	PRINUS	UNID	10,00	27,80	278,00
135	BRICKA AÇO RÁPIDO 19,0 MM	PRINUS	UNID	10,00	28,50	285,00
136	BRICKA AÇO RÁPIDO 19,5 MM	PRINUS	UNID	10,00	29,30	293,00
137	BRICKA AÇO RÁPIDO 20,0 MM	PRINUS	UNID	10,00	30,00	300,00
138	BRICKA AÇO RÁPIDO 20,5 MM	PRINUS	UNID	10,00	30,80	308,00
139	BRICKA AÇO RÁPIDO 21,0 MM	PRINUS	UNID	10,00	31,50	315,00
140	BRICKA AÇO RÁPIDO 21,5 MM	PRINUS	UNID	10,00	32,30	323,00
141	BRICKA AÇO RÁPIDO 22,0 MM	PRINUS	UNID	10,00	33,00	330,00
142	BRICKA AÇO RÁPIDO 22,5 MM	PRINUS	UNID	10,00	33,80	338,00
143	BRICKA AÇO RÁPIDO 23,0 MM	PRINUS	UNID	10,00	34,50	345,00
144	BRICKA AÇO RÁPIDO 23,5 MM	PRINUS	UNID	10,00	35,30	353,00
145	BRICKA AÇO RÁPIDO 24,0 MM	PRINUS	UNID	10,00	36,00	360,00
146	BRICKA AÇO RÁPIDO 24,5 MM	PRINUS	UNID	10,00	36,80	368,00
147	BRICKA AÇO RÁPIDO 25,0 MM	PRINUS	UNID	10,00	37,50	375,00
148	BRICKA AÇO RÁPIDO 25,5 MM	PRINUS	UNID	10,00	38,30	383,00
149	BRICKA AÇO RÁPIDO 26,0 MM	PRINUS	UNID	10,00	39,00	390,00
150	BRICKA AÇO RÁPIDO 26,5 MM	PRINUS	UNID	10,00	39,80	398,00
151	BRICKA AÇO RÁPIDO 27,0 MM	PRINUS	UNID	10,00	40,50	405,00
152	BRICKA AÇO RÁPIDO 27,5 MM	PRINUS	UNID	10,00	41,30	413,00
153	BRICKA AÇO RÁPIDO 28,0 MM	PRINUS	UNID	10,00	42,00	420,00
154	BRICKA AÇO RÁPIDO 28,5 MM	PRINUS	UNID	10,00	42,80	428,00
155	BRICKA AÇO RÁPIDO 29,0 MM	PRINUS	UNID	10,00	43,50	435,00
156	BRICKA AÇO RÁPIDO 29,5 MM	PRINUS	UNID	10,00	44,30	443,00
157	BRICKA AÇO RÁPIDO 30,0 MM	PRINUS	UNID	10,00	45,00	450,00
158	BRICKA AÇO RÁPIDO 30,5 MM	PRINUS	UNID	10,00	45,80	458,00
159	BRICKA AÇO RÁPIDO 31,0 MM	PRINUS	UNID	10,00	46,50	465,00
160	BRICKA AÇO RÁPIDO 31,5 MM	PRINUS	UNID	10,00	47,30	473,00
161	BRICKA AÇO RÁPIDO 32,0 MM	PRINUS	UNID	10,00	48,00	480,00
162	BRICKA AÇO RÁPIDO 32,5 MM	PRINUS	UNID	10,00	48,80	488,00
163	BRICKA AÇO RÁPIDO 33,0 MM	PRINUS	UNID	10,00	49,50	495,00
164	BRICKA AÇO RÁPIDO 33,5 MM	PRINUS	UNID	10,00	50,30	503,00
165	BRICKA AÇO RÁPIDO 34,0 MM	PRINUS	UNID	10,00	51,00	510,00
166	BRICKA AÇO RÁPIDO 34,5 MM	PRINUS	UNID	10,00	51,80	518,00
167	BRICKA AÇO RÁPIDO 35,0 MM	PRINUS	UNID	10,00	52,50	525,00
168	BRICKA AÇO RÁPIDO 35,5 MM	PRINUS	UNID	10,00	53,30	533,00
169	BRICKA AÇO RÁPIDO 36,0 MM	PRINUS	UNID	10,00	54,00	540,00
170	BRICKA AÇO RÁPIDO 36,5 MM	PRINUS	UNID	10,00	54,80	548,00
171	BRICKA AÇO RÁPIDO 37,0 MM	PRINUS	UNID	10,00	55,50	555,00
172	BRICKA AÇO RÁPIDO 37,5 MM	PRINUS	UNID	10,00	56,30	563,00
173	BRICKA AÇO RÁPIDO 38,0 MM	PRINUS	UNID	10,00	57,00	570,00
174	BRICKA AÇO RÁPIDO 38,5 MM	PRINUS	UNID	10,00	57,80	578,00
175	BRICKA AÇO RÁPIDO 39,0 MM	PRINUS	UNID	10,00	58,50	585,00
176	BRICKA AÇO RÁPIDO 39,5 MM	PRINUS	UNID	10,00	59,30	593,00
177	BRICKA AÇO RÁPIDO 40,0 MM	PRINUS	UNID	10,00	60,00	600,00
178	BRICKA AÇO RÁPIDO 40,5 MM	PRINUS	UNID	10,00	60,80	608,00
179	BRICKA AÇO RÁPIDO 41,0 MM	PRINUS	UNID	10,00	61,50	615,00
180	BRICKA AÇO RÁPIDO 41,5 MM	PRINUS	UNID	10,00	62,30	623,00
181	BRICKA AÇO RÁPIDO 42,0 MM	PRINUS	UNID	10,00	63,00	630,00
182	BRICKA AÇO RÁPIDO 42,5 MM	PRINUS	UNID	10,00	63,80	638,00
183	BRICKA AÇO RÁPIDO 43,0 MM	PRINUS	UNID	10,00	64,50	645,00
184	BRICKA AÇO RÁPIDO 43,5 MM	PRINUS	UNID	10,00	65,30	653,00
185	BRICKA AÇO RÁPIDO 44,0 MM	PRINUS	UNID	10,00	66,00	660,00
186	BRICKA AÇO RÁPIDO 44,5 MM	PRINUS	UNID	10,00	66,80	668,00
187	BRICKA AÇO RÁPIDO 45,0 MM	PRINUS	UNID	10,00	67,50	675,00
188	BRICKA AÇO RÁPIDO 45,5 MM	PRINUS	UNID	10,00	68,30	683,00
189	BRICKA AÇO RÁPIDO 46,0 MM	PRINUS	UNID	10,00	69,00	690,00
190	BRICKA AÇO RÁPIDO 46,5 MM	PRINUS	UNID	10,00	69,80	698,00
191	BRICKA AÇO RÁPIDO 47,0 MM	PRINUS	UNID	10,00	70,50	705,00
192	BRICKA AÇO RÁPIDO 47,5 MM	PRINUS	UNID	10,00	71,30	713,00
193	BRICKA AÇO RÁPIDO 48,0 MM	PRINUS	UNID	10,00	72,00	720,00
194	BRICKA AÇO RÁPIDO 48,5 MM	PRINUS	UNID	10,00	72,80	728,00
195	BRICKA AÇO RÁPIDO 49,0 MM	PRINUS	UNID	10,00	73,50	735,00
196	BRICKA AÇO RÁPIDO 49,5 MM	PRINUS	UNID	10,00	74,30	743,00
197	BRICKA AÇO RÁPIDO 50,0 MM	PRINUS	UNID	10,00	75,00	750,00
198	BRICKA AÇO RÁPIDO 50,5 MM	PRINUS	UNID	10,00	75,80	758,00
199	BRICKA AÇO RÁPIDO 51,0 MM	PRINUS	UNID	10,00	76,50	765,00
200	BRICKA AÇO RÁPIDO 51,5 MM	PRINUS	UNID	10,00	77,30	773,00
201	BRICKA AÇO RÁPIDO 52,0 MM	PRINUS	UNID	10,00	78,00	780,00
202	BRICKA AÇO RÁPIDO 52,5 MM	PRINUS	UNID	10,00	78,80	788,00
203	BRICKA AÇO RÁPIDO 53,0 MM	PRINUS	UNID	10,00	79,50	795,00
204	BRICKA AÇO RÁPIDO 53,5 MM	PRINUS	UNID	10,00	80,30	803,00
205	BRICKA AÇO RÁPIDO 54,0 MM	PRINUS	UNID	10,00	81,00	810,00
206	BRICKA AÇO RÁPIDO 54,5 MM	PRINUS	UNID	10,00	81,80	818,00
207	BRICKA AÇO RÁPIDO 55,0 MM	PRINUS	UNID	10,00	82,50	825,00
208	BRICKA AÇO RÁPIDO 55,5 MM	PRINUS	UNID	10,00	83,30	833,00
209	BRICKA AÇO RÁPIDO 56,0 MM	PRINUS	UNID	10,00	84,00	840,00
210	BRICKA AÇO RÁPIDO 56,5 MM	PRINUS	UNID	10,00	84,80	848,00
211	BRICKA AÇO RÁPIDO 57,0 MM	PRINUS	UNID	10,00	85,50	855,00
212	BRICKA AÇO RÁPIDO 57,5 MM	PRINUS	UNID	10,00	86,30	863,00
213	BRICKA AÇO RÁPIDO 58,0 MM	PRINUS	UNID	10,00	87,00	870,00
214	BRICKA AÇO RÁPIDO 58,5 MM	PRINUS	UNID	10,00	87,80	878,00
215	BRICKA AÇO RÁPIDO 59,0 MM	PRINUS	UNID	10,00	88,50	885,00
216	BRICKA AÇO RÁPIDO 59,5 MM	PRINUS	UNID	10,00	89,30	893,00
217	BRICKA AÇO RÁPIDO 60,0 MM	PRINUS	UNID	10,00	90,00	900,00
218	BRICKA AÇO RÁPIDO 60,5 MM	PRINUS	UNID	10,00	90,80	908,00
219	BRICKA AÇO RÁPIDO 61,0 MM	PRINUS	UNID	10,00	91,50	915,00
220	BRICKA AÇO RÁPIDO 61,5 MM	PRINUS	UNID	10,00	92,30	923,00
221	BRICKA AÇO RÁPIDO 62,0 MM	PRINUS	UNID	10,00	93,00	930,00
222	BRICKA AÇO RÁPIDO 62,5 MM	PRINUS	UNID	10,00	93,80	938,00
223	BRICKA AÇO RÁPIDO 63,0 MM	PRINUS	UNID	10,00	94,50	945,00
224	BRICKA AÇO RÁPIDO 63,5 MM	PRINUS	UNID	10,00	95,30	953,00
225	BRICKA AÇO RÁPIDO 64,0 MM	PRINUS	UNID	10,00	96,00	960,00
226	BRICKA AÇO RÁPIDO 64,5 MM	PRINUS	UNID	10,00	96,80	968,00
227	BRICKA AÇO RÁPIDO 65,0 MM	PRINUS	UNID	10,00	97,50	975,00
228	BRICKA AÇO RÁPIDO 65,5 MM	PRINUS	UNID	10,00	98,30	983,00
229	BRICKA AÇO RÁPIDO 66,0 MM	PRINUS	UNID	10,00	99,00	990,00
230	BRICKA AÇO RÁPIDO 66,5 MM	PRINUS	UNID	10,00	99,80	998,00
231	BRICKA AÇO RÁPIDO 67,0 MM	PRINUS	UNID	10,00	100,50	1005,00
232	BRICKA AÇO RÁPIDO 67,5 MM	PRINUS	UNID	10,00	101,30	1013,00
233	BRICKA AÇO RÁPIDO 68,0 MM	PRINUS	UNID	10,00	102,00	1020,00
234	BRICKA AÇO RÁPIDO 68,5 MM	PRINUS	UNID	10,00	102,80	1028,00
235	BRICKA AÇO RÁPIDO 69,0 MM	PRINUS	UNID	10,00	103,50	1035,00
236	BRICKA AÇO RÁPIDO 69,5 MM	PRINUS	UNID	10,00	104,30	1043,00
237	BRICKA AÇO RÁPIDO 70,0 MM	PRINUS	UNID	10,00	105,00	1050,00
238	BRICKA AÇO RÁPIDO 70,5 MM	PRINUS	UNID	10,00	105,80	1058,00
239	BRICKA AÇO RÁPIDO 71,0 MM	PRINUS	UNID	10,00	106,50	1065,00
240	BRICKA AÇO RÁPIDO 71,5 MM	PRINUS	UNID	10,00	107,30	1073,00
241	BRICKA AÇO RÁPIDO 72,0 MM	PRINUS	UNID	10,00	108,00	1080,00
242	BRICKA AÇO RÁPIDO 72,5 MM	PRINUS	UNID	10,00	108,80	1088,00
243	BRICKA AÇO RÁPIDO 73,0 MM	PRINUS	UNID	10,00	109,50	1095,00
244	BRICKA AÇO RÁPIDO 73,5 MM	PRINUS	UNID	10,00	110,30	1103,00
245	BRICKA AÇO RÁPIDO 74,0 MM	PRINUS	UNID	10,00	111,00	1110,00
246	BRICKA AÇO RÁPIDO 74,5 MM	PRINUS	UNID	10,00	111,80	1118,00
247	BRICKA AÇO RÁPIDO 75,0 MM	PRINUS	UNID	10,00	112,50	1125,00
248	BRICKA AÇO RÁPIDO 75,5 MM	PRINUS	UNID	10,00	113,30	1133,00
249	BRICKA AÇO RÁPIDO 76,0 MM	PRINUS	UNID	10,00	114,00	1140,00
250	BRICKA AÇO RÁPIDO 76,5 MM	PRINUS	UNID	10,00	114,80	1148,00
251	BRICKA AÇO RÁPIDO 77,0 MM	PRINUS	UNID	10,00	115,50	1155,00
252	BRICKA AÇO RÁPIDO 77,5 MM	PRINUS	UNID	10,00	116,30	1163,00
253	BRICKA AÇO RÁPIDO 78,0 MM	PRINUS	UNID	10,00	117,00	1170,00
254	BRICKA AÇO RÁPIDO 78,5 MM	PRINUS	UNID	10,00	117,80	1178,00
255	BRICKA AÇO RÁPIDO 79,0 MM	PRINUS	UNID	10,00	118,50	1185,00
256	BRICKA AÇO RÁPIDO 79,5 MM	PRINUS	UNID	10,00	119,30	1193,00
257	BRICKA AÇO RÁPIDO 80,0 MM	PRINUS	UNID	10,00	120,00	1200,00
258	BRICKA AÇO RÁPIDO 80,5 MM	PRINUS	UNID	10,00	120,80	1208,00
259	BRICKA AÇO RÁPIDO 81,0 MM	PRINUS	UNID	10,00	121,50	1215,00
260	BRICKA AÇO RÁPIDO 81,5 MM	PRINUS	UNID	10,00	122,30	1223,00
261	BRICKA AÇO RÁPIDO 82,0 MM</					





# Prefeitura Municipal de Japará

Avenida Bolívar, 363 – Centro – Fone: (49) 3435-1327 – Fax: (49) 3435-1300  
e-mail: [contabilidade@japara.pr.gov.br](mailto:contabilidade@japara.pr.gov.br) – CEP: 87225-000 – CNPJ: 75.782.340/0001-39 – Japará/PR

## DECRETO Nº 136/2025

**ADRIANA CRISTINA POLIZER**, Prefeita Municipal de Japará, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 37 de 10/12/2024.

### D E C R E T A

Art. 1º - Fica aberto ao Orçamento Geral do Município, um Crédito Adicional Suplementar no montante de R\$ 57.318,99 (Quarenta e cinco mil e sete mil trezentos e dezoito reais e novecentos e noventa e nove centavos), para atender despesas não previstas no orçamento programa em execução, conforme segue:

Despesa	07 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	Acréscimo	5.000,00
	04.122.0002.2011 Manutenção da Administração Geral	07.006 DIVISÃO DE SERV. GERAIS E ADMINISTRATIVOS	Supervirt 5.000,00
	3.3.90.14.00.00 DIÁRIAS - CIVIL	07.006 DIVISÃO DE SERV. GERAIS E ADMINISTRATIVOS	Supervirt 5.000,00
350	00000 Recursos Ordinários (Límites)	Acréscimo	120.000,00
	04.122.0002.2011 Manutenção da Administração Geral	07.006 DIVISÃO DE SERV. GERAIS E ADMINISTRATIVOS	Supervirt 13.380,00
	3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	07.006 DIVISÃO DE SERV. GERAIS E ADMINISTRATIVOS	Supervirt 13.380,00
430	00000 Recursos Ordinários (Límites)	Acréscimo	13.380,00
	04.122.0002.2011 Manutenção da Administração Geral	07.006 DIVISÃO DE SERV. GERAIS E ADMINISTRATIVOS	Supervirt 13.380,00
	3.3.90.48.00.00 OUTROS AQUELQUES FINANÇEIRAS A PESSOAS FÍSICAS	07.006 DIVISÃO DE SERV. GERAIS E ADMINISTRATIVOS	Supervirt 13.380,00
470	00000 Recursos Ordinários (Límites)	Acréscimo	13.380,00
	08 SEC. DE FINANÇAS E CONTABILIDADE	08.002 DIVISÃO DE ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE	Acréscimo 30.000,00
	28.844.0003.0021 Precatórios ART. 101 ADCT	08.002 DIVISÃO DE ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE	Supervirt 30.000,00
	3.1.90.91.00.00 SENTENÇAS JUDICIAIS	08.002 DIVISÃO DE ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE	Supervirt 30.000,00
820	00000 Recursos Ordinários (Límites)	Acréscimo	150.000,00
	10.301.0006.2047 Manutenção dos Serviços da Atenção Primária em Saúde no Município	10.301.0006.2047 Manutenção dos Serviços da Atenção Primária em Saúde no Município	Supervirt 150.000,00
	3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.301.0006.2047 Manutenção dos Serviços da Atenção Primária em Saúde no Município	Supervirt 150.000,00
1831	00044 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - EMENDAS	Acréscimo	3.000,00
	10.301.0006.2047 Manutenção dos Serviços da Atenção Primária em Saúde no Município	10.301.0006.2047 Manutenção dos Serviços da Atenção Primária em Saúde no Município	Supervirt 3.000,00
	3.3.90.46.00.00 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	10.301.0006.2047 Manutenção dos Serviços da Atenção Primária em Saúde no Município	Supervirt 3.000,00
1870	00000 Recursos Ordinários (Límites)	Acréscimo	3.000,00

Ar. Bolívar, 363 - Fone: (49) 3435-1327 - Fax: 3435-1300 - e-mail: [contabilidade@japara.pr.gov.br](mailto:contabilidade@japara.pr.gov.br) - CEP: 87225-000 - JAPARÁ/PR.

10 SECRETARIA DE SAÚDE	Acréscimo	20.500,00
10.000 DIVISÃO DE MÍDIA E ALTA COMPLEXIDADE	Supervirt	20.500,00
10.302.0006.2048 Manutenção do Centro de Referência em Assistência Social - CRAS	Supervirt	20.500,00
3.3.71.70.00.00 RÁTEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSORCIO PÚBLICO	Supervirt	20.500,00
1960	00000 Recursos Ordinários (Límites)	20.500,00
11 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Acréscimo	27.735,68
11.001 DIVISÃO DO SISTEMA UNICO DE ASSIST. SOCIAL	Supervirt	27.735,68
08.244.0008.2057 Manutenção do Centro de Referência em Assistência Social - CRAS	Supervirt	27.735,68
3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Supervirt	27.735,68
2672	01956 PISO UNICO DE ASSISTENCIA SOCIAL - PAS - ESTADUAL	27.735,68
11 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Acréscimo	13.803,31
11.001 DIVISÃO DE PROT. SOCIAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	Supervirt	13.803,31
08.243.0009.6001 Assistência à Criança e Adolescente em Situação de Vulnerabilidade Social	Supervirt	13.803,31
3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Supervirt	13.803,31
2810	00000 Recursos Ordinários (Límites)	13.803,31
12 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Acréscimo	10.000,00
12.001 DIVISÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	Supervirt	10.000,00
12.361.0013.2075 Manutenção da Educação Básica - Ensino Fundamental	Supervirt	10.000,00
3700	00000 Recursos Ordinários (Límites)	10.000,00
12 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Acréscimo	10.000,00
12.001 DIVISÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	Supervirt	10.000,00
12.365.0012.2076 Manutenção da Educação Básica - Infantil	Supervirt	10.000,00
4080	00000 Recursos Ordinários (Límites)	10.000,00
12 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Acréscimo	6.000,00
12.001 DIVISÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	Supervirt	6.000,00
12.365.0012.2076 Manutenção da Educação Básica - Infantil	Supervirt	6.000,00
4120	00000 Recursos Ordinários (Límites)	6.000,00
13 SECRETARIA DE ESPORTES	Acréscimo	10.000,00
13.001 DIVISÃO DE ESPORTES	Supervirt	10.000,00
27.812.0016.2087 Gestão e Manutenção das Atividades Esportivas	Supervirt	10.000,00
4970	00000 Recursos Ordinários (Límites)	10.000,00
14 SEC. DE AGRIC. E MEIO AMBIENTE	Acréscimo	6.000,00
14.001 DIVISÃO DE AGRICULTURA	Supervirt	6.000,00
20.606.0017.2095 Gestão e Manutenção das Atividades da Divisão de Agricultura	Supervirt	6.000,00
5140	00000 Recursos Ordinários (Límites)	6.000,00

Ar. Bolívar, 363 - Fone: (49) 3435-1327 - Fax: 3435-1300 - e-mail: [contabilidade@japara.pr.gov.br](mailto:contabilidade@japara.pr.gov.br) - CEP: 87225-000 - JAPARÁ/PR.

16 SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO	Acréscimo	132.000,00
16.001 DIVISÃO DE CULTURA	Supervirt	
13.392.0015.2107 Incentivo a Eventos Culturais		
13.395.30.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
5560	00000 Recursos Ordinários (Límites)	
Art. 2º - Como recursos para a abertura do presente Crédito Adicional Suplementar, será utilizado o seguinte:		
I - O Exercício de Arrecadação no valor de R\$ 177.735,68 (Cento e setenta e sete mil setecentos e trinta e cinco reais e sessenta e oito centavos);		
II - O Suplemento Financeiro, exercício anterior, no valor de R\$ 341.303,31 (Trezentos e quarenta e um mil e trezentos e trinta e três reais e três centavos);		
III - O Cancelamento das seguintes dotações do exercício corrente no valor de R\$ 38.280,00 (Trinta e oito mil e oitenta e oito reais);		
07 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	Acréscimo	13.380,00
07.006 DIVISÃO DE SERV. GERAIS E ADMINISTRATIVOS		
04.122.0002.2012 Gestão de Pessoal da Divisão de Serviços Gerais		
3.3.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
480	00000 Recursos Ordinários (Límites)	
10 SECRETARIA DE SAÚDE	Acréscimo	3.000,00
10.001 DIVISÃO DE ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE		
10.301.0006.2047 Manutenção dos Serviços da Atenção Primária em Saúde no Município		
3.3.90.46.00.00 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO		
1890	00044 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	
12 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Acréscimo	6.000,00
12.001 DIVISÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA		
12.365.0012.2076 Manutenção da Educação Básica - Infantil		
3.3.90.46.00.00 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO		
4150	00104 Despesas Impostos Vinculados à Educação Básica	
13 SECRETARIA DE ESPORTES	Acréscimo	10.000,00
13.001 DIVISÃO DE ESPORTES		
27.812.0016.2087 Gestão e Manutenção das Atividades Esportivas		
3.3.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
4920	00000 Recursos Ordinários (Límites)	
14 SEC. DE AGRIC. E MEIO AMBIENTE	Acréscimo	5.000,00
14.001 DIVISÃO DE AGRICULTURA		
20.606.0017.2095 Gestão e Manutenção das Atividades da Divisão de Agricultura		
3.1.90.13.00.00 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS		
5100	00000 Recursos Ordinários (Límites)	

Ar. Bolívar, 363 - Fone: (49) 3435-1327 - Fax: 3435-1300 - e-mail: [contabilidade@japara.pr.gov.br](mailto:contabilidade@japara.pr.gov.br) - CEP: 87225-000 - JAPARÁ/PR.

14 SEC. DE AGRIC. E MEIO AMBIENTE	Acréscimo	1.000,00
14.001 DIVISÃO DE AGRICULTURA		
20.606.0017.2095 Gestão e Manutenção das Atividades da Divisão de Agricultura		
5150 00000 Recursos Ordinários (Límites)		

Art. 3º - Fica incluída na Programação Financeira e no Cronograma de Desempenho o seguinte valor como segue:


Fonte: 0000	novembro	341.303,31
Fonte: 0404	novembro	150.000,00
Fonte: 1956	novembro	27.735,68

Alterações Adicionais do Cronograma de Desempenho:

Fonte: 0000	novembro	341.303,31
Fonte: 0404	novembro	150.000,00
Fonte: 1956	novembro	27.735,68

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal "Manoel Peres Filho" de Japará, Estado do Paraná, em 06 de novembro de 2025.

  
**ADRIANA CRISTINA POLIZER**  
Prefeita Municipal

Ar. Bolívar, 363 - Fone: (49) 3435-1327 - Fax: 3435-1300 - e-mail: [contabilidade@japara.pr.gov.br](mailto:contabilidade@japara.pr.gov.br) - CEP: 87225-000 - JAPARÁ/PR.

# Prefeitura Municipal de Japará

Avenida Bolívar, 363 – Centro – Fone: (49) 3435-1327 – Fax: (49) 3435-1300  
e-mail: [contabilidade@japara.pr.gov.br](mailto:contabilidade@japara.pr.gov.br) – CEP: 87225-000 – CNPJ: 75.782.340/0001-39 – Japará/PR

## Estado do Paraná

### DECRETO Nº 136/2025

ADRIANA CRISTINA POLIZER, Prefeita Municipal de Japará, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 37 de 10/12/2024.

### D E C R E T A

Art. 1º - Fica aberto ao Orçamento Geral do Município, um Crédito Adicional Suplementar no montante de R\$ 57.318,99 (Quarenta e cinco mil e sete mil trezentos e dezoito reais e novecentos e noventa e nove centavos), para atender despesas não previstas no orçamento programa em execução, conforme segue:

Despesa	07 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	Acréscimo	5.000,00
	07.006 DIVISÃO DE SERV. GERAIS E ADMINISTRATIVOS	Supervirt	5.000,00
	04.122.0002.2011 Manutenção da Administração Geral		
3.3.90.14.00.00 DIÁRIAS - CIVIL	07.006 DIVISÃO DE SERV. GERAIS E ADMINISTRATIVOS	Supervirt	5.000,00
350	00000 Recursos Ordinários (Límites)		
	07 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	Acréscimo	120.000,00
	07.006 DIVISÃO DE SERV. GERAIS E ADMINISTRATIVOS	Supervirt	120.000,00
	04.122.0002.2011 Manutenção da Administração Geral		
3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	07.006 DIVISÃO DE SERV. GERAIS E ADMINISTRATIVOS	Supervirt	13.380,00
430	00000 Recursos Ordinários (Límites)		
	07 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	Acréscimo	13.380,00
	07.006 DIVISÃO DE SERV. GERAIS E ADMINISTRATIVOS	Supervirt	13.380,00
	04.122.0002.2011 Manutenção da Administração Geral		
3.3.90.48.00.00 OUTROS AQUELQUES FINANÇEIRAS A PESSOAS FÍSICAS	07.006 DIVISÃO DE SERV. GERAIS E ADMINISTRATIVOS	Supervirt	13.380,00
470	00000 Recursos Ordinários (Límites)		
	08 SEC. DE FINANÇAS E CONTABILIDADE	Acréscimo	30.000,00
	08.002 DIVISÃO DE ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE	Supervirt	30.000,00
	28.844.0003.0021 Precatórios ART. 101 ADCT		
3.1.90.91.00.00 SENTENÇAS JUDICIAIS	08.002 DIVISÃO DE ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE	Supervirt	30.000,00
820	00000 Recursos Ordinários (Límites)		
	10 SECRETARIA DE SAÚDE	Acréscimo	150.000,00
	10.301.0006.2047 Manutenção dos Serviços da Atenção Primária em Saúde no Município	Supervirt	150.000,00
	3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
1831	00044 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - EMENDAS	Acréscimo	3.000,00
	10 SECRETARIA DE SAÚDE	Acréscimo	3.000,00
	10.301.0006.2047 Manutenção dos Serviços da Atenção Primária em Saúde no Município	Supervirt	3.000,00
	3.3.90.46.00.00 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO		
1870	00000 Recursos Ordinários (Límites)		

Ar. Bolívar, 363 - Fone: (49) 3435-1327 - Fax: 3435-1300 - e-mail: [contabilidade@japara.pr.gov.br](mailto:contabilidade@japara.pr.gov.br) - CEP: 87225-000 - JAPARÁ/PR.


10 SECRETARIA DE SAÚDE	Acréscimo	20.500,00
10.000 DIVISÃO DE MÍDIA E ALTA COMPLEXIDADE	Supervirt	20.500,00
10.302.0006.2048 Manutenção do Centro de Referência em Assistência Social - CRAS	Supervirt	20.500,00
3.3.71.70.00.00 RÁTEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSORCIO PÚBLICO	Supervirt	20.500,00
1960	00000 Recursos Ordinários (Límites)	20.500,00
11 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Acréscimo	27.735,68
11.001 DIVISÃO DO SISTEMA UNICO DE ASSIST. SOCIAL	Supervirt	27.735,68
08.244.0008.2057 Manutenção do Centro de Referência em Assistência Social - CRAS	Supervirt	27.735,68
3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Supervirt	27.735,68
2672	01956 PISO UNICO DE ASSISTENCIA SOCIAL - PAS - ESTADUAL	27.735,68
11 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Acréscimo	13.803,31
11.001 DIVISÃO DE PROT. SOCIAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	Supervirt	13.803,31
08.243.0009.6001 Assistência à Criança e Adolescente em Situação de Vulnerabilidade Social	Supervirt	13.803,31
3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Supervirt	13.803,31
2810	00000 Recursos Ordinários (Límites)	13.803,31
12 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Acréscimo	10.000,00
12.001 DIVISÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	Supervirt	10.000,00
12.361.0013.2075 Manutenção da Educação Básica - Ensino Fundamental	Supervirt	10.000,00
3700	00000 Recursos Ordinários (Límites)	10.000,00
12 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Acréscimo	10.000,00
12.001 DIVISÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	Supervirt	10.000,00
12.365.0012.2076 Manutenção da Educação Básica - Infantil	Supervirt	10.000,00
4080	00000 Recursos Ordinários (Límites)	10.000,00
12 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Acréscimo	6.000,00
12.001 DIVISÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	Supervirt	6.000,00
12.365.0012.2076 Manutenção da Educação Básica - Infantil	Supervirt	6.000,00
4120	00000 Recursos Ordinários (Límites)	6.000,00
13 SECRETARIA DE ESPORTES	Acréscimo	10.000,00
13.001 DIVISÃO DE ESPORTES	Supervirt	10.000,00
27.812.0016.2087 Gestão e Manutenção das Atividades Esportivas	Supervirt	10.000,00
4970	00000 Recursos Ordinários (Límites)	10.000,00
14 SEC. DE AGRIC. E MEIO AMBIENTE	Acréscimo	6.000,00
14.001 DIVISÃO DE AGRICULTURA	Supervirt	6.000,00
20.606.0017.2095 Gestão e Manutenção das Atividades da Divisão de Agricultura	Supervirt	6.000,00
5140	00000 Recursos Ordinários (Límites)	6.000,00

Ar. Bolívar, 363 - Fone: (49) 3435-1327 - Fax: 3435-1300 - e-mail: [contabilidade@japara.pr.gov.br](mailto:contabilidade@japara.pr.gov.br) - CEP: 87225-000 - JAPARÁ/PR.

16	SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO	Acréscimo	132.000,00
16.001	DIVISÃO DE CULTURA	Supervirt	
13.392.0015.2107	Incentivo a Eventos Culturais		
5560	00000 OUTROS RECURSOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		
5560	00000 Recursos Ordinários (Límites)		
<b>Art. 2º -</b> Como recursos para a abertura do presente Crédito Adicional Suplementar, será utilizado o seguinte:			
<b>I -</b> O Exercício de Arrecadação no valor de R\$ 177.735,68 (Cento e setenta e sete mil setecentos e trinta e cinco reais e sessenta e oito centavos);			
<b>II -</b> O Suplemento Financeiro, exercício anterior, no valor de R\$ 341.303,31 (Trezentos e quarenta e um mil e trezentos e trinta e três reais e três centavos);			
<b>III -</b> O Cancelamento das seguintes dotações do exercício corrente no valor de R\$ 38.280,00 (Trinta e oito mil e oitenta e oito reais);			
07	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	Acréscimo	13.380,00
07.006	DIVISÃO DE SERV. GERAIS E ADMINISTRATIVOS	Supervirt	
04.122.0002.2012	Gestão de Pessoal da Divisão de Serviços Gerais		
3.3.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
480	00000 Recursos Ordinários (Límites)		
10	SECRETARIA DE SAÚDE	Acréscimo	3.000,00
10.001	DIVISÃO DE ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE	Supervirt	
10.301.0006.2047	Manutenção dos Serviços da Atenção Primária em Saúde no Município		
3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO		
1890	00044 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde		
12	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Acréscimo	6.000,00
12.001	DIVISÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	Supervirt	
12.365.0012.2076	Manutenção da Educação Básica - Infantil		
3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO		
4150	00104 Despesas Impostos Vinculados à Educação Básica		
13	SECRETARIA DE ESPORTES	Acréscimo	10.000,00
13.001	DIVISÃO DE ESPORTES	Supervirt	
27.812.0016.2087	Gestão e Manutenção das Atividades Esportivas		
4920	00000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		
4920	00000 Recursos Ordinários (Límites)		
14	SEC. DE AGRIC. E MEIO AMBIENTE	Acréscimo	5.000,00
14.001	DIVISÃO DE AGRICULTURA		
20.406.0017.2095	Gestão e Manutenção das Atividades da Divisão de Agricultura		
3.3.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS		
5100	00000 Recursos Ordinários (Límites)		

As Direções, 26/3 - Fone: (36) 3299-3327 - Fax: (36) 3299-1000 - e-mail: [contabilidade@sempre.com.br](mailto:contabilidade@sempre.com.br) - CEP: 37220-000 - APODIÁCATA



<p>III – liver participado da elaboração técnica da ação sob análise.</p> <p><b>§ único:</b> Conselheiros impedidos não contam para quórum de votação.</p> <p><b>CAPÍTULO VI</b> <b>DAS PROPOSIÇÕES E DOS PROCEDIMENTOS</b> <b>SEÇÃO I</b> <b>DO FLUXO DE DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES</b></p> <p><b>Art.33º</b> As proposições são todos os atos ou efeitos de que dispõe um Conselheiro para propor a discussão de um assunto afimrente ao Conselho.</p> <p><b>Parágrafo único.</b> As proposições podem consistir em projetos de Resoluções, Indicações, Moções ou simplesmente Ofícios.</p> <p><b>Art.34º</b> Todas as proposições que necessitem ser deliberadas pelo CMAS deverão ser protocoladas, seja em papel impresso ou em formato digital.</p> <p><b>Parágrafo único.</b> As proposições em papel impresso e os documentos que forem apensados ou anexados ao processo inicial, serão digitalizados pela Secretaria Executiva do CMAS.</p> <p><b>Art.35º</b> A Secretaria Executiva do CMAS será responsável pelo recebimento e distribuição dos documentos relacionados às proposições, conforme a pertinência do assunto a ser apreciado.</p> <p><b>Art.36º</b> As proposições apreciadas e discutidas pela Comissão pertinente serão posteriormente submetidas à discussão ou votação em sessão plenária.</p>	<p><b>Art.37º</b> Após o recebimento protocolado da proposição, a Comissão deverá realizar uma reunião para:</p> <p>a) discutir o conteúdo da proposição;</p> <p>b) designar entre seus membros um relator, que será responsável por levantar todas as informações e conduzir todas as discussões necessárias antes de apresentar seu relatório à Comissão; e</p> <p>c) aprovar o calendário com prazos para a discussão e apreciação pelo Plenário do CMAS, os quais não poderão exceder o limite de 60 (sessenta) dias, salvo mediante justificativa e aprovação da mesma pelo referido Plenário.</p> <p><b>Art.38º</b> O relatório com as conclusões sobre a proposição deverá ser encaminhado à Secretaria Executiva que o encaminhará aos Conselheiros para conhecimento anterior à reunião ordinária que abordará o assunto em pauta.</p> <p><b>Parágrafo único.</b> A votação referente ao relatório conclusivo será realizada na reunião ordinária seguinte.</p> <p><b>Art.39º</b> Havendo pedido de vistas por um Conselheiro do CMAS, a proposição em análise será imediatamente suspensa e voltará para apreciação na reunião seguinte.</p> <p><b>Art.40º</b> Caso haja mais de um Conselheiro do CMAS pedindo vistas, o Plenário votará em quem terá direito ao pedido.</p> <p><b>Art.41º</b> O Conselheiro do CMAS, com o pedido de vistas à proposição, apresentará por escrito um relatório alternativo até a próxima reunião da Comissão que discuti inicialmente a proposição.</p> <p><b>Art.42º</b> A proposição que já liver sido objeto de pedido de vistas não poderá mais ser objeto de tal, salvo se aprovado pela maioria do Plenário.</p>	<p><b>Art.43º</b> As proposições que tratem de projetos para obtenção de recursos só serão apreciadas se houver Resolução do CMAS que prevejam o recurso para o fim proposto.</p> <p><b>§1º</b> Em se tratando de Resolução que preveja recursos para projetos que serão executados exclusivamente pelo Município de Japurá a proposição do projeto será analisada conforme o fluxo de proposições.</p> <p><b>§2º</b> Em se tratando de Resolução que preveja recursos para projetos que serão executados por entidades da Sociedade Civil Organizada e que já disponha dos critérios para apresentação e aprovação, a proposição será analisada e aprovada pela Secretaria afim.</p> <p>I - Para exercicio de controle pelo CMAS, a Secretaria afim apresentará relatório em relação aos projetos analisados e aprovados.</p> <p>II - O relatório a ser apresentado evidenciará minimamente: número e objeto da resolução; valor total da resolução, nome do proponente, valor solicitado, valor empenhado, valor pago e saldo da resolução.</p> <p><b>§3º</b> Em se tratando de Resolução que preveja recursos que podem ter vários proponentes, as proposições somente serão apreciadas se houver critérios para apresentação e aprovação de projetos, seguindo o fluxo estabelecido.</p> <p><b>SEÇÃO II</b> <b>DAS RESOLUÇÕES E DOS OFÍCIOS</b></p> <p><b>Art. 44º</b> O CMAS exerce a sua função deliberativa por meio de Resoluções.</p> <p><b>Art.45º</b> Resolução é a formalização do que foi proposto, ou seja, do que foi resolvido em reunião ordinária ou extraordinária pelo Plenário do Conselho.</p>	<p><b>Parágrafo único.</b> Nas fases de apresentações, discussões, votação e redação final, a propositura se constituirá em um projeto de Resolução.</p> <p><b>Art.46º</b> Ofício é a comunicação escrita e formal entre as autoridades da mesma categoria.</p> <p><b>Art.47º</b> A iniciativa do projeto de Resolução ou de Ofício poderá ser de qualquer cidadão e sua apresentação, por escrito e assinado pelo seu autor, em plenária para aprovação deverá seguir o fluxo constante neste Regimento Interno.</p> <p><b>SEÇÃO III</b> <b>DAS INDICAÇÕES</b></p> <p><b>Art.48º</b> Indicação é a propositura que contém sugestões de providências a quaisquer órgãos ou autoridades.</p> <p><b>§1º</b> Toda indicação deve ser formulada por escrito e submetida ao Plenário durante a Ordem do Dia, independentemente de sua inclusão na mesma.</p> <p><b>§2º</b> O Presidente apenas solicitará parecer da Comissão Permanente sobre uma indicação em casos que a natureza da matéria o exigr.</p> <p><b>SEÇÃO IV</b> <b>DAS MOÇÕES</b></p> <p><b>Art.49º</b> As Moções, que devem ser formuladas por escrito, expressam manifestação de congratulação, voto de apreciação, repúdio ou pesar, devendo ser submetida ao Plenário durante a Ordem do Dia, independentemente de sua inclusão na mesma.</p> <p><b>§1º</b> Independem de discussão os votos de pesar.</p>
<p><b>§2º</b> O Presidente apenas solicitará parecer da Comissão Permanente sobre uma Moção em casos que a natureza da matéria exigr.</p> <p><b>SEÇÃO V</b> <b>DOS REQUERIMENTOS</b></p> <p><b>Art.50º</b> Os Requerimentos são atos de requerer algo ou alguma coisa e podem ser verbais ou escritos.</p> <p><b>Art.51º</b> São verbais e independem de apoio, discussão e votação, sendo despachados verbalmente pelo Presidente, os Requerimentos que solicitem:</p> <p>I - retificação de ata;</p> <p>II - observância de prescrição regimental ou legal;</p> <p>III - retirada de proposição, desde que formulada por seu autor;</p> <p>IV - inclusão na Ordem do Dia de proposição que já tenha atendido às exigências regimentais; e</p> <p>V - esclarecimento sobre conteúdo de proposição e encaminhamentos.</p> <p><b>Art.52º</b> Serão escritos e despachados pelo Presidente os seguintes Requerimentos:</p> <p>I - de Comissão Permanente, solicitando reunião conjunta ou audiência de outra Comissão;</p> <p>II - de renúncia de Conselheiro;</p> <p>III - de informações a organismos governamentais e não governamentais; e</p> <p>IV - de pedido de licença temporária de Conselheiro Titular.</p> <p><b>Art.53º</b> São verbais, não tem discussão e devem ser votados os Requerimentos de:</p> <p>I - retirada de proposição, salvo manifestação em contrário;</p> <p>II - recursos contra a decisão do Presidente;</p> <p>III - adiamento de discussão ou de votação de proposição; e</p> <p>IV - inversão da ordem dos trabalhos ou de Ordem do Dia.</p>	<p><b>Art.54º</b> São escritos, sujeitos a apoio, discussão e votação os Requerimentos de Nomeação de Comissão Especial.</p> <p><b>Art.55º</b> Parecer é a proposutura em que há pronunciamento por escrito de Comissão Permanente sobre matéria sujeita a seu exame.</p> <p><b>Art.56º</b> O Parecer deve versar sobre a harmonia da proposição com a legislação vigente, com este Regimento Interno, bem como sob a conveniência, oportunidade ou exatidão da proposição.</p> <p><b>Art.57º</b> O Parecer deve constar de três partes:</p> <p>I - relatório;</p> <p>II - voto do relator, sobre a aprovação ou rejeição, total ou parcial da matéria, ou sobre a necessidade e substitutiva ou de emenda; e</p> <p>III - conclusão, na qual constará a assinatura do Coordenador da Comissão e do Relator do processo, bem como dos demais membros.</p> <p><b>Art.58º</b> É considerado voto vencido o voto contrário ao Parecer apoiado pela maioria.</p> <p><b>§1º</b> Denomina-se voto separado o que, fundamentado, concluir diversamente do Parecer.</p> <p><b>§2º</b> O Conselheiro que não concordar com o Parecer, nem com a Conclusão, assina pelas conclusões, mas com sua restrição.</p> <p><b>SEÇÃO VII</b> <b>DAS EMENDAS</b></p>	<p><b>Art.59º</b> A Emenda é a proposição acessória de outra.</p> <p><b>Art.60º</b> O projeto de Resolução pode ser emendado em seu todo ou em parte.</p> <p><b>Art.61º</b> A apresentação de Emenda será feita até o encerramento da discussão do projeto.</p> <p><b>CAPÍTULO VII</b> <b>DAS ELEIÇÕES</b> <b>SEÇÃO I</b> <b>DO EDITAL</b></p> <p><b>Art.62º</b> A Assembleia Geral de Eleição deverá ser convocada através de Edital e publicada na Imprensa Oficial do Município.</p> <p><b>Art.63º</b> O Edital que convoca para a Assembleia Geral de Eleição será elaborado por Comissão Especial composta por conselheiros representantes da Sociedade Civil Organizada e deverá conter, entre outros:</p> <p>I - nome, sigla e endereço do CMAS;</p> <p>II - atribuições do Conselho e sua composição;</p> <p>III - condução do processo eleitoral;</p> <p>IV - inscrições;</p> <p>V - processo de Eleição;</p> <p>VI - resultado da Eleição;</p> <p>VII - mandato;</p> <p>VIII - nomeação; e</p> <p>IX - data do edital e assinatura.</p>	<p><b>Art.64º</b> Os representantes das entidades que votarão na eleição das representações da Sociedade Civil Organizada deverão ser formalmente indicados pelas respectivas diretorias.</p> <p><b>SEÇÃO II</b> <b>DAS CANDIDATURAS</b></p> <p><b>Art.65º</b> Poderão candidatar-se como membros do CMAS as entidades da Sociedade Civil Organizada que atenderem aos requisitos constantes no Edital.</p> <p><b>CAPÍTULO VIII</b> <b>DOS CONSELHEIROS</b> <b>SEÇÃO I</b> <b>DO MANDATO</b></p> <p><b>Art.66º</b> O mandato dos Conselheiros Governamentais e da Sociedade Civil Organizada será de 2 (dois) anos.</p> <p><b>Art.67º</b> O Conselheiro será substituído antes do prazo nos seguintes casos:</p> <p>a) morte;</p> <p>b) renúncia;</p> <p>c) ausência injustificada por 3 (três) reuniões plenárias consecutivas ou 5 (cinco) alternadas;</p> <p>d) ausência injustificada por 3 (três) reuniões de Comissão consecutivas ou 5 (cinco) alternadas;</p> <p>e) enfermidade que exija o licenciamento por mais de 1 (um) ano;</p> <p>f) procedimento incompatível com a dignidade das funções;</p> <p>g) condenação por crime comum ou de responsabilidade;</p> <p>h) mudança de residência do município; e</p> <p>i) desvinculação de sua representação.</p>
<p><b>§1º</b> Para efeito de cálculo será considerada uma falta a ausência injustificada, do titular e do suplente.</p> <p><b>§2º</b> Considera-se, para efeitos do presente Regimento Interno, falta justificada dos conselheiros nas reuniões ordinárias, extraordinárias e comissões do CMAS, os seguintes casos:</p> <p>I - durante o licenciamento compulsório por motivo de maternidade ou aborto, observados os requisitos para percepção do salário-maternidade custeado pela Previdência Social;</p> <p>II - por motivo de acidente do trabalho ou enfermidade atestada pelo Instituto Nacional do Seguro Social- INSS;</p> <p>III - durante a suspensão preventiva para responder a inquérito administrativo ou de prisão preventiva, quando for impronunciado ou absolvido;</p> <p>IV - até 2 (dois) dias consecutivos, em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que, declarada em sua carteira de trabalho e previdência social, viva sob sua dependência econômica;</p> <p>V - até 3 (três) dias consecutivos, em virtude de casamento;</p> <p>VI - por 1 (um) dia, em caso de nascimento de filho no decorrer da primeira semana;</p> <p>VII - por um dia, em cada 12 (doze) meses de trabalho, em caso de doação voluntária de sangue devidamente comprovada;</p> <p>VIII - nos dias em que estiver comprovadamente realizando provas de exame vestibular para ingresso em estabelecimento de ensino superior;</p> <p>IX - pelo tempo que se fizer necessário, quando liver que comparecer a juízo; e</p> <p>X - estar em evento representando o CMAS quando aprovado pelo mesmo.</p> <p><b>§3º</b> As justificativas de faltas deverão ser informadas pelos secretários e presidentes, por meio de documentos comprobatórios, ficando assegurado o direito de substituir seu representante, de acordo com as normas previstas neste Regimento Interno.</p>	<p><b>Art.68º</b> As entidades ou organizações representadas pelos Conselheiros faltosos deverão ser comunicadas a partir da terceira falta consecutiva ou quinta falta alternada, por meio de correspondência.</p> <p><b>Art.69º</b> A entidade não governamental, a qual pertence o Conselheiro afastado, terá 3(três) dias, após recebimento de comunicado, para indicar outro representante.</p> <p><b>Art.70º</b> Perderá o mandato, a entidade que:</p> <p>a) for extinta;</p> <p>b) extinguir sua base territorial no Município;</p> <p>c) após ter sido advertida pelo CMAS, quanto a irregularidades encontradas, não liver providenciado as adequações necessárias, sendo incompatível sua representação;</p> <p>d) não cumprir o prevílio no art. 71 deste Regimento Interno; e</p> <p>e) deixar de funcionar por mais de 6 (seis) meses.</p> <p><b>Art.71º</b> Nas condições de vacância dos representantes dos órgãos governamentais, o Presidente, depois de ouvido o Conselho, encaminhará ofício ao Chefe do Poder Executivo, solicitando a substituição dos representantes.</p> <p><b>SEÇÃO II</b> <b>DOS SUPLENTES</b></p> <p><b>Art.72º</b> Aos Conselheiros Suplentes representantes do Poder Público compete substituir os titulares na sua vacância.</p> <p><b>Art.73º</b> A substituição dos Conselheiros Titulares representantes da Sociedade Civil Organizada deverá obedecer à ordem cronológica da votação dos suplentes.</p> <p><b>CAPÍTULO IX</b> <b>DOS DIREITOS E DEVERES DOS CONSELHEIROS</b></p>	<p><b>Art.74º</b> São direitos e deveres dos membros do Conselho Municipal de Assistência Social:</p> <p>I - conhecer a Lei Federal N° 8.742, a Lei Municipal N° 038/2019, que dispõe sobre diretrizes da política municipal de Assistência Social, e outras normativas relativas à Assistência Social, zelando pelo seu efetivo e integral respeito;</p> <p>II - participar com assiduidade das reuniões ordinárias e extraordinárias do CMAS;</p> <p>III - participar das Comissões exercendo as atribuições inerentes a estas;</p> <p>IV - buscar informações acerca das condições de vida da população local, assim como da estrutura de atendimento existente no município, visitando, sempre que possível, as comunidades, os programas e os serviços àquela destinados;</p> <p>V - encaminhar proposições e participar das discussões relativas à melhoria das condições de atendimento à população local, apontando falhas e sugerindo a implementação das políticas, serviços públicos e programas que se fizerem necessários;</p> <p>VI - atuar em defesa da Lei Federal N° 8.742 e dos direitos humanos, procurando, sempre que possível, conscientizar a população acerca do dever de todos em promover a proteção integral de grupos em vulnerabilidade social; e</p> <p>VII - opinar e votar sobre assuntos encaminhados para a apreciação do Conselho.</p> <p><b>§1º</b> É expressamente vedada a manifestação político-partidária nas atividades do Conselho.</p> <p><b>§2º</b> Nenhum membro poderá agir ou se manifestar em nome do Conselho sem prévia autorização.</p> <p><b>TÍTULO II</b> <b>DAS ENTIDADES DE ATENDIMENTO A GRUPOS VULNERÁVEIS</b> <b>CAPÍTULO I</b> <b>DO REGISTRO E DA RENOVAÇÃO</b></p>	<p><b>Art.75º</b> Todas as entidades pertencentes ao Poder Público e à Sociedade Civil Organizada deverão encaminhar documentação atualizada para registro e inscrição de programa no CMAS, o qual será reavaliado a cada 2 (dois) anos.</p> <p><b>§1º</b> Para que haja o registro, necessariamente a entidade deve desenvolver algum programa protetivo ou socioeducativo relacionado à Assistência Social.</p> <p><b>§2º</b> Os registros e inscrições deverão ter sua solicitação de renovação protocolada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sob pena de cancelamento automático no final de sua vigência.</p> <p><b>§3º</b> Após a aprovação do Registro, será fornecido um Certificado, no qual constará o nome do programa, regime, data, bem como a informação de que a vigência e o prazo de validade deverão ser confirmados junto ao CMAS.</p> <p><b>Art.76º</b> As alterações que ocorrerem no funcionamento das Entidades registradas deverão ser comunicadas imediatamente por escrito ao CMAS.</p> <p><b>§1º</b> A entidade que deixar de funcionar deverá comunicar oficialmente o CMAS na data da interrupção de suas atividades e terá automaticamente seu registro suspenso.</p> <p><b>§2º</b> A entidade que não executar o programa inscrito no CMAS terá a inscrição do programa cancelada.</p> <p><b>§3º</b> As entidades que não se enquadram nos regimes relacionados à Assistência Social deverão apenas solicitar o seu cadastramento junto ao CMAS, que fornecerá uma declaração de cadastro.</p> <p>I - A declaração de cadastro não se equipara ao registro/inscrição, devendo constar tal observação na referida declaração.</p>
<p><b>Art.77º</b> Todas as entidades não governamentais de atendimento relacionado à Assistência Social que operam e estejam estabelecidas juridicamente no Município de Japurá, deverão ser registradas junto ao CMAS.</p> <p><b>Art.78º</b> Os documentos exigidos para o registro e sua renovação são os seguintes:</p> <p>I - ata da fundação registrada em Cartório;</p> <p>II - estatuto social registrado em Cartório e já devidamente adequado com o novo Código Civil, no qual deverá constar nas suas finalidades estatutárias, o atendimento a grupos vulneráveis;</p> <p>III - ata da eleição e posse da atual diretoria registrada em Cartório;</p> <p>IV - formulário de cadastro para o registro, conforme modelo aprovado pelo CMAS;</p> <p>V - cópia impressa do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;</p> <p>VI - plano anual de atividades para o ano vigente;</p> <p>VII - atestado da Vigilância Sanitária (somente para as entidades que se enquadrem neste item);</p> <p>VIII - laudo de vitória do Corpo de Bombeiros;</p> <p>IX - atestado de antecedentes Criminais da Diretoria Executiva;</p> <p>X - alvará de localização e funcionamento emitido pela Prefeitura Municipal.</p> <p>XI - declaração de idoneidade, expedida pelo Presidente da entidade, de todos os integrantes da Diretoria Executiva da mesma.</p> <p><b>Parágrafo único.</b> Os documentos acima especificados são obrigatórios e deverão ser entregues na sede do CMAS.</p> <p><b>Art.79º</b> O registro de cada entidade não governamental deverá ser renovado obrigatoriamente a cada 2(dois) anos.</p> <p><b>Art.80º</b> O registro ou renovação somente serão efetuados após análise e parecer favorável do CMAS.</p>	<p><b>Art.81º</b> As entidades não governamentais que deixarem de renovar seus registros em tempo hábil perderão os mesmos e deverão solicitar um novo registro.</p> <p><b>Art.82º</b> As entidades governamentais não necessitam registrar-se perante o CMAS, contudo, é obrigatória a inscrição de seus programas de atendimento.</p> <p><b>CAPÍTULO II</b> <b>DAS INSCRIÇÕES DOS PROGRAMAS</b> <b>E SERVIÇOS DAS ENTIDADES GOVERNAMENTAIS</b></p> <p><b>Art.83º</b> As entidades governamentais deverão proceder à inscrição de seus programas e serviços no CMAS, especificando os regimes de atendimento, o qual manterá o registro das inscrições e suas alterações.</p> <p><b>§1º</b> Todos os documentos integrantes da solicitação de inscrição deverão estar devidamente assinados pelo servidor responsável.</p> <p><b>§2º</b> Se houver quaisquer alterações no programa ou serviço, não importando o momento, deverá a entidade comunicar de forma oficial ao CMAS. Tal comunicação deverá estar assinada pelo servidor responsável.</p> <p><b>§3º</b> O responsável deverá especificar de forma detalhada todas as ações e atividades que serão desenvolvidas em cada regime, conforme modelo aprovado pelo CMAS.</p> <p><b>CAPÍTULO III</b> <b>DO DESCUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO</b></p> <p><b>Art.84º</b> As entidades que descumprirem as obrigações constantes na Lei N° 8.742 de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social e Lei Municipal N°</p>	<p>038/2019, no seu todo ou em parte, ser-íhes-ão aplicadas formalmente às seguintes medidas:</p> <p>I - advertência;</p> <p>II - suspensão total do repasse de verbas públicas;</p> <p>III - suspensão do programa; e</p> <p>IV - cassação do registro.</p> <p><b>Art.85º.</b> As entidades que não cumprirem o prazo estabelecido no art. 83 do presente Regimento Interno quanto à renovação terão seu registro cancelado.</p> <p><b>CAPÍTULO X</b> <b>DA FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DAS ENTIDADES</b> <b>SEÇÃO I</b> <b>DA FISCALIZAÇÃO</b></p> <p><b>Art.86º</b> Cabe ao Poder Judiciário, ao Ministério Público e aos Conselhos a fiscalização e aplicação de medidas às entidades.</p> <p><b>Art.87º</b> O CMAS exercerá o controle sobre as ações dos programas de proteção e socioeducativos, por meio de visitas in loco às mesmas, visando ao cumprimento das políticas por ele definidas, conforme legislação em vigor.</p> <p><b>§1º</b> O CMAS deverá acatar todas as denúncias devidamente formalizadas e proceder à verificação das mesmas.</p> <p><b>§2º</b> Fica impedido de participar das visitas de controle o Conselheiro que faça parte da entidade ou órgão.</p> <p><b>SEÇÃO II</b> <b>DO CONTROLE</b></p> <p><b>Art.87º</b> O CMAS exercerá o controle sobre as ações dos programas de proteção e socioeducativos, por meio de visitas in loco às mesmas, visando ao cumprimento das políticas por ele definidas, conforme legislação em vigor.</p> <p><b>§1º</b> O CMAS deverá acatar todas as denúncias devidamente formalizadas e proceder à verificação das mesmas.</p> <p><b>§2º</b> Fica impedido de participar das visitas de controle o Conselheiro que faça parte da entidade ou órgão.</p> <p><b>SEÇÃO II</b> <b>DO CONTROLE</b></p> <p><b>Art.87º</b> O CMAS exercerá o controle sobre as ações dos programas de proteção e socioeducativos, por meio de visitas in loco às mesmas, visando ao cumprimento das políticas por ele definidas, conforme legislação em vigor.</p> <p><b>§1º</b> O CMAS deverá acatar todas as denúncias devidamente formalizadas e proceder à verificação das mesmas.</p> <p><b>§2º</b> Fica impedido de participar das visitas de controle o Conselheiro que faça parte da entidade ou órgão.</p>	<p><b>TÍTULO III</b> <b>DAS CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL</b></p> <p><b>Art. 88º</b> A Conferência Municipal de Assistência Social, de caráter deliberativo e aberta à participação da população, será realizada conforme a programação do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), do Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS) e/ou conforme a necessidade do município.</p> <p><b>Parágrafo único.</b> O CMAS será responsável pela convocação da Conferência, devendo aprovar o regulamento que dispõe sobre os critérios de sua realização.</p> <p><b>Art. 89º</b> A Conferência Municipal terá por objetivo analisar, controlar e deliberar sobre a Política Municipal de Assistência Social, pautando-se pelo tema nacional definido pelo CNAS, observado o caráter obrigatório da metodologia proposta para sua execução.</p> <p><b>§1º</b> A organização da Conferência ficará a cargo de uma Comissão Organizadora paritária, composta por representantes do governo e da sociedade civil, conforme regras estabelecidas pelo CMAS.</p> <p><b>§2º</b> A metodologia da Conferência obedecerá às orientações técnicas e procedimentais definidas em âmbito nacional e estadual, garantindo uniformidade, participação qualificada e alinhamento às diretrizes dos SUAS.</p> <p><b>TÍTULO IV</b> <b>DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL</b></p> <p><b>Art. 90º</b> O Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) é instrumento da Política Municipal de Assistência Social e será gerido pelo Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).</p>
<p><b>DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL</b></p> <p><b>§1º:</b> Cabe ao CMAS por meio de decreto regulamentar o fundo, fixando as diretrizes, critérios e prioridades para a aplicação das disponibilidades financeiras existentes, nos termos da Lei Federal N° 8.742 de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social e Lei Municipal N° 035/2025.</p> <p><b>§ 2º:</b> A execução e aplicação dos recursos do FMAS devem ser avaliadas, monitoradas e amplamente publicadas pelo CMAS, em alinhamento à NOB-SUAS e às deliberações do CNAS.</p> <p><b>TÍTULO VI</b> <b>DAS DISPOSIÇÕES FINAIS</b></p> <p><b>Art.91º</b> O CMAS se obriga a manter o arquivo de dados das entidades em perfeita ordem e se compromete a prestar toda e qualquer informação ao Poder Público e Judiciário e ao Ministério Público.</p> <p><b>Art.92º</b> Os Conselheiros Titulares do CMAS, poderão apresentar por escrito propostas de alteração do presente Regimento, em reunião extraordinária convocada especialmente para este fim, com a presença de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos membros titulares.</p> <p><b>Art.93º</b> Os casos omissos deste Regimento Interno serão resolvidos nas reuniões do CMAS.</p> <p><b>Art.94º</b> Este Regimento Interno entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 13 de novembro de 2025, ficando revogadas as disposições em contrário.</p> <p>Japurá/PR, 13 de novembro de 2025.</p>	<p></p> <p><b>CMDPI</b> <b>CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA</b> Rua Curitiba, 370 – Fone: (44) 3835-2474 Lei Municipal 017/2018 – Lei Federal 10.741/2003 <b>Japurá – Paraná</b></p> <p>ANEXO AO DECRETO Nº 146/2025</p> <p><b>REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DO MUNICÍPIO DE JAPURÁ/PARANÁ – CMDPI</b></p> <p><b>TÍTULO I</b> <b>DISPOSIÇÕES GERAIS</b></p> <p><b>CAPÍTULO I</b> <b>DA FINALIDADE, DA NATUREZA E COMPOSIÇÃO E DA SEDE</b></p> <p><b>SEÇÃO I</b> <b>DA FINALIDADE</b></p> <p><b>Art.1º</b> O presente Regimento Interno visa regulamentar o funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI, com vista à manutenção da disciplina interna e desenvolvimento de suas atividades, conforme Lei Federal N° 10.741, de 1º de Outubro de 2003 – Estatuto do Idoso e Lei Municipal N° 042/2019, é um órgão colegiado, deliberativo, de caráter permanente e de composição paritária, atuando na formulação de estratégias e no monitoramento da execução da política de atendimento ao Idoso no Município de Japurá.</p> <p><b>Parágrafo único.</b> O CMDPI constitui-se em um importante fórum democrático de discussão, deliberação e formulação da política municipal de Atendimento ao Idoso, a partir da corresponsabilidade dos Poderes Públicos e da Sociedade Civil, em face da elevação dos direitos do Idoso, bem como o atendimento dos mesmos no município de Japurá – Paraná.</p> <p><b>SEÇÃO II</b> <b>DA NATUREZA E DA COMPOSIÇÃO</b></p>	<p><b>Art.2º</b> O CMDPI é um órgão deliberativo e controlador, vinculado administrativamente à Secretaria Municipal de Assistência Social, responsável pela política de Assistência Social do município.</p> <p><b>Art.3º</b> O CMDPI será composto por 6 (seis) membros, sendo 3 (três) destes indicados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal e 3 (três) representantes da Sociedade Civil Organizada de entidades de atendimento ou organizações representativas com sede no município de Japurá/Paraná, eleitos por seus pares, para um mandato de 2 (dois) anos, em assembleia especialmente convocada para este fim, observados a paridade, as diretrizes e outros princípios da política de atendimento, expostos na Lei Municipal Nº: 042/2019 e na Lei Federal Lei Nº 10.741, de 1º de Outubro de 2003.</p> <p><b>Art.4º</b> O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso, composto de forma paritária entre o poder público municipal e a sociedade civil, será constituído por 06 (seis) conselheiros titulares e suplentes, sendo:</p> <p>I - 03 (três) representantes do Poder Executivo Municipal e seus respectivos suplentes, a serem indicados e designados pelo prefeito municipal.</p> <p>01- 1 (Um) Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;</p> <p>02- 1 (Um) Representante da Secretaria Municipal de Saúde;</p> <p>03 - 1 (Um) Representante da Secretaria Municipal de Educação;</p> <p>II - 03 (três) representantes de entidades não governamentais representantes da sociedade civil atuantes no campo da promoção e defesa dos direitos ou ao atendimento da Pessoa Idosa, legalmente constituída e em regular funcionamento há mais de 01(um) ano.</p> <p><b>§1º.</b> Cada membro do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso terá um suplente.</p>	<p><b>§2º.</b> Os membros do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso e seus respectivos suplentes serão nomeados pelo Prefeito Municipal, respeitadas as indicações previstas nesta Lei.</p> <p><b>§3º.</b> O titular de órgão ou entidade governamental indicará seu representante, que poderá ser substituído, a qualquer tempo, mediante nova indicação do representado.</p> <p><b>§4º</b> Entidades de atendimento são aquelas que promovem a atenção direta ao idoso.</p> <p><b>§5º</b> Organizações representativas são as de classe, tais como sindicatos, conselhos e ordem de categorias profissionais e associações.</p> <p><b>Art.5º</b> Os membros do CMDPI serão nomeados por meio de decreto emitido pelo Poder Executivo.</p> <p><b>§1º</b> Cada órgão ou ente da Administração Pública Municipal, bem como as entidades da Sociedade Civil Organizada, com assento no CMDPI, terá um representante titular e um suplente, indicados, respectivamente, pelo Executivo Municipal e pelos Presidentes das Entidades da Sociedade Civil Organizada, por meio de ofício enviado ao CMDPI.</p> <p><b>§2º</b> Para efeito de substituição dos representantes ou suplentes nomeados, cada órgão ou ente da Administração Pública Municipal, bem como as entidades da Sociedade Civil Organizada, deverão enviar ofício ao CMDPI comunicando a substituição.</p> <p><b>§3º</b> Tanto representantes como suplentes deverão comprovar vínculo com o órgão ou entidade, sendo considerado vinculado o membro:</p> <p>a) servidor estatutário ou cargo em comissão, devidamente lotado no respectivo órgão;</p>
<p>b) empregado celetista; e</p> <p>c) integrante de diretoria.</p> <p><b>Art.6º</b> Compete ao Conselho Municipal dos Direitos do Idoso:</p> <p>I – formular, acompanhar, fiscalizar e avaliar a Política Municipal dos Direitos do Idoso, zelando pela sua execução;</p> <p>II – elaborar proposições, objetivando aperfeiçoar a legislação pertinente à Política Municipal dos Direitos do Idoso;</p> <p>III – indicar as prioridades a serem incluídas no planejamento municipal quanto às questões que dizem respeito ao Idoso;</p> <p>IV – cumprir e zelar pelo cumprimento das normas constitucionais e legais referentes ao Idoso, sobretudo a Lei Federal nº. 8.842, de 04/07/94, a Lei Federal nº. 10.741, de 1º/10/03 (Estatuto do Idoso) e leis pertinentes de caráter estadual e municipal, denunciando à autoridade competente e ao Ministério Público o descumprimento de qualquer uma delas;</p> <p>V – fiscalizar as entidades governamentais e não-governamentais de atendimento ao Idoso, conforme o disposto no artigo 52 da Lei nº. 10.741/03;</p> <p>VI – propor, incentivar e apoiar a realização de eventos, estudos, programas e pesquisas voltadas para a promoção, a proteção e a defesa dos direitos do idoso;</p> <p>VII – inscrever os programas das entidades governamentais e não-governamentais de atendimento ao Idoso;</p>	<p>VIII – estabelecer a forma de participação do Idoso residente no custeio da entidade de longa permanência para Idoso, cuja cobrança é facultada, não podendo exceder a 70% (setenta por cento) de qualquer benefício previdenciário ou de assistência social recebido pelo Idoso;</p> <p>IX – apreciar o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a proposta orçamentária anual e suas eventuais alterações, zelando pela inclusão de ações voltadas à política de atendimento do Idoso;</p> <p>X – indicar prioridades para a destinação dos valores depositados no Fundo Municipal do Idoso, elaborando ou aprovando planos e programas em que está previsto a aplicação de recursos oriundos daquele;</p> <p>XI – zelar pela efetiva descentralização político-administrativa e pela participação de organizações representativas dos idosos na implementação de política, planos, programas e projetos de atendimento ao Idoso;</p> <p>XII – elaborar o seu regimento interno;</p> <p>XIII – outras ações visando à proteção do Direito do Idoso.</p> <p><b>Parágrafo único</b> – Aos membros do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso será facilitado o acesso a todos os setores da administração pública municipal, especialmente às secretarias municipais e aos programas prestados à população idosa, a fim de possibilitar a apresentação de sugestões e propostas de medidas de atuação, subsidiando as políticas de ação em cada área de interesse do Idoso.</p>	<p><b>SEÇÃO III</b> <b>DA SEDE</b></p> <p><b>Art.7º</b> A sede do CMDPI será junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, sendo também de responsabilidade da mesma, a disponibilidade de servidores necessários ao atendimento das tarefas administrativas, bem como todos os materiais e equipamentos indispensáveis para o bom desenvolvimento de seus trabalhos.</p> <p><b>CAPÍTULO II</b> <b>DA ORGANIZAÇÃO</b></p> <p><b>SEÇÃO I</b> <b>DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA</b> <b>DIRETORIA E SECRETARIA EXECUTIVA</b></p> <p><b>Art.8º</b> O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso possuirá a seguinte estrutura:</p> <p>I. PLENÁRIO.</p> <p>II. DIRETORIA EXECUTIVA, composta por Presidente, Vice-Presidente e Secretário.</p> <p>III. COMISSÕES DE TRABALHO constituídas por resolução do Conselho.</p> <p><b>§1º</b> Presidente e Vice-Presidente serão eleitos por voto secreto ou por aclamação, pelos Conselheiros Titulares, em sessão plenária, com a presença mínima de 2/3 (dois terços) destes e respeitando a alternância, nos referidos cargos, de representantes governamentais e da sociedade civil.</p> <p><b>§2º</b> Nos casos de impedimento do Presidente, assumirá o cargo, automaticamente, o Vice-Presidente.</p>	<p><b>Art.9º</b> Compete ao Presidente:</p> <p>I - cumprir e fazer cumprir as leis Federais, Estaduais e Municipais, referentes aos direitos do idoso, bem como este Regimento Interno;</p> <p>II - representar o Conselho ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente;</p> <p>III - convocar e presidir as reuniões do CMDPI;</p> <p>IV - presidir a Diretoria e as reuniões do CMDPI;</p> <p>V - elaborar, com auxílio dos demais conselheiros e da Secretaria Executiva, as pautas das reuniões ordinárias e extraordinárias;</p> <p>VI - convocar sessões extraordinárias, sempre que a urgência dos assuntos recomendar;</p> <p>VII - relatar as realizações da Diretoria nas reuniões do CMDPI;</p> <p>VIII - zelar pelo bom funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso, e pelo alcance de seus objetivos;</p> <p>IX - comunicar ao Chefe do Poder Executivo sobre as deliberações do CMDPI, solicitando as providências necessárias;</p> <p>X - solicitar ao Responsável pela Secretaria Municipal de Assistência Social, recursos humanos e materiais para a execução dos trabalhos;</p> <p>XI - divulgar, por todos os meios de comunicação ao seu alcance, as decisões do CMDPI;</p> <p>XII - assinar todos os documentos afimntes ao CMDPI;</p> <p>XIII - delegar, sempre que necessário e por escrito, poderes para outro Conselheiro ou membro da Secretaria Executiva para dar encaminhamentos aos trâmites administrativos, com o intuito de agilizar o bom andamento dos trabalhos;</p> <p>XIV - comunicar, antecipadamente, a sua ausência para ser substituído pelo Vice-Presidente; e</p> <p>XV - exercer o seu direito a voto ao final do processo de cada votação.</p>







<p><b>DA NATUREZA E DA COMPOSIÇÃO</b></p> <p><b>Art.2º</b> O CMDPD é um órgão deliberativo e controlador, vinculado administrativamente à Secretaria Municipal de Assistência Social, responsável pela política de atendimento à pessoa com deficiência do município.</p> <p><b>Art.3º</b> O CMDPD será composto por 10 (dez) membros, sendo 5 (cinco) destes indicados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal e 5 (cinco) representantes da Sociedade Civil Organizada, sendo 2(dois) representantes de entidades prestadoras de serviço, 1 (um) representante de associações de deficientes e 2 (dois) representantes de família de pessoa com deficiência com sede no município de Japurá/Paraná, eleitos por seus pares, para um mandato de 2 (dois) anos, em assembleia especialmente convocada para este fim, observados a paridade, as diretrizes e outros princípios da política de atendimento, expostos na Lei Municipal Nº: 029/2017 e na Lei Federal Nº 13.146 de 06 de julho de 2015.</p> <p><b>Art.4º</b> A escolha dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Deficiente obedece à seguinte composição:</p> <p>I – Dos órgãos governamentais:</p> <p>a) um representante do Departamento Municipal de Saúde;</p> <p>b) um representante do Departamento Municipal de Educação;</p> <p>c) um representante do Departamento Municipal de Assistência Social;</p> <p>d) um representante do Departamento Municipal de Esportes;</p> <p>e) um representante da Agência do Trabalhador.</p> <p>II – De órgãos não governamentais:</p> <p>a) dois representantes de entidades prestadoras de serviços;</p> <p>b) um representante de Associações dos Deficientes;</p> <p>c) dois representantes de família de pessoa com deficiência.</p>	<p><b>§1º</b> Entidades de atendimento são aquelas que promovem a atenção direta à pessoa deficiente.</p> <p><b>§2º</b> Organizações representativas são as de classe, tais como sindicatos, conselhos e ordem de categorias profissionais e associações.</p> <p><b>Art.5º</b> Os membros do CMDPD serão nomeados por meio de decreto emitido pelo Poder Executivo.</p> <p><b>§1º</b> Cada órgão ou ente da Administração Pública Municipal, bem como as entidades da Sociedade Civil Organizada, com assento no CMDPD, terá um representante titular e um suplente, indicados, respectivamente, pelo Executivo Municipal e pelos Presidentes das Entidades da Sociedade Civil Organizada, por meio de ofício enviado ao CMDPD</p> <p><b>§2º</b> Para efeito de substituição dos representantes ou suplentes nomeados, cada órgão ou ente da Administração Pública Municipal, bem como as entidades da Sociedade Civil Organizada, deverão enviar ofício ao CMDPD comunicando a substituição.</p> <p><b>§3º</b> Tanto representantes como suplentes deverão comprovar vínculo com o órgão ou entidade, sendo considerado vinculado o membro:</p> <p>a) servidor estatutário ou cargo em comissão, devidamente lotado no respectivo órgão;</p> <p>b) empregado celetista; e</p> <p>c) integrante de diretoria.</p> <p><b>SEÇÃO III</b> <b>DA SEDE</b></p>	<p><b>Art.6º</b> A sede do CMDPD será junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, sendo também de responsabilidade da mesma, a disponibilidade de servidores necessários ao atendimento das tarefas administrativas, bem como todos os materiais e equipamentos indispensáveis para o bom desenvolvimento de seus trabalhos.</p> <p><b>CAPÍTULO II</b> <b>DA ORGANIZAÇÃO</b></p> <p><b>SEÇÃO I</b> <b>DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA</b> <b>DIRETORIA E SECRETARIA EXECUTIVA</b></p> <p><b>Art.7º</b> O CMDPD será administrado por uma Diretoria, composta dos seguintes membros:</p> <p>I - Presidente;</p> <p>II - Vice-Presidente; e</p> <p>III - 1º Secretário</p> <p><b>Art.7º</b> O CMDPD será administrado por uma Diretoria, composta dos seguintes membros:</p> <p>I - Presidente;</p> <p>II - Vice-Presidente; e</p> <p>III - 1º Secretário</p> <p><b>§1º</b> Presidente e Vice-Presidente serão eleitos por voto secreto ou por aclamação, pelos Conselheiros Titulares, em sessão plenária, com a presença mínima de 2/3 (dois terços) destes e respeitando a alternância, nos referidos cargos, de representantes governamentais e da sociedade civil.</p> <p><b>§2º</b> Nos casos de impedimento do Presidente, assumirá o cargo, automaticamente, o Vice-Presidente.</p> <p><b>§3º</b> Nos casos de vacância do cargo de Presidência ou de Vice-Presidência, será realizada eleição complementar, respeitando o mandato governamental ou não governamental conforme o cargo.</p>	<p><b>Art.8º</b> Compete ao Presidente:</p> <p>I - cumprir e fazer cumprir as Leis Federais, Estaduais e Municipais, referentes ao atendimento à pessoa deficiente, bem como este Regimento Interno;</p> <p>II - representar o Conselho ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente;</p> <p>III - convocar e presidir as reuniões do CMDPD;</p> <p>IV - presidir a Diretoria e as reuniões do CMDPD;</p> <p>V - elaborar, com auxílio dos demais conselheiros e da Secretaria Executiva, as pautas das reuniões ordinárias e extraordinárias;</p> <p>VI - convocar sessões extraordinárias, sempre que a urgência dos assuntos recomendar;</p> <p>VII - relatar as realizações da Diretoria nas reuniões do CMDPD;</p> <p>VIII - zelar pelo bom funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Deficiente, e pelo alcance de seus objetivos;</p> <p>IX - comunicar ao Chefe do Poder Executivo sobre as deliberações do CMDPD, solicitando as providências necessárias;</p> <p>X - solicitar ao Responsável pela Secretaria Municipal de Assistência Social, recursos humanos e materiais para a execução dos trabalhos;</p> <p>XI - divulgar, por todos os meios de comunicação ao seu alcance, as decisões do CMDPD;</p> <p>XII - assinar todos os documentos atinentes ao CMDPD;</p> <p>XIII - delegar, sempre que necessário e por escrito, poderes para outro Conselheiro ou membro da Secretaria Executiva para dar encaminhamentos aos trâmites administrativos, com o intuito de agilizar o bom andamento dos trabalhos;</p> <p>XIV - comunicar, antecipadamente, a sua ausência para ser substituído pelo Vice-Presidente; e</p> <p>XV - exercer o seu direito a voto ao final do processo de cada votação.</p> <p><b>Art.9º</b> Compete ao Vice-Presidente assessorar e substituir o Presidente na sua falta ou impedimento e representá-lo sempre que for designado.</p>
<p><b>Art. 10º</b> Compete ao Secretário Geral</p> <p>I - secretariar as sessões, transcrevendo as atas das sessões e com a incumbência de apreciar outros documentos necessários à Mesa Diretora;</p> <p>II -acompanhar as atividades de Órgãos ou Entidades municipais, relacionadas com assunto de competência do CMDPD, com apoio da Secretaria Executiva, mantendo o Plenário permanentemente informado sobre os mesmos;</p> <p>III -auxiliar o Presidente na preparação da Pauta com a Ordem do Dia, classificando as matérias por ordem cronológica de entrada no protocolo e distribuindo aos membros do CMDPD para conhecimento;</p> <p>IV -levantar e dispor as informações que permitam ao CMDPD tomar as decisões previstas em lei;</p> <p>V -acompanhar e manter organizadas as deliberações, resoluções, atas e demais documentos expedidos pelo Conselho, com o apoio da Secretária Executiva.</p> <p><b>Parágrafo único.</b> O Secretário Geral poderá valer-se, para o regular desempenho de suas funções, da colaboração da Secretaria Executiva do CMDPD.</p> <p><b>Art.11º</b> O CMDPD contará com uma Secretaria Executiva, diretamente subordinada à Presidência e ao Colegiado, para oferecer suporte ao cumprimento de suas competências.</p> <p><b>Art.12º</b> A Secretaria Executiva será composta de um corpo técnico e administrativo próprio, constituído de servidores requisitados dos órgãos da Administração Municipal, em conformidade com a legislação pertinente, para cumprir as funções designadas pelo CMDPD.</p> <p><b>§1º</b>A Secretaria Executiva deverá ser composta de 1 (um) secretário executivo.</p>	<p><b>§2º</b> O Secretário Executivo do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Deficiente será disponibilizado pela Prefeitura Municipal, devendo o mesmo ser aprovado pelo Plenário do CMDPD.</p> <p><b>§3º</b> A substituição do cargo de Secretário Executivo dar-se-á, somente, por dispensa a pedido do mesmo ou destituição, com referendo do Plenário do CMDPD.</p> <p><b>§5º</b> Em caso de ausência do Secretário Executivo por motivos de licença, férias ou atestado médico, o Plenário do CMDPD aprovará a sua substituição temporária.</p> <p><b>Art.13º</b> Compete ao Secretário Executivo:</p> <p>I - secretariar as reuniões do CMDPD, da Direção e auxiliar a Presidência na redação das pautas;</p> <p>II - encaminhar as pautas das reuniões ordinárias, com antecedência mínima de 2 (dois) dias, aos membros do CMDPD;</p> <p>III - redigir as atas das reuniões;</p> <p>IV - encaminhar as atas das reuniões aos membros do CMDPD;</p> <p>V - redigir as comunicações e correspondências do CMDPD e da Direção;</p> <p>VI - promover e praticar os atos de gestão administrativa necessários ao desempenho das atividades do CMDPD;</p> <p>VII - exercer e coordenar os serviços administrativos do CMDPD;</p> <p>VIII - assessorar a Diretoria e as Coordenações das Comissões;</p> <p>IX - participar das reuniões ordinárias e extraordinárias do CMDPD, tendo direito à voz;</p> <p>X - secretariar as reuniões da Diretoria e do Conselho, ficando responsável pelas atas e listas de presença;</p> <p>XI - zelar pelo cumprimento e atualização dos dados cadastrais dos conselheiros;</p> <p>XII - assinar certidões sobre a situação dos processos no CMDPD;</p> <p>XIII - publicar os atos e deliberações tomadas pelo CMDPD;</p> <p>XIV - assessorar na organização da realização de eventos relacionados ao CMDPD;</p> <p><b>CAPÍTULO III</b> <b>DAS PROPOSIÇÕES E DOS PROCEDIMENTOS</b> <b>SEÇÃO I</b> <b>DO FLUXO DE DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES</b></p> <p><b>Art.13º</b> As proposições são todos os atos ou efeitos de que dispõe um Conselheiro para propor a discussão de um assunto atinente ao Conselho.</p> <p><b>Parágrafo único.</b> As proposições podem consistir em projetos de Resoluções, Indicações, Moções ou simplesmente Ofícios.</p> <p><b>Art.14º</b> Todas as proposições que necessitem ser deliberadas pelo CMDPD deverão ser protocoladas, seja em papel impresso ou em formato digital.</p> <p><b>Parágrafo único.</b> As proposições em papel impresso e os documentos que forem apensados ou anexados ao processo inicial, serão digitalizados pela Secretaria Executiva do CMDPD.</p> <p><b>Art.15º</b> A Secretaria Executiva do CMDPD será responsável pelo recebimento e distribuição dos documentos relacionados às proposições, conforme a pertinência do assunto a ser apreciado.</p> <p><b>Art.16º</b> As proposições apreciadas e discutidas pela Comissão pertinente serão posteriormente submetidas à discussão ou votação em sessão plenária.</p> <p><b>Art.17º</b> Após o recebimento protocolado da proposição, a Comissão deverá realizar uma reunião para:</p> <p>a) discutir o conteúdo da proposição;</p>	<p>XV - organizar os serviços de protocolos e arquivos de documentos no CMDPD;</p> <p>XVI - manter controle das correspondências enviadas e recebidas, inclusive do correio eletrônico do CMDPD;</p> <p>XVII - receber, protocolar e manter em ordem a documentação de entidades, atualizando as informações que forem apresentadas e encaminhando, quando necessário, à comissão pertinente;</p> <p>XVIII - expedir declarações e certificados de registro de entidades, após deliberação do CMDPD; e</p> <p>XIX - comunicar aos Conselheiros sobre a agenda das reuniões do CMDPD e de suas Comissões, de acordo com os critérios definidos neste Regimento Interno.</p> <p><b>SEÇÃO II</b> <b>DAS REUNIÕES DO CONSELHO</b></p> <p><b>Art.14º</b> O CMDPD deverá reunir-se ordinariamente em sessão plenária, 1 (uma) vez por mês, conforme calendário anual aprovado em plenária, ou em outro dia que o Plenário designar e, em caráter extraordinário, por convocação do Presidente ou por requerimento de no mínimo 1/3 (um terço) de seus membros titulares, sobre assuntos relevantes e de justificável urgência.</p> <p><b>§1º</b> Nas reuniões extraordinárias, somente serão deliberados os assuntos constantes na pauta do dia.</p> <p><b>§2º</b> A reunião somente será deliberativa com a presença de 50% (cinquenta por cento) dos Conselheiros Titulares, em primeira chamada, e de 1/4 (um quarto), em segunda chamada, considerando que cada órgão ou entidade, com representação no referido Conselho, terá direito a um voto.</p> <p><b>§3º</b> Na ausência dos Conselheiros Titulares, seus respectivos suplentes terão direito a voto.</p> <p>b) designar entre seus membros um relator, que será responsável por levantar todas as informações e conduzir todas as discussões necessárias antes de apresentar seu relatório à Comissão; e</p> <p>c) aprovar o calendário com prazos para a discussão e apreciação pelo Plenário do CMDPD, os quais não poderão exceder o limite de 60 (sessenta) dias, salvo mediante justificativa e aprovação da mesma pelo referido Plenário.</p> <p><b>Art.20º</b> O relatório com as conclusões sobre a proposição deverá ser encaminhado à Secretaria Executiva que o encaminhará aos Conselheiros para conhecimento anterior à reunião ordinária que abordará o assunto em pauta.</p> <p><b>Parágrafo único.</b> A votação referente ao relatório conclusivo será realizada na reunião ordinária seguinte.</p> <p><b>Art.29º</b> Havendo pedido de vistas por um Conselheiro do CMDPD, a proposição em análise será imediatamente suspensa e voltará para apreciação na reunião seguinte.</p> <p><b>Art.30º</b> Caso haja mais de um Conselheiro do CMDPD pedindo vistas, o Plenário votará em quem terá direito ao pedido.</p> <p><b>Art.31º</b> O Conselheiro do CMDPD, com o pedido de vistas à proposição, apresentará por escrito um relatório alternativo até a próxima reunião da Comissão que discuti inicialmente a proposição.</p> <p><b>Art.32º</b> A proposição que já tiver sido objeto de pedido de vistas não poderá mais ser objeto de tal, salvo se aprovado pela maioria do Plenário.</p> <p><b>Art.33º</b> As proposições que tratem de projetos para obtenção de recursos só serão apreciadas se houver Resolução do CMDPD que prevejam o recurso para o fim proposto.</p>	<p><b>§4º</b> Não havendo quórum para a realização da reunião deliberativa, verificado após a segunda chamada, poderá ser convocada nova reunião dentro do prazo que for determinado pelos Conselheiros presentes.</p> <p><b>Art.15º</b> As sessões serão presididas pelo Presidente do Conselho. Na sua ausência ou impedimento, o Presidente será substituído pelo Vice-Presidente. Na ausência ou impedimento de ambos, a sessão será aberta pelo 1º Secretário.</p> <p><b>Art.16º</b> As reuniões do Conselho seguirão a ordem do dia, respeitando as etapas que seguem:</p> <p>a) apreciação da ata da reunião anterior para aprovação;</p> <p>b) leitura dos informes da Secretaria Executiva; e</p> <p>c) leitura e discussão dos assuntos da pauta estabelecida na convocação.</p> <p><b>§1º</b> Os processos em discussão no Plenário poderão ser objeto de pedido de vistas pelos Conselheiros, sem prejuízo da discussão em plenária, podendo a decisão ser adiada até a reunião subsequente.</p> <p><b>§2º</b> O pedido de vistas processar-se-á por requerimento verbal do Conselheiro, aprovado pelo Plenário.</p> <p><b>Art.17º</b> Os assuntos tratados, bem como suas deliberações, serão registrados em ata, a qual será submetida à aprovação por todos os Conselheiros presentes, na reunião subsequente.</p> <p><b>Art.18º</b> As reuniões do CMDPD serão públicas e todos os documentos gerados e apresentados possuem o mesmo caráter.</p> <p><b>Art.19º</b> O CMDPD opinará sobre os relatos orais e deliberará sobre propostas, projetos, pareceres e indicações apresentadas por escrito.</p> <p><b>§1º</b> Em se tratando de Resolução que preveja recursos para projetos que serão executados exclusivamente pelo Município de Japurá a proposição do projeto será analisada conforme o fluxo de proposições.</p> <p><b>§2º</b> Em se tratando de Resolução que preveja recursos para projetos que serão executados por entidades da Sociedade Civil Organizada e que já disponha dos critérios para apresentação e aprovação, a proposição será analisada e aprovada pela Secretaria afim.</p> <p>I - Para exercício de controle pelo CMDPD, a Secretaria afim apresentará relatório em relação aos projetos analisados e aprovados.</p> <p>II - O relatório a ser apresentado evidenciará minimamente: número e objeto da resolução; valor total da resolução, nome do proponente, valor solicitado, valor empenhado, valor pago e saldo da resolução.</p> <p><b>§3º</b> Em se tratando de Resolução que preveja recursos que podem ter vários proponentes, as proposições somente serão apreciadas se houver critérios para apresentação e aprovação de projetos, seguindo o fluxo estabelecido.</p> <p><b>SEÇÃO II</b> <b>DAS RESOLUÇÕES E DOS OFÍCIOS</b></p> <p><b>Art.134º</b> O CMDPD exerce a sua função deliberativa por meio de Resoluções.</p> <p><b>Art.35º</b> Resolução é a formalização do que foi proposto, ou seja, do que foi resolvido em reunião ordinária ou extraordinária pelo Plenário do Conselho.</p> <p><b>Parágrafo único.</b> Nas fases de apresentações, discussões, votação e redação final, a propositura se constituirá em um projeto de Resolução.</p> <p><b>Art.36º</b> Ofício é a comunicação escrita e formal entre as autoridades da mesma categoria.</p>
<p><b>Parágrafo único.</b> O CMDPD atuará de maneira articulada com os demais Conselhos em funcionamento no município de Japurá, garantindo a integração e evitando a tomada de decisões conflitantes.</p> <p><b>Art.20º</b> Na discussão de cada matéria, todos os Conselheiros poderão fazer uso da palavra durante 3 (três) minutos. O mesmo tempo será concedido para sustentação de qualquer proposição.</p> <p><b>§1º</b> O orador só poderá ser apartado se consentir.</p> <p><b>§2º</b> Não serão permitidos apertes paralelos ao discurso.</p> <p><b>Art.21º</b> As deliberações do CMDPD serão obrigatoriamente consideradas e respeitadas pela Administração Pública Municipal, conforme disposto na Lei Municipal nº 029/2017, devendo orientar a formulação, execução e avaliação das políticas voltadas à pessoa com deficiência.</p> <p><b>Parágrafo único.</b> O cumprimento das deliberações pelo Poder Público observará os limites legais, a esfera de competência do Conselho e os princípios da administração pública, garantindo a efetividade das ações e o fortalecimento do controle social.</p> <p><b>Art.22º</b> As deliberações e resoluções do CMDPD serão publicadas nos órgãos oficiais e/ou imprensa local, seguindo os mesmos trâmites para publicação dos demais atos do Poder Executivo, porém gozando de absoluta prioridade.</p> <p><b>§1º</b> As despesas decorrentes da publicação deverão ser aportadas pela Administração Pública, através de dotação orçamentária específica.</p> <p><b>§2º</b> A publicação deverá ocorrer na primeira oportunidade subsequente à reunião do CMDPD, onde a decisão foi tomada ou a resolução aprovada, cabendo à Presidência e à Secretaria Executiva do Conselho as providências necessárias.</p>	<p><b>Art.140º</b> Os Requerimentos são atos de requerer algo ou alguma coisa e podem ser verbais ou escritos.</p> <p><b>Art.141º</b> São verbais e independem de apoio, discussão e votação, sendo despachados verbalmente pelo Presidente, os Requerimentos que solicitem:</p> <p>I - retificação de ata;</p> <p>II - observância de prescrição regimental ou legal;</p> <p>III - retirada de proposição, desde que formulada por seu autor;</p> <p>IV - inclusão na Ordem do Dia de proposição que já tenha atendido às exigências regimentais; e</p> <p>V - esclarecimento sobre conteúdo de proposição e encaminhamentos.</p> <p><b>Art.142º</b> Serão escritos e despachados pelo Presidente os seguintes Requerimentos:</p> <p>I - de Comissão Permanente, solicitando reunião conjunta ou audiência de outra Comissão;</p> <p>II - de renúncia de Conselheiro;</p> <p>III - de informações a organismos governamentais e não governamentais; e</p> <p>IV - de pedido de licença temporária de Conselheiro Titular.</p> <p><b>Art.143º</b> São verbais, não tem discussão e devem ser votados os Requerimentos de:</p> <p>I - retirada de proposição, salvo manifestação em contrário;</p> <p>II - recursos contra a decisão do Presidente;</p> <p>III - adiamento de discussão ou de votação de proposição; e</p> <p>IV - inversão da ordem dos trabalhos ou de Ordem do Dia.</p> <p><b>Art.144º</b> São escritos, sujeitos a apoio, discussão e votação os Requerimentos de Nomeação de Comissão Especial.</p>	<p><b>Art.145º</b> Parecer é a propositura em que há pronunciamento por escrito de Comissão Permanente sobrea matéria sujeita a seu exame.</p> <p><b>Art.146º</b> O Parecer deve versar sobre a harmonia da proposição com a legislação vigente, com este Regimento Interno, bem como sob a conveniência, oportunidade ou exatidão da proposição.</p> <p><b>Art.147º</b> O Parecer deve constar de três partes:</p> <p>I - relatório;</p> <p>II - voto do relator, sobre a aprovação ou rejeição, total ou parcial da matéria, ou sobre a necessidade e substitutiva ou de emenda; e</p> <p>III - conclusão, na qual constará a assinatura do Coordenador da Comissão e do Relator do processo, bem como dos demais membros.</p> <p><b>Art.148º</b> É considerado voto vencido o voto contrário ao Parecer apoiado pela maioria.</p> <p><b>§1º</b> Denomina-se voto separado o que, fundamentado, concluir diversamente do Parecer.</p> <p><b>§2º</b> O Conselheiro que não concordar com o Parecer, nem com a Conclusão, assina pelas conclusões, mas com sua restrição.</p> <p><b>SEÇÃO VII</b> <b>DAS EMENDAS</b></p> <p><b>Art.149º</b> A Emenda é a proposição acessória de outra.</p> <p><b>Art.150º</b> O projeto de Resolução pode ser emendado em seu todo ou em parte.</p> <p><b>Art.151º</b> A apresentação de Emenda será feita até o encerramento da discussão do projeto.</p>	<p><b>CAPÍTULO IV</b> <b>DAS ELEIÇÕES</b> <b>SEÇÃO I</b> <b>DO EDITAL</b></p> <p><b>Art.152º</b> A Assembleia Geral de Eleição deverá ser convocada através de Edital e publicada na Imprensa Oficial do Município.</p> <p><b>Art.153º</b> O Edital que convoca para a Assembleia Geral de Eleição será elaborado por Comissão Especial composta por conselheiros representantes da Sociedade Civil Organizada e deverá conter, entre outros:</p> <p>I - nome, sigla e endereço do CMDPD;</p> <p>II - atribuições do Conselho e sua composição;</p> <p>III - condução do processo eleitoral;</p> <p>IV - inscrições;</p> <p>V - processo de Eleição;</p> <p>VI - resultado da Eleição;</p> <p>VII - mandato;</p> <p>VIII - nomeação; e</p> <p>IX - data do edital e assinatura.</p> <p><b>Art.154º</b> Os representantes das entidades que votarão na eleição das representações da Sociedade Civil Organizada deverão ser formalmente indicados pelas respectivas diretorias.</p> <p><b>SEÇÃO II</b> <b>DAS CANDIDATURAS</b></p> <p><b>Art.158º</b> Poderão candidatar-se como membros do CMDPD as entidades da Sociedade Civil Organizada que atenderem aos requisitos constantes no Edital.</p>
<p><b>SEÇÃO III</b> <b>DAS INDICAÇÕES</b></p> <p><b>Art.138º</b> Indicação é a propositura que contém sugestões de providências a quaisquer órgãos ou autoridades.</p> <p><b>§1º</b> Toda indicação deve ser formulada por escrito e submetida ao Plenário durante a Ordem do Dia, independentemente de sua inclusão na mesma.</p> <p><b>§2º</b> O Presidente apenas solicitará parecer da Comissão Permanente sobre uma indicação em casos que a natureza da matéria o exigir.</p> <p><b>SEÇÃO IV</b> <b>DAS MOÇÕES</b></p> <p><b>Art.139º</b> As Moções, que devem ser formuladas por escrito, expressam manifestação de congratulação, voto de apreciação, repúdio ou pesar, devendo ser submetida ao Plenário durante a Ordem do Dia, independentemente de sua inclusão na mesma.</p> <p><b>§1º</b> Independem de discussão os votos de pesar.</p> <p><b>§2º</b> O Presidente apenas solicitará parecer da Comissão Permanente sobre uma Moção em casos que a natureza da matéria exigir.</p> <p><b>SEÇÃO V</b> <b>DOS REQUERIMENTOS</b></p>	<p>II - por motivo de acidente do trabalho ou enfermidade atestada pelo Instituto Nacional do Seguro Social– INSS;</p> <p>III - durante a suspensão preventiva para responder a inquérito administrativo ou de prisão preventiva, quando for impronunciado ou absolvido;</p> <p>IV - até 2 (dois) dias consecutivos, em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que, declarada em sua carteira de trabalho e previdência social, viva sob sua dependência econômica;</p> <p>V - até 3 (três) dias consecutivos, em virtude de casamento;</p> <p>VI - por 1 (um) dia, em caso de nascimento de filho no decorrer da primeira semana;</p> <p>VII - por um dia, em cada 12 (doze) meses de trabalho, em caso de doação voluntária de sangue devidamente comprovada;</p> <p>VIII - nos dias em que estiver comprovadamente realizando provas de exame vestibular para ingresso em estabelecimento de ensino superior;</p> <p>IX - pelo tempo que se fizer necessário, quando tiver que comparecer a juízo; e</p> <p>X - estar em evento representando o CMDPD quando aprovado pelo mesmo.</p> <p><b>§3º</b> As justificativas de faltas deverão ser informadas pelos secretários e presidentes, por meio de documentos comprobatórios, ficando assegurado o direito de substituir seu representante, de acordo com as normas previstas neste Regimento Interno.</p> <p><b>Art.158º</b> As entidades ou organizações representadas pelos Conselheiros faltosos deverão ser comunicadas a partir da terceira falta consecutiva ou quinta falta alternada, por meio de correspondência.</p> <p><b>Art.159º</b> A entidade não governamental, a qual pertence o Conselheiro afastado, terá 3(três) dias, após recebimento de comunicado, para indicar outro representante.</p> <p><b>Art.160º</b> Perderá o mandato, a entidade que:</p> <p>a) for extinta;</p> <p>b) extinguir sua base territorial no Município;</p>	<p>c) após ter sido advertida pelo CMDPD, quanto a irregularidades encontradas, não tiver providenciado as adequações necessárias, sendo incompatível sua representação;</p> <p>d) não cumprir o previsto no art. 71 deste Regimento Interno; e</p> <p>e) deixar de funcionar por mais de 6 (seis) meses.</p> <p><b>Art.161º</b> Nas condições de vacância dos representantes dos órgãos governamentais, o Presidente, depois de ouvido o Conselho, encaminhará ofício ao Chefe do Poder Executivo, solicitando a substituição dos representantes.</p> <p><b>SEÇÃO II</b> <b>DOS SUPLENTEs</b></p> <p><b>Art.162º</b> Aos Conselheiros Suplentes representantes do Poder Público compete substituir os titulares na sua vacância.</p> <p><b>Art.163º</b> A substituição dos Conselheiros Titulares representantes da Sociedade Civil Organizada deverá obedecer à ordem cronológica da votação dos suplentes.</p> <p><b>CAPÍTULO VI</b> <b>DOS DIREITOS E DEVERES DOS CONSELHEIROS</b></p> <p><b>Art.164º</b> São direitos e deveres dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Deficiente:</p> <p>I - conhecer a Lei Federal Nº 13.146, a Lei Municipal Nº 029/2017, que dispõe sobre diretrizes da política municipal de atendimento à pessoa deficiente, e outras normativas relativas à este atendimento, zelando pelo seu efetivo e integral respeito;</p> <p>II - participar com assiduidade das reuniões ordinárias e extraordinárias do CMDPD;</p> <p>III - participar das Comissões exercendo as atribuições inerentes a estas;</p>	<p>IV - buscar informações acerca das condições de vida da população local, assim como da estrutura de atendimento existente no município, visitando, sempre que possível, as comunidades, os programas e os serviços àquela destinados;</p> <p>V - encaminhar proposições e participar das discussões relativas à melhoria das condições de atendimento à população deficiente local, apontando falhas e sugerindo a implementação das políticas, serviços públicos e programas que se fizerem necessários;</p> <p>VI - atuar em defesa da Lei Federal Nº 13.146 e dos direitos da pessoa deficiente, procurando, sempre que possível, conscientizar a população acerca do dever de todos em promover a proteção integral da pessoa deficiente; e</p> <p>VII - opinar e votar sobre assuntos encaminhados para a apreciação do Conselho.</p> <p><b>§1º</b> É expressamente vedada a manifestação político-partidária nas atividades do Conselho.</p> <p><b>§2º</b> Nenhum membro poderá agir ou se manifestar em nome do Conselho sem prévia autorização.</p> <p><b>TÍTULO II</b> <b>DAS ENTIDADES DE ATENDIMENTO À PESSOA DEFICIENTE</b> <b>CAPÍTULO I</b> <b>DO REGISTRO E DA RENOVAÇÃO</b></p> <p><b>Art.165º</b> Todas as entidades pertencentes ao Poder Público e à Sociedade Civil Organizada deverão encaminhar documentação atualizada para registro e inscrição de programa no CMDPD, o qual será reavaliado a cada 2 (dois) anos.</p> <p><b>§1º</b> Para que haja o registro, necessariamente a entidade deve desenvolver algum programa protetivo ou socioeducativo relacionado à pessoa deficiente.</p>
<p><b>§2º</b> Os registros e inscrições deverão ter sua solicitação de renovação protocolada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sob pena de cancelamento automático no final de sua vigência.</p> <p><b>§3º</b> Após a aprovação do Registro, será fornecido um Certificado, no qual constará o nome do programa, regime, data, bem como a informação de que a vigência e o prazo de validade deverão ser confirmados junto ao CMDPD.</p> <p><b>Art.166º</b> As alterações que ocorrerem no funcionamento das Entidades registradas deverão ser comunicadas imediatamente por escrito ao CMDPD.</p> <p><b>§1º</b> A entidade que deixar de funcionar deverá comunicar oficialmente o CMDPD na data da interrupção de suas atividades e terá automaticamente seu registro suspenso.</p> <p><b>§2º</b> A entidade que não executar o programa inscrito no CMDPD terá a inscrição do programa cancelada.</p> <p><b>§3º</b> As entidades que não se enquadram nos regimes relacionados ao atendimento à pessoa deficiente deverão apenas solicitar o seu cadastramento junto ao CMDPD, que fornecerá uma declaração de cadastro.</p> <p>I - a declaração de cadastro não se equipara ao registro/inscrição, devendo constar tal observação na referida declaração.</p> <p><b>Art.167º</b> Todas as entidades não governamentais de atendimento relacionado à pessoa deficiente que operem e estejam estabelecidas juridicamente no Município de Japurá, deverão ser registradas junto ao CMDPD.</p> <p><b>Art.168º</b> Os documentos exigidos para o registro e sua renovação são os seguintes:</p> <p>I - ata da fundação registrada em Cartório;</p>	<p>II - estatuto social registrado em Cartório e já devidamente adequado com o novo Código Civil, no qual deverá constar nas suas finalidades estatutárias, o atendimento a pessoa deficiente;</p> <p>III - ata da eleição e posse da atual diretoria registrada em Cartório;</p> <p>IV - formulário de cadastro para o registro, conforme modelo aprovado pelo CMDPD;</p> <p>V - cópia do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;</p> <p>VI - plano anual de atividades para o ano vigente;</p> <p>VII - atestado da Vigilância Sanitária (somente para as entidades que se enquadrem neste item);</p> <p>VIII - laudo de Vistoria do Corpo de Bombeiros;</p> <p>IX - atestado de antecedentes Criminais da Diretoria Executiva;</p> <p>X - alvará de localização o funcionamento emitido pela Prefeitura Municipal.</p> <p>XI - declaração de idoneidade, expedida pelo Presidente da entidade, de todos os integrantes da Diretoria Executiva da mesma;</p> <p><b>Parágrafo único.</b> Os documentos acima especificados são obrigatórios e deverão ser entregues na sede do CMDPD.</p> <p><b>Art.169º</b> O registro de cada entidade não governamental deverá ser renovado obrigatoriamente a cada 2(dois) anos.</p> <p><b>Art.170º</b> O registro ou renovação somente serão efetuados após análise e parecer favorável do CMDPD.</p> <p><b>Art.171º</b> As entidades não governamentais que deixarem de renovar seus registros em tempo hábil perderão os mesmos e deverão solicitar um novo registro.</p> <p><b>Art.172º</b> As entidades governamentais não necessitam registrar-se perante o CMDPD, contudo, é obrigatória a inscrição de seus programas de atendimento.</p>	<p><b>CAPÍTULO II</b> <b>DAS INSCRIÇÕES DOS PROGRAMAS</b> <b>E SERVIÇOS DAS ENTIDADES GOVERNAMENTAIS</b></p> <p><b>Art.173º</b> As entidades governamentais deverão proceder à inscrição de seus programas e serviços no CMDPD, especificando os regimes de atendimento, o qual manterá o registro das inscrições e suas alterações.</p> <p><b>§1º</b> Todos os documentos integrantes da solicitação de inscrição deverão estar devidamente assinados pelo servidor responsável.</p> <p><b>§2º</b> Se houver quaisquer alterações no programa ou serviço, não importando o momento, deverá à entidade comunicar de forma oficial ao CMDPD. Tal comunicação deverá estar assinada pelo servidor responsável.</p> <p><b>§3º</b> O responsável deverá especificar de forma detalhada todas as ações e atividades que serão desenvolvidas em cada regime, conforme modelo aprovado pelo CMDPD.</p> <p><b>CAPÍTULO III</b> <b>DO DESCUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO</b></p> <p><b>Art.174º</b> As entidades que descumprirem as obrigações constantes na Lei Nº 13.146 de 06 de julho de 2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) e Lei Municipal Nº 029/2017, no seu todo ou em parte, ser-ão-lhe aplicadas formalmente às seguintes medidas:</p> <p>I - advertência;</p> <p>II - suspensão total do repasse de verbas públicas;</p> <p>III - suspensão do programa; e</p> <p>IV - cassação do registro.</p>	<p><b>Art.175º</b> As entidades que não cumprirem o prazo estabelecido no art. 83 do presente Regimento Interno quanto à renovação terão seu registro cancelado.</p> <p><b>CAPÍTULO IV</b> <b>DA FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DAS ENTIDADES</b> <b>SEÇÃO I</b> <b>DA FISCALIZAÇÃO</b></p> <p><b>Art.176º</b> Cabe ao Poder Judiciário, ao Ministério Público e aos Conselhos a fiscalização e aplicação de medidas às entidades.</p> <p><b>SEÇÃO II</b> <b>DO CONTROLE</b></p> <p><b>Art.177º</b> O CMDPD exercerá o controle sobre as ações dos programas de proteção e socioeducativos, por meio de visitas in loco às mesmas, visando ao cumprimento das políticas por ele definidas, conforme legislação em vigor.</p> <p><b>§1º</b> O CMDPD deverá acatar todas as denúncias devidamente formalizadas e proceder à verificação das mesmas.</p> <p><b>§2º</b> Fica impedido de participar das visitas de controle o Conselheiro que faça parte da entidade ou órgão.</p> <p><b>TÍTULO III</b> <b>DAS CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS DOS DIREITOS DA PESSOA DEFICIENTE</b></p> <p><b>Art.178º</b> A Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Deficiente, com caráter deliberativo e aberto à participação da população, será realizada conforme programação do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência</p>



(CONADE), do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência (COEDE) em conformidade com a necessidade do município.

**Parágrafo único.** O CMDPD será responsável pela convocação, aprovando regulamento que dispõe sobre os critérios de sua realização.

**Art.79º** A Conferência Municipal terá por objetivo analisar, controlar e deliberar sobre a Política Municipal de atendimento à pessoa com deficiência.

**TÍTULO IV**  
**DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA DEFICIENTE - FMDPD**

**Art. 80º** O Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Deficiente (FMDPD) é instrumento da Política Municipal de atendimento à pessoa deficiente e será gerido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Deficiente (CMDPD).

**Parágrafo Único:** Cabe ao CMDPD por meio de decreto regulamentar o fundo, fixando as diretrizes, critérios e prioridades para a aplicação das disponibilidades financeiras existentes, nos termos da Lei Federal Nº 13.146 de 06 de julho de 2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) e Lei Municipal Nº 029/2017.

**TÍTULO VI**  
**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art.81º** O CMDPD se obriga a manter o arquivo de dados das entidades em perfeita ordem e se compromete a prestar toda e qualquer informação ao Poder Público e Judiciário e ao Ministério Público.

**Art.82º** Os Conselheiros Titulares do CMDPD, poderão apresentar por escrito propostas de alteração do presente Regimento, em reunião extraordinária convocada

**MUNICÍPIO DE SÃO MANOEL DO PARANÁ**  
Estado do Paraná  
Praça Paraná, 50 - Fone/Fax (044) 3644-1114 e 3644-1100  
Site: [www.sao-maneldoparana.pr.gov.br](http://www.sao-maneldoparana.pr.gov.br) e e-mail: [compras@saomaneldoparana.pr.gov.br](mailto:compras@saomaneldoparana.pr.gov.br)  
CEP 87.215-000 - São Manoel do Paraná - Paraná  
C N P J - 88.909.617/0001-63

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**  
**CREDENCIAMENTO/CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 35/2025 - PMSMP**

**O presente procedimento licitatório seguirá nos termos da Lei nº 14.133/2021 de 1º de abril de 2021.**

O Município de São Manoel do Paraná, torna público aos interessados, que estará recebendo a partir das 09h00min do dia 18 de dezembro de 2025 até o dia 09 de dezembro do ano de 2026, os documentos para credenciamento, conforme especificações abaixo:

ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	VALOR GLOBAL	PRAZO DE EXECUÇÃO
Item 1 Prestação de serviços odontológicos por profissional CIRURGIÃO-DENTISTA (20h (Manhã das 07h às 11h))	R\$ 41.032,80	12 meses
Item 2 Prestação de serviços odontológicos por profissional CIRURGIÃO-DENTISTA (20h (Tarde das 13h às 17h))		

Os itens supramencionados são parte integrante da Secretaria Municipal de Saúde. A pasta Técnica, com o interior tor do Edif e seus respectivos modelos, selados e anexos, poderão ser examinados no endereço supramencionado no horário comercial e no site [www.sao-maneldoparana.pr.gov.br](http://www.sao-maneldoparana.pr.gov.br) Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimentos, deverão ser dirigidos aos Membros da Equipe permanente de Licitações no endereço acima mencionado ou pelos telefones: (44) 99114-3282 / 99104-2521 / 99143-2848 – E-mail: [compras@saomaneldoparana.pr.gov.br](mailto:compras@saomaneldoparana.pr.gov.br).

Paço Municipal "Treze de Setembro" de São Manoel do Paraná, em 24 de novembro de 2025.

**VITOR HUGO RODRIGUES**  
Prefeito Municipal  
Original Assinado

**Art. 3º** - O prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Processante será de 60 (sessenta) dias, contados do dia de publicação desta Portaria, admitida a prorrogação por igual período, caso as circunstâncias o exijam, conforme o art. 162 da Lei Municipal nº 20/1993.

**Art. 4º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

São Manoel do Paraná - PR, 13 de novembro de 2025.

**RENATO DE VICENTE**  
Presidente do Legislativo  
(Original Assinado)

**MUNICÍPIO DE INDIANÓPOLIS**  
Praça Cararamuru, 150 - Centro - CEP 87.235-000  
Fone/Fax 44 3674 1108 - 3674 1560 - CNPJ 75.798.355/0001-77  
E-mail: [gabinete@indianopolis.pr.gov.br](mailto:gabinete@indianopolis.pr.gov.br)  
INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ

**DECRETO Nº 131/2025**

Súmula: Institui o Conselho Municipal do Esporte – CME, e dá outras providências.

**PAULO CEZAR RIZZATO**  
Martins, Prefeito do Município de Indianópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando a necessidade de promover a participação da comunidade nas políticas públicas de esporte e lazer,

**DECRETA:**

**Art. 1º** Fica instituído o Conselho Municipal do Esporte – CME, órgão colegiado de caráter consultivo, deliberativo e normativo, vinculado à Secretaria Municipal de Esporte.

**Art. 2º** O CME tem por finalidade assessorar o Poder Executivo Municipal na formação, planejamento, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas de esporte, atividade física e lazer.

**Art. 3º** Compete ao Conselho Municipal do Esporte:

I – propor diretrizes e prioridades para a política municipal de esporte;

II – acompanhar e avaliar programas, projetos e ações voltados ao desenvolvimento esportivo;

III – colaborar na elaboração do Plano Municipal de Esporte e Lazer;

IV – opinar sobre a aplicação de recursos destinados ao esporte;

V – estimular a participação da comunidade e das entidades esportivas nas ações municipais;

VI – fiscalizar a execução das políticas públicas de esporte;

[www.indianopolis.pr.gov.br](http://www.indianopolis.pr.gov.br)

III – O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias contados da apresentação da respectiva nota fiscal, devidamente atestada pelo fiscal do contrato, mediante boleto bancário ou depósito em conta corrente de titularidade da contratada.

IV – Mantém-se a dotação orçamentária: 3.3.90.39.05.00.2025 – Serviços Técnicos Profissionais.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

Fica alterada a Cláusula Oitava do Contrato nº 002/2025, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**CLÁUSULA OITAVA – PRAZO DE VIGÊNCIA E ENTREGA DO OBJETO** (nova redação):

O prazo de vigência do presente contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

O prazo para entrega dos serviços contratados permanece de 75 (setenta e cinco) dias, observando-se as etapas previstas no Termo de Referência.

**CLÁUSULA QUARTA – DA FUNDAMENTAÇÃO**

O presente Termo Aditivo tem como fundamento o art. 124, inciso II, inc. C, e art. 141 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, e decorre da necessidade de adequar a forma de pagamento (haja vista que não ficou clara a forma) e também a necessidade de estender a vigência (haja vista que o prazo está perto de se esgotar sem a aprovação do projeto arquitetônico devido ao fato de haver construção avarizada na matrícula e a necessidade de demolição).

**CLÁUSULA QUINTA – DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES**

[www.cmidianopolis.pr.gov.br](http://www.cmidianopolis.pr.gov.br)

Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas, condições e obrigações estabelecidas no Contrato nº 02/2025, mantendo-se em pleno vigor os demais dispositivos contratuais.

**CLÁUSULA SEXTA – DA RATIFICAÇÃO E VIGÊNCIA**

O presente Termo Aditivo entra em vigor na data de sua assinatura, ratificando-se o Contrato nº 02/2025 e seus anexos, para que produza todos os efeitos legais.

Indianópolis/PR, 24 de novembro de 2025.

**ADEMIR FLOR DA SILVA**  
Presidente da Câmara Municipal de Indianópolis  
CONTRATANTE

**CARDENSUL EMPREENDIMENTOS LTDA**  
Assinado digitalmente por  
CARDENSUL EMPREENDIMENTOS LTDA  
CPF 46847848000123  
CARDENSUL EMPREENDIMENTOS LTDA  
DIONE CARDOSO ANANIAS  
Representante Legal da CONTRATADA

**TESTEMUNHAS:**

**JOSE EDUARDO GOMES DA SILVA**  
CPF 123.591.278-22

**MARCOS BENEDITO COLIS**  
CPF 085.689.999-21

[www.cmidianopolis.pr.gov.br](http://www.cmidianopolis.pr.gov.br)

especialmente para este fim, com a presença de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos membros titulares.

**Art.83º** Os casos omissos deste Regimento Interno serão resolvidos nas reuniões do CMDPD.

**Art.84º** A Lei 13.146/2015 tem primazia sobre o regimento quando se tratar de direitos da pessoa com deficiência, dado o caráter constitucional/ normativo dessa Lei.

**Art.85º** Em caso de conflito entre este Regimento Interno e a Lei Municipal Nº029/2017, prevalecerá a Lei Municipal.

**Art.86º** Este Regimento Interno entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 14 de novembro de 2025, ficando revogadas as disposições em contrário.

Japurá/PR, 14 de novembro de 2025.

**MUNICÍPIO DE SÃO MANOEL DO PARANÁ**  
Estado do Paraná  
Praça Paraná, 50 - FONE: (44) 9 9114-3282 / (44) 9 9104-2521 / (44) 9 9148-2848  
Site: [www.sao-maneldoparana.pr.gov.br](http://www.sao-maneldoparana.pr.gov.br) e e-mail: [compras@saomaneldoparana.pr.gov.br](mailto:compras@saomaneldoparana.pr.gov.br)  
CEP 87.215-000 - São Manoel do Paraná - Paraná  
C N P J - 88.909.617/0001-63

**TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**INTROITO:** “REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, ABRANGENDO RECARGA E MANUTENÇÃO, COMPONENTES BEM COMO TESTES HIDROSTÁTICOS EM EXTINTORES, FORNECIMENTO DE EXTINTORES NOVOS, SUPORTES PARA FIXAÇÃO EM PAREDE E PISO, BEM COMO MATERIAIS DESTINADOS À SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA.”

**EXTIN EXTINGTORES LTDA - EPP**, devidamente inscrita no CNPJMF sob o nº 15.397.203/0001-06, com sede na Rua João Serrante, nº 390, Bairro: Complexo Industrial Batagala, CEP: 87.211-454, Telefone (44) 3631-6493, no município de Cianorte/PR, com valor global de R\$ 4.988,00 (quatro mil e novecentos e oitenta e seis reais), referente aos itens nº 01, 02, 03, 04, 05, 07, 08, 09, 10 e 11.

**EXTINTORES MARINGUENSE LTDA - ME**, devidamente inscrita no CNPJMF sob o nº 84.981.877/0001-09, com sede na Avenida 19 de Dezembro, nº 357, Bairro: Zona 06, CEP: 84.285-000, Telefone (44) 3262-1351, no município de Maringá/PR, com valor global de R\$ 1.649,70 (um mil e seiscentos e quarenta e nove reais e setenta centavos), referente ao item nº 06.

Paço Municipal "Treze de Setembro" de São Manoel do Paraná, 18 de novembro de 2025.

**VITOR HUGO RODRIGUES**  
Prefeito Municipal  
(Original Assinado)

**MUNICÍPIO DE SÃO MANOEL DO PARANÁ**  
Estado do Paraná  
Praça Paraná, 50 - Fone/Fax (044) 3644-1114 e 3644-1100  
Site: [www.sao-maneldoparana.pr.gov.br](http://www.sao-maneldoparana.pr.gov.br) e e-mail: [compras@saomaneldoparana.pr.gov.br](mailto:compras@saomaneldoparana.pr.gov.br)  
CEP 87.215-000 - São Manoel do Paraná - Paraná  
C N P J - 88.909.617/0001-63

**DECRETO Nº 382/2025**

**SÚMULA:** Dispõe sobre a função de palestrante para a quantidade máxima de estudantes por turma no Ensino Fundamental – Anos Iniciais do Estado do Paraná, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 1º** - Fica instituído o Conselho Municipal de Educação Especial, com a finalidade de acompanhar, orientar e avaliar o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes com necessidades educacionais especiais, visando à melhoria da qualidade do ensino e à inclusão social dos estudantes.

**Art. 2º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 3º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 4º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 5º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 6º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 7º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 8º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 9º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 10º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 11º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 12º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 13º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 14º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 15º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 16º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 17º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 18º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 19º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 20º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 21º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 22º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 23º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 24º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 25º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 26º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 27º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 28º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 29º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 30º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 31º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 32º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 33º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 34º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 35º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 36º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 37º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 38º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 39º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 40º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 41º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 42º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 43º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 44º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 45º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 46º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 47º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 48º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 49º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 50º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 51º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 52º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 53º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 54º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 55º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 56º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 57º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 58º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 59º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 60º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 61º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 62º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 63º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 64º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 65º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 66º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 67º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 68º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 69º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 70º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 71º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 72º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 73º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 74º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 75º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 76º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 77º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 78º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 79º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 80º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 81º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 82º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 83º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 84º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 85º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 86º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 87º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 88º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 89º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 90º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 91º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 92º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 93º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 94º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 95º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 96º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 97º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 98º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 99º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 100º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 101º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 102º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 103º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 104º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 105º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 106º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 107º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 108º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 109º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 110º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 111º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 112º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 113º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 114º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 115º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 116º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 117º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 118º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 119º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 120º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 121º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 122º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 123º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 124º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 125º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 126º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 127º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 128º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 129º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 130º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 131º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 132º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 133º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 134º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 135º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 136º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 137º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 138º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 139º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 140º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 141º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 142º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 143º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 144º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 145º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 146º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 147º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 148º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 149º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 150º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 151º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 152º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 153º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 154º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 155º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 156º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 157º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 158º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 159º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 160º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 161º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 162º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 163º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 164º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 165º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 166º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 167º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 168º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 169º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 170º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 171º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 172º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 173º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 174º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 175º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 176º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 177º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 178º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 179º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 180º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 181º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 182º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 183º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 184º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.


**Art. 185º** - A função de palestrante será exercida por profissionais habilitados em áreas correlatas, conforme disposto neste Decreto.

**Art. 186º**







<div>  </div>	<p align="center"><b>MUNICÍPIO DE SÃO MANOEL DO PARANÁ</b>  <b>RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>  <b>DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE</b>  <b>ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL</b>  <b>SETEMBRO A OUTUBRO DE 2025</b></p>
---	--

Página: 1 / 4

PERÍO - ANEXO B (LRF, art.72)

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS				
	PREVISÃO ATUALIZADA (d)	RECEITAS REALIZADAS		
		Até o Bimestre (e)		
1 - RECEITA DE IMPOSTOS	1.207.890,79	1.208.497,29		
1.1 - Receitas resultantes do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - IPTU	199.497,10	199.497,10		
1.2 - Receita resultante do imposto sobre transmissão inter vivos - ITR	167.296,80	163.073,24		
1.3 - Receita resultante do imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS	182.896,80	133.269,20		
1.4 - Receita resultante do imposto de renda sobre a fatura - IRPF	699.242,00	799.692,39		
2 - RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	30.405.289,09	23.331.162,94		
2.1 - Cota-parte FPM	32.179.362,91	16.699.864,71		
2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	30.293.969,79	16.200.779,79		
2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d e e	1.885.402,12	1.499.089,92		
2.2 - Cota-parte ICMS	7.409.490,49	9.666.692,24		
2.3 - Cota-parte IPVA Exportação	94.422,47	80.739,29		
2.4 - Cota-parte ITD	169.901,31	332.690,79		
2.6 - Cota-parte IPVA	939.113,99	337.239,99		
2.6 - Cota-parte ICF-Circu	0,00	0,00		
2.7 - Compensação Financeira Proveniente de Ingressos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00		
3 - TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	31.613.179,88	24.569.660,19		
4 - TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - 20% DE (2.1.1) + (2.2) + (2.4) + (2.6) + (2.7)	6.793.997,79	4.367.213,29		
5 - VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÍMTO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 1% DE (2.1.1) + (2.1.2) + (2.4) + (2.6) + (2.7) + (2.8) + (2.9) + (3.1) + (3.2) + (3.3) + (3.4) + (3.5) + (3.6)	2.309.971,43	1.790.199,29		

RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB NO EXERCÍCIO				
	PREVISÃO ATUALIZADA (d)	RECEITAS REALIZADAS		
		Até o Bimestre (e)		
6 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.979.199,04	1.836.091,97		
6.1 - FUNDEB - Ingressos e Transferências de Recursos	1.939.199,04	1.727.963,24		
6.1.1 - Principal	1.939.600,23	1.721.269,63		
6.1.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	13.999,80	6.869,61		
6.1.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00		
6.2 - FUNDEB - Complementação da União - VIMF	0,00	0,00		
6.2.1 - Principal	0,00	0,00		
6.2.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00		
6.2.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00		
6.3 - FUNDEB - Complementação da União - VIMAT	0,00	0,00		
6.3.1 - Principal	0,00	0,00		
6.3.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00		
6.3.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00		
6.4 - FUNDEB - Complementação da União - VIMAF	37.000,00	106.109,63		
6.4.1 - Principal	37.000,00	101.624,49		
6.4.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	6.294,14		
6.4.3 - Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00		
7 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 - 6.2)	(3.779.697,97)	(3.695.976,69)		

RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)		Valor
8 - TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT		9.609,07
8.1 - SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR		9.609,07
8.2 - SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS		0,00
9 - TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (8 + 6)		1.805.696,94

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção)					
	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (f)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (g)	RESCITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (h)
10 - TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	2.020.974,47	1.809.192,69	1.809.192,69	1.779.701,49	0,00
10.1 - PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	1.989.974,47	1.793.569,09	1.793.569,09	1.763.089,49	0,00
10.1.1 - Educação Infantil	1.017.962,97	932.720,89	932.720,89	902.903,99	0,00
10.1.2 - Ensino Fundamental	970.621,10	869.879,83	869.879,83	860.989,50	0,00
10.1.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.4 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

continua no próximo bloco

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção)					
	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (f)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (g)	RESCITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (h)
10.2 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2 - OUTRAS DESPESAS	37.000,00	36.612,00	36.612,00	36.612,00	0,00
10.2.1 - Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.2 - Ensino Fundamental	37.000,00	36.612,00	36.612,00	36.612,00	0,00
10.2.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.4 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.6 - Transporte (ônibus)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7 - Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES DO FUNDEB					
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (f)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (g)	RESCITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (h)	percentual de execução em relação ao comprometido (e/f/g/h)
11 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	1.776.776,19	1.793.776,19	1.793.776,19	1.779.701,49	0,00
11.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Ingressos e Transferências de Recursos	1.776.776,19	1.776.776,19	1.693.719,97	1.663.089,49	0,00
11.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VIMF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VIMAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.4 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VIMAF	36.612,00	36.612,00	36.612,00	36.612,00	0,00
12 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	1.776.776,19	1.776.776,19	1.693.719,97	1.663.089,49	0,00
13 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VIMAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VIMAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 2º - Constituição Federal				
	VALOR EXIGIDO (d)	VALOR APLICADO (e)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (f)	% APLICADO (g)
15 - Menor de 10% do FUNDEB na Remuneração das Profissões da Educação Básica	1.209.999,27	1.776.776,19	1.776.776,19	99,29
16 - Percentual de 90% da Complementação da União ao FUNDEB (VIMAT) na Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00
17 - Menor de 10% da Complementação da União ao FUNDEB - VIMAT na Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADOR - Anexo 2, § 2º - Lei nº 14.113, de 2024				
	VALOR MÍNIMO PERMITIDO (d)	VALOR NÃO APLICADO (e)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (f)	% NÃO APLICADO (g)
18 - Menor de 10% da Complementação da União ao FUNDEB	183.809,79	89.312,69	89.312,69	4,86

INDICADOR - Anexo 2, § 2º - Lei nº 14.113, de 2024 - (Aplicação do Suprimento de Exercício Anterior)				
	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (d)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (e)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO APÓS O AJUSTE QUADRIMESTRE (f)	VALOR NÃO APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (g)
19 - Total das Despesas custeadas com Suprimento do FUNDEB	191.393,63	9.609,07	49.373,91	0,00
19.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Ingressos e Transferências de Recursos	191.393,63	9.609,07	49.373,91	0,00
19.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VIMF	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (f)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (g)	RESCITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (h)
20 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	9.698.899,69	3.329.140,34	3.372.709,91	3.289.399,99	167.494,63
20.1 - Educação Infantil	2.769.690,62	1.709.699,23	1.709.699,23	1.693.399,70	9.170,29
20.2 - Ensino Fundamental	2.699.269,97	1.699.194,11	1.699.629,69	1.620.999,09	11.626,47

continua no próximo bloco

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (f)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (g)	RESCITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (h)
21 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	7.270.473,39	4.927.641,92	4.907.868,63	4.893.779,79	19.694,12
21.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	3.767.693,29	2.947.329,69	2.933.199,69	2.979.899,69	9.170,29
21.1.1 - Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.1.2 - Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	3.502.879,97	2.399.212,43	2.374.668,94	2.327.920,11	11.626,47

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL				
	Valor			
22 - TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS + LIQ (20.1 + 20.2)	3.372.709,91			
23 - TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB + (5.4)	4.367.213,29			
24 - (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% + (1.19)	0,00			
25 - (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL	0,00			
26 - (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS RECIOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00			
27 - (-) CANCELAMENTO NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR RECIOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS LIQUIDADOS AO MÍNIMO + (3.33.13)	0,00			
28 - TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23) - (24 + 25 + 26 + 27)	7.879.891,09			

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL 2 e 8				
	VALOR EXIGIDO (d)	VALOR APLICADO (e)	% APLICADO (g)	
29 - APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	6.167.472,69	7.879.891,09	12,73	

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE					
	SALDO INICIAL (d)	RP LIQUIDADAS (e)	RP PAGOS (f)	RP CANCELADOS (g)	SALDO FINAL (h) = (d) - (e) - (f) - (g)
30 - RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	242.109,69	179.893,91	179.893,91	63.036,00	179,69
30.1 - Executados com Recursos de Ingressos e Transferências de Recursos	242.109,69	179.893,91	179.893,91	63.036,00	179,69
30.2 - Executados com Recursos do FUNDEB - Ingressos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30.3 - Executados com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VIMAT + VIMAF + VIMAT)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (d)	RECEITAS REALIZADAS
		Até dezembro (e)
31 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	611.813,84	620.868,79
31.1 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNEE (INCLUINDO REMBOLSOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	229.167,85	113.188,98
31.1.1 - Subsídio-Educação	139.167,85	112.302,94
31.1.2 - PODE	0,00	0,00
31.1.3 - PNAE	0,00	0,00
31.1.4 - PNATE	0,00	0,00
31.1.5 - Outras Transferências do FNEE	190.000,00	887,04
31.2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	120.668,36	108.576,88
31.3 - RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00
31.4 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	2.674,70	175.432,94
31.5 - RECEITA DE PRECATORIOS - FUNDEF E FUNDEB	0,00	0,00
31.6 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	63.202,43	22.688,99







CONSOLIDADO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL SETEMBRO A OUTUBRO DE 2025					
Página: 1 / 4					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Anexo 1, inciso I, alínea "a" e "b" do inciso II)					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS	
				Até o Bimestre (b)	
1 - RECEITA DE IMPOSTOS		2.752.911,74		2.752.911,74	
1.1 - Receita resultante do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - IPTU		220.939,75		220.939,75	
1.2 - Receita resultante do imposto sobre transmissão inter vivos - ITR		349.884,27		349.884,27	
1.3 - Receita resultante do imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS		821.500,00		821.500,00	
1.4 - Receita resultante do imposto de renda sobre o faturamento - IRPF		1.385.387,72		1.475.170,80	
2 - RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEIS		32.901.066,00		32.901.066,00	
2.1 - Cota-Parte FPM		18.282.008,00		18.754.389,80	
2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea c		17.642.068,00		18.253.887,84	
2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d e e		1.640.000,00		1.500.502,00	
2.2 - Cota-Parte CPMF		12.500.000,00		12.544.511,70	
2.3 - Cota-Parte FPM-Exportação		180.000,00		180.000,00	
2.4 - Cota-Parte ITR		88.000,00		84.407,48	
2.5 - Cota-Parte IPVA		900.000,00		945.426,78	
2.6 - Cota-Parte IOF-Curo		0,00		0,00	
2.7 - Compensação Financeira Proventos de Impostos e Transferências Constitucionais		0,00		0,00	
3 - TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)		35.653.977,74		35.282.193,04	
4 - TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - 20% DE (3.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)		6.263.210,20		6.211.327,52	
5 - VALOR LÍQUIDO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE (3.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7) + (2.8) - (4.1) - (4.2) - (4.3) - (4.4) - (4.5) - (4.6) - (4.7) - (4.8) - (4.9) - (5.0) - (5.1) - (5.2) - (5.3) - (5.4) - (5.5) - (5.6) - (5.7) - (5.8) - (5.9) - (6.0) - (6.1) - (6.2) - (6.3) - (6.4) - (6.5) - (6.6) - (6.7) - (6.8) - (6.9) - (7.0) - (7.1) - (7.2) - (7.3) - (7.4) - (7.5) - (7.6) - (7.7) - (7.8) - (7.9) - (8.0) - (8.1) - (8.2) - (8.3) - (8.4) - (8.5) - (8.6) - (8.7) - (8.8) - (8.9) - (9.0) - (9.1) - (9.2) - (9.3) - (9.4) - (9.5) - (9.6) - (9.7) - (9.8) - (9.9) - (10.0)		2.898.281,24		2.355.218,63	
FUNDES					
RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB NO EXERCÍCIO		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS	
				Até o Bimestre (b)	
6 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB		4.811.748,81		3.883.619,72	
6.1 - FUNDES - Impostos e Transferências de Impostos		4.811.748,81		3.848.486,42	
6.1.1 - Principal		4.803.934,51		3.823.791,22	
6.1.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira		38.814,30		25.725,20	
6.1.3 - Rendimentos de recursos do Fundo		0,00		0,00	
6.2 - FUNDES - Complementação da União - VAAU		0,00		0,00	
6.2.1 - Principal		0,00		0,00	
6.2.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira		0,00		0,00	
6.2.3 - Rendimentos de recursos do Fundo		0,00		0,00	
6.3 - FUNDES - Complementação da União - VAAU		0,00		0,00	
6.3.1 - Principal		0,00		0,00	
6.3.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira		0,00		0,00	
6.3.3 - Rendimentos de recursos do Fundo		0,00		0,00	
6.4 - FUNDES - Complementação da União - VAAU		0,00		0,00	
6.4.1 - Principal		0,00		0,00	
6.4.2 - Rendimentos de Aplicação Financeira		0,00		0,00	
6.4.3 - Rendimentos de recursos do Fundo		0,00		0,00	
7 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (3.1.1 - 4)		(1.455.718,68)		(1.381.538,41)	
RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)					
8 - TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT				221.589,80	
8.1 - SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR				221.589,80	
8.2 - SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS				0,00	
9 - TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (8.1 + 8.2)				221.589,80	
DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção)					
DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (b)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (c)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (e)
10 - TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	5.086.753,31	3.955.517,42	3.955.517,42	3.955.517,42	0,00
10.1 - PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	4.135.748,37	3.421.014,87	3.421.014,87	3.421.014,87	0,00
10.1.1 - Educação Infantil	3.949.281,07	1.894.187,70	1.894.187,70	1.894.187,70	0,00
10.1.2 - Ensino Fundamental	1.089.497,30	1.506.826,37	1.506.826,37	1.506.826,37	0,00
10.1.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.4 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2 - OUTRAS DESPESAS	506.806,94	534.502,55	534.502,55	534.502,55	0,00
10.2.1 - Educação Infantil	458.811,19	287.373,79	287.373,79	287.373,79	0,00
10.2.2 - Ensino Fundamental	458.195,94	247.129,54	247.129,54	247.129,54	0,00
10.2.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.4 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.6 - Transporte (Estatos)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7 - Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (a)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (b)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (c)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (e)
11 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	3.752.886,79	3.752.886,79	3.752.886,79	3.752.886,79	0,00
11.1 - Total das Despesas custeadas com FUNDES - Impostos e Transferências de Impostos	3.748.618,09	3.748.618,09	3.748.618,09	3.748.618,09	0,00
11.2 - Total das Despesas custeadas com FUNDES - Complementação da União - VAAU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3 - Total das Despesas custeadas com FUNDES - Complementação da União - VAAU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.4 - Total das Despesas custeadas com FUNDES - Complementação da União - VAAU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.5 - Total das Despesas custeadas com FUNDES - Complementação da União - VAAU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	3.251.536,42	3.251.536,42	3.251.536,42	3.251.536,42	0,00
13 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDES - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDES - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDES - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 2º - Constituição Federal					
INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 2º - Constituição Federal	VALOR EXIGIDO (a)	VALOR APLICADO (b)	VALOR CONSIDERADO APÓS DESCONTOS (c)	% APLICADO (d)	% NÃO APLICADO (e)
16 - Milênio de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	2.594.647,49	3.251.536,42	3.251.536,42	84,47	0,00
17 - Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAU) na Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18 - Milênio de 15% da Complementação da União ao FUNDEB - VAAU na Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDICADORES - Art. 212, § 2º - Lei nº 5.113, de 2020 - (Atualização de Supéravit de Exercícios Anteriores)					
INDICADORES - Art. 212, § 2º - Lei nº 5.113, de 2020 - (Atualização de Supéravit de Exercícios Anteriores)	VALOR MÍNIMO PERMITIDO (a)	VALOR NÃO APLICADO (b)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (c)	% NÃO APLICADO (d)	% NÃO APLICADO (e)
19 - Total das Receitas Recebidas e não Aplicadas no Exercício	388.281,87	221.589,80	221.589,80	0,00	5,77
INDICADOR - Art. 212, § 2º - Lei nº 5.113, de 2020 - (Atualização de Supéravit de Exercícios Anteriores)					
INDICADOR - Art. 212, § 2º - Lei nº 5.113, de 2020 - (Atualização de Supéravit de Exercícios Anteriores)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO EM EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (c)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (d)	% NÃO APLICADO (e)
20 - Total das Despesas custeadas com Supéravit de FUNDES	458.195,94	221.589,80	221.589,80	0,00	0,00
21 - Total das Despesas custeadas com FUNDES - Impostos e Transferências de Impostos	458.195,94	170.815,00	170.815,00	0,00	0,00
22 - Total das Despesas custeadas com FUNDES - Complementação da União (VAAU + VAAU)	0,00	50.693,30	50.693,30	0,00	0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDES)					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDES (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (b)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (c)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (e)
23 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	4.886.048,35	3.010.429,28	2.814.788,78	2.897.782,80	35.842,81
23.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	1.483.960,88	1.481.439,44	1.478.323,15	1.485.881,42	15.145,25
23.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	2.161.814,56	1.528.890,15	1.488.463,38	1.488.221,40	20.526,50
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDES (Por Subfunção)					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDES (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (b)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (c)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (e)
23.3 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.4 - Educação Especial	194.554,71	0,00	0,00	0,00	0,00
23.5 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.6 - Transporte (Estatos)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.7 - Outras	835.969,30	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (b)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (c)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (e)
24 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDES	5.374.331,25	5.024.029,38	4.723.212,13	4.690.550,68	35.842,81
24.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	4.712.623,15	3.420.486,56	3.405.350,31	3.387.728,52	15.145,25
24.1.1 - Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24.1.2 - Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	4.282.308,10	3.543.689,82	3.323.863,38	3.282.861,07	20.526,50
APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL					
APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL		Valor			
25 - TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS + (14)		2.874.768,78			
26 - TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB + (14)		5.215.327,03			
27 - (1) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% + (14)		0,00			
28 - (1) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL		0,00			
29 - (1) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS		0,00			
30 - (1) CANCELAMENTO NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO EXERCÍCIO + (3.30.140) + (3.30.240)		0,00			
31 - TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (25 + 26) - (27 + 28 + 29 + 30)		8.089.095,81			
APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL 2 e 5					
APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL 2 e 5		VALOR EXIGIDO (a)	VALOR APLICADO (b)	% APLICADO (c)	% NÃO APLICADO (d)
32 - APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS		7.570.548,48	8.180.864,41	107,27	
RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE					
RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE	SALDO INICIAL (a)	RP LIQUIDADAS (b)	RP PAGAS (c)	RP CANCELADAS (d)	SALDO FINAL (e) = (a) - (b) - (c) - (d)
33 - RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	6.824,76	6.878,80	6.878,80	0,00	46,30
33.1 - Execução de Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	6.824,76	6.878,80	6.878,80	0,00	46,30
33.2 - Execução de Recursos do FUNDEB - Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.3 - Execução de Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAU + VAAU)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS	
				Até o Bimestre (b)	
31 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO		887.215,00		825.681,87	
31.1 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (INCLUIR RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)		786.855,00		741.652,65	
31.1.1 - Seguro-Educação		317.850,00		298.126,31	
31.1.2 - PIM		0,00		0,00	
31.1.3 - PNAT		111.700,00		118.963,50	
31.1.4 - PNATE		50.700,00		15.488,88	
31.1.5 - Outras Transferências do FUNDEB		260.000,00		5.082,14	
31.2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO		0,00		0,00	
31.3 - RECEITA DE ROLIMENS DESTINADOS À EDUCAÇÃO		0,00		0,00	
31.4 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO		0,00		0,00	
31.5 - RECEITA DE PRECATÓRIOS - FUNDEB E FUNDES		0,00		0,00	
31.6 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO		181.850,00		94.091,28	



**CONSOLIDADO**  
**RELATÓRIO RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS**  
**ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**SETEMBRO A OUTUBRO DE 2025**

ANEXO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alínea "a" e "b" do inciso II)

Página: 1 / 3

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre	% (b/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	43.616.000,00	50.473.540,95	15.646.495,35	23,02	48.021.816,78	89,23	2.451.723,17
RECEITAS CORRENTES	43.262.000,00	44.108.647,99	8.766.867,23	19,86	41.695.207,16	94,29	2.413.440,84
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	3.672.000,00	3.676.111,74	601.162,44	16,37	3.884.953,27	97,12	88.438,47
IMPOSTOS	2.205.000,00	2.752.911,74	479.897,09	17,26	3.766.000,11	98,26	47.891,63
TAXAS	216.000,00	216.500,00	22.165,35	10,70	179.000,00	83,11	38.999,99
CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
CONTRIBUIÇÕES	2.862.000,00	2.862.500,00	408.666,51	14,28	1.878.046,76	91,08	100.894,28
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.530.000,00	1.530.000,00	919.694,08	60,76	1.438.388,62	94,01	91.611,38
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE	632.000,00	632.000,00	81.661,82	12,92	440.147,13	70,98	191.852,87
RECEITA PATRIMONIAL	3.586.000,00	3.582.895,02	1.983.698,84	55,32	8.342.822,37	143,52	(1.569.737,35)
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO	12.800,00	12.800,00	288,00	2,25	18.184,32	91,47	2.376,68
VALORES MOBILIÁRIOS	3.573.200,00	3.570.095,02	1.983.698,84	55,52	8.324.638,05	143,71	(1.582.543,03)
CELEBRAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MEDIANTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXPLOAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO INTANGÍVEL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CESSÃO DE DIREITOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS PATRIMONIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGRICULTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA MANUFATURERA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGRÍCOLA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	30.100,00	30.100,00	3.217,58	11,02	88.130,60	292,78	(58.030,60)
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS	30.100,00	30.100,00	3.217,58	11,02	88.130,60	292,78	(58.030,60)
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	33.937.400,00	35.216.651,68	6.626.776,78	19,52	31.330.878,07	88,88	3.885.773,61
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS	17.948.420,00	18.383.306,37	4.255.518,92	23,73	17.893.844,01	99,71	1.158.462,36
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO	11.842.080,00	11.389.338,08	1.883.276,88	15,90	9.616.182,64	81,66	1.563.145,44
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES	4.058.900,00	4.804.008,51	714.472,98	14,87	3.823.760,22	79,60	980.248,29
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	80.800,00	177.619,55	38.699,85	47,76	287.317,08	119,62	(28.518,54)
MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATAS E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E	0,00	48.900,00	0,00	0,00	82.407,82	182,47	(33.507,82)
BENS, DIREITOS E VALORES INCORPORADOS AO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MULTAS E JUROS DE MORA DAS RECEITAS DE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	80.800,00	178.749,55	38.699,85	22,47	144.889,17	105,88	(33.860,32)
RECEITAS DE CAPITAL	1.386.000,00	6.063.893,76	2.860.532,16	44,85	3.386.408,63	63,71	2.677.694,13
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MONTADO INTERNO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MONTADO EXTERNO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	400.000,00	400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	400.000,00	400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	400.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS INTANGÍVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	986.000,00	6.063.893,76	2.860.532,16	47,96	3.386.408,63	98,76	2.677.694,13
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS	0,00	296.008,08	28.298,31	9,58	423.820,31	143,26	(227.822,31)
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO	986.000,00	5.868.691,78	2.838.262,87	58,01	2.963.768,32	63,28	2.738.208,68
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão atualizada(a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a - c)
			No bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre	% (b/a)	
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESGATE DE TÍTULOS DO TESOURO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	3.580.000,00	3.580.000,00	689.329,57	19,26	3.277.029,98	91,54	302.970,02
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	47.196.000,00	54.053.540,95	12.305.816,95	22,77	48.298.645,76	89,35	5.754.895,19
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - FINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	47.196.000,00	54.053.540,95	12.305.816,95	22,77	48.298.645,76	89,35	5.754.895,19
DÉFICIT (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	47.196.000,00	54.053.540,95	12.305.816,95	22,77	48.298.645,76	89,35	5.754.895,19
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	6.287.937,85	0,00	0,00	6.287.937,85	100,00	0,00
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO	0,00	6.287.937,85	0,00	0,00	6.287.937,85	100,00	0,00

LEANDRO ROSSI  
CONTADOR - CRC PR 065173/O-2  
CRC: 65173/O-2

ALECSANDRO MANOEL DE ORNELAS  
CONTROLE INTERNO

PAULO CEZAR RIZZATO MARTINS  
PREFEITO MUNICIPAL

**CONSOLIDADO**  
**RELATÓRIO RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
**ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A OUTUBRO DE 2025**

Página: 1 / 3

ANEXO - Anexo 12 (LC 141/2012, art. 25)

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	3.058.000,00	3.752.911,74	2.705.000,11	98,28
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	211.000,00	228.599,75	202.031,53	91,44
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter-Vivos - ITBI	187.500,00	245.085,27	263.925,99	108,46
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	821.000,00	821.000,00	863.862,68	105,09
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte - IRPF	1.188.000,00	1.245.387,72	1.476.179,89	118,34
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	30.658.000,00	31.301.088,02	26.876.638,17	83,31
Cota-Parte FPM	17.000.000,00	17.843.866,02	15.253.867,94	85,46
Cota-Parte ITI	66.000,00	66.000,00	64.467,46	97,65
Cota-Parte FPA	800.000,00	800.000,00	846.426,78	105,80
Cota-Parte ICMS	12.500.000,00	12.500.000,00	9.884.511,70	77,19
Cota-Parte IP-Exportação	160.000,00	160.000,00	136.324,21	85,48
Cotas-Transferências de Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (I) + (II) = (I+II)	33.816.000,00	34.983.997,76	38.781.638,28	84,92

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) - POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (b)	% (b/a) x 100	Até o bimestre (b)	% (b/a) x 100	Até o bimestre (b)	% (b/a) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (A)	3.148.208,00	3.089.602,80	2.473.777,59	79,82	2.473.514,75	79,82	2.473.514,75	79,82
Despesas Correntes	3.148.208,00	3.089.602,80	2.473.777,59	79,82	2.473.514,75	79,82	2.473.514,75	79,82
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (A)	3.016.700,00	4.487.311,28	4.113.007,66	90,81	4.086.367,31	91,54	4.086.367,31	91,54
Despesas Correntes	3.016.700,00	4.487.311,28	4.113.007,66	90,81	4.076.452,91	91,62	4.076.452,91	91,61
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (A)	13.000,00	77.816,78	177.263,41	227,82	141.514,47	181,95	141.514,47	181,95
Despesas Correntes	13.000,00	77.816,78	177.263,41	227,82	141.514,47	181,95	141.514,47	181,95
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (A)	180.300,00	180.300,00	180.300,00	100,00	180.300,00	100,00	180.300,00	100,00
Despesas Correntes	180.300,00	180.300,00	180.300,00	100,00	180.300,00	100,00	180.300,00	100,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (A)	180.300,00	180.300,00	180.300,00	100,00	180.300,00	100,00	180.300,00	100,00
Despesas Correntes	180.300,00	180.300,00	180.300,00	100,00	180.300,00	100,00	180.300,00	100,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (A)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (A)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (A) + (B) + (C) + (D) + (E) + (F) + (G) + (H)	7.720.400,00	13.314.544,08	7.219.083,00	87,43	7.211.020,80	86,71	7.211.020,80	86,71